

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG)

Mestrado em Economia Internacional

**Perspectivas para a entrada da África do Sul
na Comunidade para o Desenvolvimento
da África Austral (SADC)**

José Carlos Fernandes de Azevedo Pereira



ORIENTADOR:

Prof. Doutor Adelino Torres

Lisboa, Dezembro de 1995

INTRODUÇÃO

O Mundo de hoje não se compadece com as oportunidades perdidas, e podemos acrescentar que, quem faz as oportunidades somos cada um de nós.

É desta forma que iniciamos a dissertação sobre as perspectivas de cooperação económica para a África Austral com a entrada da África do Sul para a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral - o SADC¹.

Nesta área, devastada por longos conflitos, secas e fomes, por fim se apresenta uma possibilidade de desenvolvimento, assente numa cooperação mais profunda entre os países da África Austral.

Com uma área geográfica de quase 7 milhões de km², mas com uma população de apenas 125 milhões de pessoas, o SADC é uma região potencialmente rica, mas devido a variadas condicionantes tem-se mantido num estado de quase pobreza absoluta.

A abolição do apartheid na África do Sul e o fim, previsível, dos conflitos em Angola e Moçambique permite conjecturar que a organização do SADC possa tornar-se uma estrutura com um futuro de enormes perspectivas. Inclusive alterou a sua designação e os seus objectivos de actuação para acomodar a nova realidade.

A base central do estudo que pretendemos efectuar passa por perspectivar as possíveis alterações que se irão verificar com a mudança de nome da organização de Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral - o SADCC², para Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral - o SADC, passando de uma organização essencialmente de coordenação para uma forma de integração mais aprofundada, e as

¹ SADC - Southern African Development Community, Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

² SADCC - Southern African Development Coordination Conference, Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento de África Austral.

consequências que a entrada de um país grande, como a África do Sul, irá ter numa região que é, em termos económicos, menor do que o seu novo membro.

O objectivo deste trabalho passa, assim, por ver quais as perspectivas para a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) com a entrada da África do Sul na organização.

Depois de vários anos em que a relação entre estes países era de uma tensão constante, após a desagregação do sistema político do Apartheid na África do Sul, e com a realização das eleições multipartidárias e multirraciais sul-africanas, torna-se possível a participação deste país na construção de uma região que se pode tornar o maior pólo de desenvolvimento africano.

Mas importa questionar se esta adesão, apesar de importante, é ou não benéfica para as partes envolvidas. As relações existentes entre os países pertencentes à região da África Austral, são relativamente intensas, apesar de não estarem centradas numa base comercial, mas sim em anos de coordenação de projectos comuns, no âmbito dos acordos da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), durante os quais houve sucessos e insucessos.

Por outro lado, as relações comerciais que existem entre a África do Sul e o resto dos países da África Austral permitem-nos prever que os laços económicos dentro do SADC poderão dar um salto significativo, na medida em que incentivam uma situação que tudo aponta para uma maior interdependência.

A razão pela qual vários países têm empreendido processos de integração económica está intimamente relacionada com a possibilidade de, desta forma, poderem criar um ambiente positivo que permitisse o desenvolvimento do país. Mas, quer por razões estruturais da economia, quer por razões políticas, poucas associações económicas empreendidas em África deram os resultados que se esperavam. A possibilidade de desenvolvimento económico, continua a ser um processo de difícil prossecução no continente africano.

No caso específico da África Austral a situação tende a diferir de outras associações económicas, por duas razões principais: primeiro a associação económica, do qual o SADC tem a sua origem, o SADCC, não tinha como objectivo a integração económica, e as ligações económicas, políticas e culturais, que existem entre os respectivos países, são importantes, apesar das relações comerciais serem reduzidas, o que significa que existem bases para um empenhamento muito maior para a prossecução dos objectivos de integração económica.

O enquadramento teórico, tem como base as questões da integração económica introduzidos por VINER³, e pretendemos relacioná-lo com os aspectos teóricos da interdependência económica, abordada por COOPER⁴. Pretende-se relacionar estas duas questões de forma a melhor se perceber a importância da existência de uma interdependência económica para o sucesso de um processo de integração económica. E, não nos afastando das questões africanas, dar uma razão de fundo para que este processo se concretize. Isto é torna-se muito importante que este processo avance, não apenas na região da África Austral, mas em toda África, para que os efeitos da balcanização existente em África se atenuem.

Comment [JCP1]:

O desenvolvimento económico é um objectivo muito importante a qual todos os países, sem excepção, pretendem atingir. Com os actuais desenvolvimentos da economia mundial onde a integração de todos os espaços conduzem à globalização dos mercados, pode-se questionar se a integração económica se justifica, uma vez que a criação de blocos regionais pode ser incompatível com a maior abertura dos mercados mundiais.

Um outro aspecto que se torna importante focar, é saber até que ponto a pressão para a democratização das instituições, realizada pelas economias ocidentais, é ou não, um factor relevante para o desenvolvimento económico

³ VINER, 1950, *The Customs Union Issue*

⁴ COOPER, Richard, 1985 (pag. 1199).

destes países, em que a realidade económica e cultural é diferente dos países ocidentais.

Por último, pretende-se criar alguns cenários para os quais se perspectiva o futuro da região da África Austral, inseridos dentro do SADC , tendo em conta que esta é uma zona que se pode tornar um exemplo para um processo de integração económica.

A exposição subdivide-se em duas partes distintas. Na primeira parte far-se-á o enquadramento teórico da questão central da tese, dando-se, de seguida, as bases de interdependência existentes na região da África Austral entre a África do Sul e os outros países do SADC. Na segunda parte pretende-se fazer a perspectiva dos efeitos da entrada da África do Sul no SADC.

Desta forma, no capítulo I abordaremos o enquadramento teórico procurando reflectir o essencial da teoria da integração económica e da teoria da interdependência económica e a influência que um produz no outro.

No segundo capítulo pretendemos referir os antecedentes políticos e económicos que conduziram à criação do actual SADC. E, desta forma, far-se-á uma análise dos sucessos e insucessos do SADCC, isto é da organização que deu origem ao SADC.

O terceiro capítulo será dedicado inteiramente ao estudo e análise do tratado do SADC.

Por fim, o quarto capítulo pretende transmitir as consequências, previsíveis, da entrada da África do Sul na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

1ª PARTE

I - Enquadramento Teórico

No enquadramento teórico procuraremos reflectir o essencial da teoria da integração económica. Por outro lado, consideramos que se torna importante referir alguns aspectos sobre a interdependência económica e política, pois verificamos que este aspecto da teoria económica é essencial para percebermos o alcance de um processo de integração económica.

Por outro lado, existem outros factores políticos e que não estando relacionados com um enquadramento teórico permitem, no entanto, essa integração económica na África Austral, dando resposta à actual balcanização da região.

I.1- A Interdependência Económica

O termo de interdependência económica é definido pela OCDE como: "facto ou condição de dependência de uns em relação aos outros: Dependência Mútua"⁵.

Podemos definir dependência como o facto de ser afectado de forma significativa por forças externas⁶. De forma idêntica, também podemos definir interdependência como mútua dependência⁷. Ou seja é uma situação caracterizada por efeitos recíprocos entre os países.

Estes efeitos podem resultar das relações internacionais em que os países são intervenientes, como em fluxos monetários, de bens e serviços e de pessoas.

A interdependência económica pode ser medida a partir do valor das transacções económicas entre dois países, ou entre o país e o resto do mundo.

⁵ COOPER, Richard, 1985 (pag. 1199).

⁶ KEOHNE, R. e NYE, J., 1977, *Power and Interdependence: World Politics in Transition*, Toronto

⁷ KEOHNE, R. e NYE, J., 1977, (pag. 8)

Ou seja podemos considerar que existe uma forte interdependência entre dois ou mais países quando as importações são cruciais no processo produtivo de cada um desses países em relação ao outro (ou aos outros). Nesse caso se a dependência é recíproca, poderá ser apelidada de interdependência mútua⁸.

Existe uma diferença entre interdependência e integração de mercados: enquanto que interdependência económica reporta-se à elevada substituíbilidade entre vários produtos no espaço, a integração de mercados refere-se à uma tendência de igualização dos preços dos produtos nos mercados a integrar.

Podemos ter um alto grau de integração de mercado sem se produzir uma forte interdependência, mas, na prática, uma alta integração de mercados é necessária para uma elevada interdependência, apesar de a não assegurar. O que prova que a existência de uma forte interdependência entre as economias de determinada região, como é o caso do SADC, é um aspecto crucial para o sucesso de um processo de integração que vá mais fundo.

Uma interdependência estrutural acontece quando dois países estão muito abertos um ao outro, de tal forma que os acontecimentos económicos de um país influenciam o nível ou as orientações económicas do outro país⁹. Assim cada país tem interesse nas informações e acontecimentos económicos que sucedem no outro país. Existe também uma interdependência entre os objectivos de política económica quando um país está preocupado com a concretização dos objectivos de política económica do outro país¹⁰, e vice-versa.

Uma interdependência política verifica-se quando, em geral, já existe uma interdependência estrutural e de objectivos de política económica¹¹. Nestes casos, cada vez mais se toma em atenção a forma como o outro país orienta as suas decisões e em que as acções influenciam fortemente a forma como os países atingem os seus próprios objectivos.

⁸ COOPER, Richard, 1985 (pag. 1199).

⁹ COOPER, Richard, 1985 (pag. 1199).

¹⁰ COOPER, Richard, 1985 (pag. 1199).

A interdependência económica depende de uma melhoria dos transportes internacionais e das comunicações, que passa também por uma difusão das técnicas de produção e gestão. No sentido largo, a interdependência resulta, também, de uma maior integração dos mercados, com uma mundialização do mercado mundial; da redução das barreiras ao comércio, apontada, por exemplo, pela evolução do GATT¹²; e, finalmente, da redução das barreiras ao movimento de capitais.

No caso do SADC a questão da interdependência põe-se entre "o todo" da organização e a África do Sul. Se considerarmos desta forma notamos que existe uma interdependência (dependência mútua, estrutural e política) entre os dois blocos. Para ilustrar este facto podemos referir que o grande objectivo do antigo SADCC era o de reduzir a sua dependência face à África do Sul em matéria de transportes, comunicações e segurança alimentar. No caso da África do Sul o SADCC também era importante na medida em funcionava como mercado preferencial de exportação, além do abastecimento em energia proveniente de países da região, como Angola e Moçambique.

Sendo assim, é de todo o interesse para o desenvolvimento da região que se invista numa verdadeira interdependência. Segundo HAMADA¹³, na elaboração das políticas económicas deve-se contar com a problemática dos objectivos conflituais. Ou seja, como vivemos num mundo interdependente, se cada país seguir objectivos de política económica não compatíveis com a de outros países, corre o risco de não obter o resultado esperado.

Hamada cria três hipóteses: os países cooperam na formulação das políticas económicas que cada um pretende seguir; cada país segue os seus objectivos de forma independente; por fim, cada país segue os seus objectivos mas há um país líder que consegue antecipar as reacções do outro país às suas próprias acções.

Isto origina três soluções conhecidas da teoria do duopólio:

¹¹ COOPER, Richard, 1985 (pag. 1200).

¹² GATT - General Agreements on Tariffs and Trade, Acordo Geral sobre as Tarifas e o Comércio

i) solução cooperativa, em que os dois países cooperam entre si de forma a atingir simultaneamente os objectivos a que se propõem. Esta solução é apresentada como óptimo de Pareto¹⁴, em que se considera que os dois países melhoram as suas condições, atingindo-se uma melhoria do bem-estar económico dos dois países com a existência de cooperação;

ii) solução Nash-Cournot, em que cada país segue os seus objectivos sem se preocupar com o outro, apesar de estar numa situação de interdependência, o que significa que as suas acções têm influência no outro, e vice-versa. O resultado será quase sempre sub-óptimo, pois as reacções às políticas do outro país podem ser tardias e surgirem apenas como um confronto, o que pode levar a um maior desgaste da economia;

iii) solução Nash-Stackelberg, em que os países seguem os seus objectivos sem cooperarem, mas existe um deles, que é o líder, que antecipa as suas acções, e as reacções previsíveis do outro em relação a elas. Isto significa que apesar de haver uma interdependência entre os países, o país líder tem uma posição de destaque, que pode ter um grande impacto, através de uma sua decisão, no outro país.

As três soluções de interdependência, como já se referiu, são uma adaptação das três soluções da teoria do duopólio. E, também nesse caso, a solução óptima é a solução cooperativa, a qual podemos chamar óptimo de Pareto. Nesta solução as duas empresas, neste caso as duas regiões, melhoram com a cooperação existente entre elas. Na solução Nash-Cournot, em que as regiões apesar de interdependentes, trabalham de forma isolada, e porque o fazem estão quase sempre descoordenados. O que implica que o país , ou a região, não antecipa as decisões tomadas pelo outro, sofrendo impactos de decisões tomadas por outros. Isto ocasiona que a maior parte das decisões sejam de base

¹³ HAMADA, 1974, e de acordo com COOPER, 1985, (pag. 1213)

¹⁴ Relembra-se que, segundo o óptimo de Pareto, na situação em causa, os dois países ou os dois blocos ficam em situação melhor do que antes.

conjuntural, pois o país não tem capacidade de decidir mais além, devido às constantes incertezas quanto ao futuro.

A solução Nash-Stackelberg é a solução mais vantajosa para um país líder, do que na solução Nash-Cournot, e, em alguns casos, mesmo do que a solução cooperativa. A razão é simples: logo que um país antecipa as reacções às suas decisões por parte do outro país, torna muito mais eficaz a tomada de decisões tanto a curto como a longo prazo. Todavia, não é claro que o outro país fique melhor. Tudo depende das decisões que o país líder toma.

Assim sendo, considerando uma solução positiva para os dois países, a solução cooperativa é a melhor solução.

A ilação que podemos tirar, desta adaptação da teoria da interdependência económica, é que para o conjunto do países do SADC uma solução cooperativa é o mais apropriado. Solução essa que passa por um maior esforço na coordenação das políticas económicas, de forma a que os efeitos positivos sobre todos sejam sinérgicos.

I.2- Integração Económica

A integração económica pode ser vista como um processo ou como situação.

Como **processo** implica que os países tendem a tomar medidas destinadas à abolição de discriminações existentes em relação às unidades económicas de cada um deles. Isto significa que se tenta abolir as barreiras à circulação dos diferentes factores produtivos de forma a que haja um aprofundamento no processo de integração económica.

Como **situação** significa que, num dado momento, existe uma ausência de discriminação entre as economias nacionais.

No caso do SADC, o processo de integração económica é, ao mesmo tempo, um processo e uma situação.

Entre os diferentes Estados do ex-SADCC, era um **processo** na medida em que não se pretendia uma maior associação que não fosse a coordenação de projectos conjuntos e, além disso, como não se pretendia enfatizar as relações comerciais entre estes países, não se incentivava a uma maior integração entre eles.

No entanto, entre a África do Sul e alguns países do SADCC já existiam fortes relações comerciais, apesar de ser objectivo do SADCC a redução da sua dependência em relação à África do Sul. Há mesmo uma zona de comércio livre entre Botswana, Lesotho e Swazilândia (chamada Zona BLS¹⁵) e a África do Sul, que no caso do Lesotho e Swazilândia é mais profunda, visto que estes países têm, com a África do Sul, uma "integração monetária". Isto é as suas moedas estão ligadas ao "rand" sul-africano, numa paridade fixa e em regime de total convertibilidade. No caso do Botswana, que também já teve a mesma associação monetária que os outros países da Zona BLS, houve uma ruptura dessa associação, mantendo-se apenas numa associação de comércio livre. Em relação à sua moeda existe ainda uma paridade com o "rand" sul-africano, numa tentativa de criar credibilidade externa e, ao mesmo tempo, ter uma certa independência na condução da sua política monetária.

A Namíbia, que só se tornou independente da África do Sul em 1991, também mantinha uma integração económica e monetária, que, em grande parte perdurou após a independência. Existem, ainda, esquemas de cooperação e investimento, em que as grandes companhias de extracção do ouro e diamantes permanecem nas mãos das grandes companhias sul-africanas. Por outro lado, apesar de a Namíbia ter uma moeda própria, o dólar namibiano, existe total convertibilidade entre esta moeda e o "rand" sul-africano, de tal forma que as compras feitas no país podem ser realizadas na moeda sul-africana, que é aceite da mesma forma que o dólar namibiano.

¹⁵ Zona BLS - que significa Zona Botswana, Lesotho e Swazilândia, é uma associação económica que, como o nome diz, integra os países Botswana, Lesotho e Swazilândia, e que, actualmente, passou-se a designar BLNS- Botswana , Lesotho, Namíbia e Swazilândia, com a inclusão da Namíbia após a sua independência em relação à África do Sul.

Isto significa que no caso da África do Sul e alguns países do SADC, especificamente com a Zona BLS e a Namíbia o processo de integração pode ser encarada como uma situação, ou seja em que já existe uma ausência de barreiras à discriminação entre estes países.

Em relação aos instrumentos e meios de integração económica podemos referir, de acordo com TINBERGEN¹⁶, uma integração positiva e uma integração negativa.

Por integração negativa entende-se os aspectos que envolvem a remoção das discriminações e das restrições à circulação dos factores produtivos.

Por integração positiva entendem-se todos os aspectos que levam à modificação dos instrumentos e das instituições e à criação de outros instrumentos e instituições.

Há uma integração negativa quando os países se limitam a retirar os obstáculos à circulação, como por exemplo num processo de liberalização das trocas decorrentes dos acordos do GATT¹⁷, e actualmente da Organização Mundial de Comércio (OMC), e há uma integração positiva quando existe uma actuação do ou dos países no sentido de favorecer um aprofundamento da integração económica.

Os casos que, habitualmente, são dados como exemplos são a EFTA¹⁸ (*European Free Trade Area*), que é uma associação de comércio livre que tem a eliminação das barreiras comerciais como objectivo fundamental. Enquanto que o exemplo de integração positiva é a Comunidade Europeia.

Como se verá na discussão do tratado de constituição, o SADC passa, numa primeira fase por uma integração negativa, isto é abolição das discriminações entre os países, para depois, no seu intuito de atingirem o mercado comum,

¹⁶ TINBERGEN, J., 1985, *Internacional Economic Integration*, e de acordo com ROBSON, 1985 (pag.12)

¹⁷ GATT-*General Agreement of Tariffs and Trade*, é a organização que regulamenta as regras de comércio, e que na última ronda do *Uruguay Round* foi decidido, pelos países membros, a passagem para Organização Mundial de Comércio.

¹⁸ A EFTA surgiu como contraponto de Comunidade Económica Europeia mas, actualmente, existe uma tentativa de se juntar os dois blocos, e apesar do insucesso da integração de todos os países da EFTA na CE, existe um acordo de comércio livre entre os dois blocos, conhecido como Espaço Económico Europeu.

passarem a uma integração positiva. Pela experiência dos processos de integração económica, em outras regiões do globo, de facto este é o enquadramento normal para um aprofundamento da integração. Em termos práticos, isto significa que um processo de integração económica tem que passar por certas fases. Avançar mais rapidamente que o necessário pode implicar custos económicos elevados, e, possivelmente, uma má adaptação ao futuro. Em alguns casos há que ter o bom-senso de recuar para consolidar os benefícios de uma integração económica, que muitas vezes pode colocar problemas de difícil solução a curto prazo, devido às reestruturações a nível económico.

Podemos, ainda, referir as formas de integração económica existentes. Estas formas de integração económica são apontadas por BELA BALASSA¹⁹, ao qual CHACHOLIADES²⁰ acrescentou mais uma, neste caso a primeira delas, e, também, referenciado como forma de integração, apesar de não económica, pode-se acrescentar uma última forma, que é considerada mais abrangente.

As várias formas são: o clube de comércio preferencial, a zona de comércio livre, a união aduaneira, o mercado comum, a união económica e a união política.

O **Clube de Comércio Preferencial**, que foi acrescentado por CHACHOLIADES²¹, pressupõe que os direitos aduaneiros recíprocos sobre a importação de bens são reduzidos pelos respectivos países membros, mantendo, cada um deles, os direitos aduaneiros, de forma independente, sobre o resto do mundo. É um exemplo desta situação a actual liberalização efectuada no âmbito dos acordos do GATT e da actual OMC.

Na **Zona de Comércio Livre** os direitos e restrições quantitativas entre países participantes são abolidas mas cada país mantém as suas próprias pautas aduaneiras em relação aos países não-membros. Um exemplo disto é o PTA, *Preference Trade Area for Eastern and Southern Africa*, que pretende criar em

¹⁹ BELA BALASSA, 1961 (pag.13)

²⁰ CHACHOLIADES, 1981 (pag. 256-258)

²¹ CHACHOLIADES, 1981 (pag. 256-258)

todo o Leste e Sul de África uma zona de comércio livre, e, neste momento, esta organização já engloba praticamente todos os países da zona, à excepção da África do Sul. Como se pode depreender tanto o PTA como o SADC actuam numa mesma zona geográfica, e como as duas organizações têm objectivos divergentes podem criar um conflito de interesses, que importa resolver rapidamente.

Outra forma de integração económica mais aprofundada é a **União Aduaneira** que implica a supressão das discriminações no que se refere aos movimentos de mercadorias no interior da união e à igualização dos direitos em relação ao comércio com os países não-membros, o que significa a existência de uma pauta externa comum. Um exemplo desta forma de integração é a Comunidade Económica Europeia, que entretanto teve uma evolução significativa após 1986, com a assinatura do Acto Único Europeu.

O **Mercado Comum** é a forma seguinte de integração económica que tem como objectivos não só a eliminação das barreiras à livre circulação de mercadorias, já existentes na união aduaneira, mas também pressupõe a eliminação das restrições aos movimentos dos factores produtivos, há assim uma total liberalização dos quatro factores: bens, serviços, capital e trabalho.

A Comunidade Europeia (CE), após o Acto Único Europeu, é um exemplo de mercado comum, que entrou em vigor em 1992, com algumas restrições para alguns produtos e para alguns países considerados mais atrasados.

A última forma de integração económica é a **União Económica** que além da total liberalização aos movimentos dos factores produtivos implica um certo grau de harmonização das políticas económicas nacionais.

Uma vez mais, o exemplo mais claro desta situação passa-se na Europa com a CE, que pretende uma União Económica e Monetária (UEM) até ao ano de 1997, ou mais tardar em 1999. Este exemplo é ainda mais abrangente pois uma UEM implica um grau de coordenação das políticas económicas nacionais maior, visto que há um abandono da decisão propriamente nacional no que se refere nomeadamente aos aspectos da política monetária.

Por fim, podemos referir a **União Política** como a forma mais acabada de integração, na medida em que a união política é o processo de integração mais abrangente. Esta forma de integração implica a total coordenação das políticas económicas nacionais, a existência de uma moeda única, de uma instituição supranacional, com poderes alargados, e, mesmo, uma política de defesa comum.

A união política é a associação com maiores consequências nos países membros, e é o estágio em que a interdependência económica é mais pronunciada.

Estas formas de integração económica podem ser vistas como processos concêntricos, em que um círculo superior integra os anteriores. Todavia, a realidade é mais complexa, na medida em que uma organização pode ter características de várias formas de integração económica.

Como se poderá observar mais adiante, o SADCC não pretendia um processo de integração económica, mas sim utilizar a coordenação de projectos como forma de desenvolvimento económico, de forma a aproveitar os benefícios de uma maior coordenação de políticas e ao mesmo tempo ganhar maior projecção, que, isolados, os países não conseguiam obter.

Contudo, o actual SADC, já é mais abrangente, uma vez que tem como objectivo atingir o mercado comum, isto é, a total supressão de barreiras à circulação dos factores produtivos.

Por outro lado alguns dos desenvolvimentos que já tiveram lugar, aproveitando a chamada organização dos países da "Linha da Frente"²², agora já com a África do Sul, tornando-se numa organização que pretende a manutenção de segurança e paz, com um objectivo que podemos inserir dentro de uma união política. Ultimamente, têm surgido mesmo algumas posições que

²² Os países da Linha Frente são Angola, Botswana, Lesotho, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia e surgiram como apoio ao processo de independência de Zimbabwe.

apelam à criação de "estados federados", como objectivo para um futuro próximo²³.

A interdependência económica que existe, de facto, nesta região é um factor favorável para a integração económica, e um elemento, à partida, positivo para o desenvolvimento desta região.

O que se quer dizer é que se de facto, como realmente sucede, estes países têm, entre si, uma forte interdependência económica, então a prossecução da integração económica significa o passarem de uma situação de integração que, de certa forma, já é "real" para uma "formal"²⁴. Isto é já existem laços de interdependência económica entre estes países, que numa situação de integração, conseguem ser melhor explorados.

Por exemplo a dependência que a África do Sul tem em relação à energia pode ser resolvida com o uso da energia proveniente da hidroeléctrica de Cahora Bassa, em Moçambique. Trazendo vantagens para os dois países, pela redução da dependência energética para um e aumento das receitas externas para o outro. Como este muitos outros casos de interdependência podem ser resolvidos através de um processo de integração. Como se viu, uma interdependência pode ter consequências positivas, mas não é um processo formal, e, também como já se demonstrou, a melhor solução para a interdependência é a cooperação.

Assim sendo não existe melhor processo de cooperação que não seja um processo formal de integração económica. Nesse caso os países comprometem-se a encetar uma cooperação a um nível macro-económico e, até pelas exigências de um processo de integração, existe alguma coordenação das políticas económicas, o que significa melhores resultados a um nível mais global.

²³ Esta posição não é unânime entre os políticos, na medida que alguns consideram que a consolidação de Estados federados poderia ser a melhor solução para os conflitos existentes, e outros consideram que é muito cedo pois existem grandes diferenças entre os países envolvidos.

²⁴ Falamos de integração real quando se trata de levar em conta o processo de transnacionalização do capital. Falamos de integração formal quando o processo real se traduz por formas político-jurídicas. Ver em ROMÃO, 1983 (pag. 36).

As vantagens que um país pode ter da integração económica são muitas e diferente natureza. Assim, aqueles que são considerados pela teoria económica, avançados por ROBSON²⁵, são os seguintes:

- a) aumento da produção como consequência da especialização realizada de acordo com as vantagens comparativas;
- b) aumento da produção como consequência de um melhor aproveitamento das potencialidades das economias de escala;
- c) melhoria dos termos de troca da organização em relação ao resto do mundo;
- d) mudanças forçadas na eficiência causadas pelo aumento da concorrência no interior da organização;
- e) mudanças induzidas pela integração afectando a quantidade e a qualidade dos factores de produção, tais como o aumento do fluxo de capitais e mudança na taxa de avanço tecnológico.

Existem também muitos estudos teóricos sobre a teoria das uniões aduaneiras, que são importantes no que diz respeito a uma análise mais aprofundada sobre a eficiência. No entanto interessa acrescentar que a teoria da integração económica ultrapassa a teoria das uniões aduaneiras, também ligada à problemática da associação económica, em alguns aspectos importantes, por exemplo a integração económica tem em conta os movimentos internacionais de factores, considera preferencialmente o uso coordenado de instrumentos de política económica nacional, no seu todo e não apenas os instrumentos de carácter comercial, e por fim avalia a integração por critérios diferentes dos da eficiência na orientação dos recursos. Apesar disso e que para uma análise aprofundada dos efeitos do processo de integração económica nos países no SADC deve fazer-se referência a estes critérios de eficiência, isto mesmo tendo em conta que os objectivos do SADC são mais vastos e incluem o mercado comum como objectivo a curto-prazo.

²⁵ ROBSON, Peter, 1985 (pag. 14-15).

Para verificarmos se uma união aduaneira tem efeitos positivos sobre os países envolvidos no processo de integração económica devemos observar o impacto da união aduaneira sobre:

- a) afectação de recursos e especialização internacional;
- b) o aproveitamento das economias de escala;
- c) os termos de troca;
- d) a produtividade dos factores;
- e) a taxa de crescimento económico;
- f) a estabilidade económica;
- g) a distribuição do rendimento.

I.2.1- Afectação de Recursos

A verdadeira dimensão da importância de uma integração económica para os diversos países envolvidos no processo é determinada pelas condições descritas no primeiro capítulo. Mas os factores considerados fundamentais para analisar os efeitos positivos/negativos de uma associação económica, vista neste caso como um efeito de um processo de integração económica, são dados pelos conceitos de criação de comércio e de desvio de comércio, conceitos esses apresentados por VINER²⁶ e sendo este autor um dos pioneiros da teoria da integração económica, é sem dúvida com a apresentação destes dois conceitos que a teoria económica dá um salto significativo.

I.2.1.1- Criação de comércio

A criação de comércio representa uma substituição, provocada pelo processo de integração económica, do consumo de produtos internos de custo mais elevado, por produtos produzidos por um país pertencente à região

²⁶ VINER, 1950, *The Customs Union Issue*

integrada, com custos mais baixos²⁷. Esta substituição tem dois efeitos importantes: o efeito produção e o efeito consumo.

O efeito produção é obtido quando a produção interna de bens idênticos aos que são produzidos nos países parceiros, a um custo inferior, é reduzida ou eliminada, sendo estes substituídos por bens importados desse país parceiro²⁸. Existe assim uma poupança dos recursos na produção dos bens anteriormente produzidos no país, que podem ser destinadas à produção de bens que o país tem maiores potencialidades.

O efeito consumo acontece na medida em que há um aumento de consumo dos bens provindos de um país parceiro, em substituição dos bens domésticos produzidos, até aí, com um custo mais elevado²⁹. Isto sucede porque existe um ganho em termos de excedente do consumidor, na medida em que a um custo mais reduzido consegue a mesma ou uma maior satisfação.

1.2.1.2- Desvio de comércio

O desvio de comércio representa uma substituição das origens das importações, que passam de países não membros produtores de bens a um custo mais baixo, para importações de países parceiros com custos mais elevados³⁰.

Apesar de outros países poderem praticar preços mais competitivos, o facto de o país deixar de ter barreiras à entrada de produtos dos países integrados nessa região, os produtos que provêm dessa zona entram livremente, isto é, sem direitos aduaneiros. O que pode levar a uma redução dos seus preços, tornando-os competitivos e, mesmo, mais baixos que os preços praticados pelos países que, antes, eram os fornecedores.

Este facto tem alguns efeitos práticos, o primeiro deles significa um aumento do comércio realizado entre os países intervenientes no processo de integração económica, um outro efeito é a consequente redução do comércio

²⁷ ROBSON, Peter, 1985 (pag. 30).

²⁸ ROBSON, Peter, 1985 (pag. 30).

²⁹ ROBSON, Peter, 1985 (pag. 30).

³⁰ ROBSON, Peter, 1985 (pag. 30).

com as outras zonas e regiões. O que quer dizer que na maior parte dos casos um processo de integração económica significa uma maior abertura entre os países que fazem parte dos acordos de integração económica, mas também uma criação de blocos comerciais em relação ao resto do mundo.

Os sucessos e os insucessos de uma associação económica podem ser medidos avaliando qual o peso dos efeitos da criação de comércio e do desvio de comércio. No entanto torna-se fundamental analisar os efeitos que a associação tem nos termos de troca, nas receitas públicas, e observar os efeitos, previsíveis, na produção interna do país e no seu consumo.

Os efeitos nos termos de troca significam uma alteração dos preços praticados entre os países envolvidos, ou seja, anteriormente, os países tendo direitos aduaneiros entre si, tinham uns determinados termos de troca que eram determinados pela relação entre os preços dos produtos.

O que significa, quase sempre, é que o país se vai especializar no produto, ou produtos, que utilizam o factor produtivo mais abundante³¹.

Adaptando isto aos países do SADC, o que podemos inferir é que os países podem especializar-se nos produtos que têm maior potencial, tanto a nível tecnológico, como a nível de produtividade de mão-de-obra, em produtos industriais, ou mesmo em produtos agrícolas.

Os efeitos a nível das receitas públicas significam o que o Estado perde em impostos em virtude de deixar praticar direitos aduaneiros com um determinado número de países. Isto é, pelo facto de o país deixar entrar livremente os produtos no seu país, também, implica perdas de receitas aduaneiras.

Em países pouco desenvolvidos as receitas aduaneiras representam um montante significativo, por várias razões: como a produção do país é, relativamente, escassa torna-se necessário importar muito, tanto produtos essenciais à sobrevivência das populações como máquinas e tecnologia.

Por outro lado, pela forma como a maior parte destas economias funcionam, o Estado tem poucas possibilidades de receber muitos outros impostos. Assim,

³¹ Teoria Neoclássica: Modelo de Heckscher-Ohlin, CHACHOLIADES, 1981, (pag. 86)

o imposto sobre os produtos tem pouca aplicação, em virtude de estas economias serem subcapitalistas, o que significa que as malhas fiscais têm poucas hipóteses de apanhar todos os cruzamentos e ligações existentes na economia, além disso a existência, quase sempre, de uma economia paralela importante, muitas vezes a única forma de sobrevivência da população, torna a aplicação de leis fiscais uma impossibilidade.

Os impostos que incidem sobre o rendimento tornam-se mais difíceis de arrecadar, pelo facto de existir uma grande parte da população que é muito pobre, e que, por isso, não paga impostos. Apesar dos impostos sobre os mais favorecidos serem, na maioria dos países do SADC, muito elevados, existe uma consciencialização dos governantes destes países que quanto maior for as taxas a incidir sobre os rendimentos das classes mais elevadas menor será o crescimento económico³². Com isto, queremos salientar que as receitas fiscais ainda são uma das maiores receitas do Estado, e que com a liberalização do comércio, existe uma grande probabilidade de perder essas receitas.

Os efeitos no consumo e na produção interna do país em causa costumam ser análogos. Assim a quebra dos preços originada pela liberalização das trocas vai tornar mais acessível os produtos vindos do exterior, o que significa que, com os mesmos meios monetários, as pessoas podem adquirir mais bens, há assim um ganho para a população que aumenta o seu nível de satisfação e bem-estar³³.

O efeito na produção interna está intimamente ligado com este efeito consumo e também com as economias de escala.

No momento em que o país deixa de produzir bens que não é competitivo permite-o produzir outros bens em que é competitivo internacionalmente, isto é a um preço mais acessível no interior da associação económica.

Desta forma, torna-se possível uma maior procura de bens que o país produz, havendo uma especialização do país nesses bens. Como a procura

³² A taxa de imposto sobre o rendimento na maior parte dos países do SADC é elevada, mas, tem vindo a descer com o objectivo de incentivar o investimento. BENCH, B., 1989 (pag. 12)

³³ ROBSON, Peter, 1985 (pag. 38-39).

aumenta, na medida que o preço dos produtos é mais baixo, os produtores tendem a produzir mais, e esses factores podem levar a que novas empresas se instalem para cobrir essas necessidades. Como a procura é significativamente maior existe a possibilidade de utilizar economias de escala na produção³⁴, o que antes não era possível devido ao pequeno mercado nacional, pelo menos na grande maioria dos países do SADC.

Esta situação pode implicar uma queda dos preços, o que volta a ter efeitos positivos no consumo. A teoria económica sustenta que os efeitos de redução das receitas públicas é compensada por estes efeitos positivos no consumo e na produção³⁵. Além disso considera-se que o aumento da produção terá efeitos positivos nos impostos pois uma maior produção significa maior quantidade de impostos sobre as empresas, e um maior consumo significa mais impostos sobre os produtos.

Deve ser referida, também, a importância que a entrada de novas empresas, em virtude da atracção que o sector em causa representa, tem sobre o país. De uma forma global, podemos dizer que os efeitos da entrada de novas empresas terão um resultado muito positivo, tanto ao nível da produção, do consumo, das receitas aduaneiras, da redução do nível do desemprego e, muito importante, ao nível do crescimento económico, por via do aumento do investimento. Os efeitos ao nível da produção são claros na medida em que é essa a sua função, isto é a de introduzir mais bens no mercado. Os efeitos ao nível do consumo podem vir por duas vias, pelos salários dos novos trabalhadores que entraram nestas empresas, e por via das compras efectuadas por estas novas empresas no mercado nacional.

Os efeitos de criação de comércio e de desvio de comércio podem ser muito importantes no SADC. Apesar de ser uma associação económica que tem a sua origem em 1980, os objectivos de cooperação não permitiu que as relações comerciais tivessem um aspecto preponderante nas suas relações.

³⁴ Consideramos economias de escala internas à empresa e que provocam um decréscimo nos custos unitários à medida que a produção aumenta. ROBSON, Peter, 1985 (pag. 57).

³⁵ ROBSON, Peter, 1985 (pag. 63-64).

Assim podemos compreender que o nível de trocas intra- SADC se situe nos 5% do total das trocas dos países que fazem parte do SADC, com excepção da África do Sul³⁶. Todavia, espera-se que com a entrada da África do Sul na Comunidade, as características desta nova organização possam ser diferentes.

A existência de acordos comerciais da África do Sul com alguns dos países do SADC, nomeadamente Botswana, Lesotho, Namíbia e Swazilândia, e os acordos preferenciais que tem com Malawi, Moçambique e Zimbabwe, parece revelar uma participação essencialmente criadora de comércio e, ao mesmo tempo, pode fazer com que haja um desvio de comércio de outras zonas, que antes eram as habituais fornecedoras, tanto da África do Sul como de outros países pertencentes ao SADC.

Na realidade, a proximidade geográfica pode ser um factor de redução dos custos muito importante. É, pois, previsível que o processo de integração económica que o SADC se propõe atingir seja propiciador de criação de comércio e de desvio de comércio.

Até que ponto os países tiram proveito de um efeito de desvio de comércio e de criação de comércio é uma outra questão que pode ser respondida com os ganhos que se espera obter a nível da produção, consumo e crescimento económico.

O crescimento económico é outro dos efeitos importantes de um processo de integração económica, mas que nem sempre é muito evidente, no entanto, é uma das razões mais significativas para que os países entrem nesse processo.

O crescimento económico originado por este aumento do comércio é mais visível quando há a entrada de novas empresas para colmatar a grande procura de bens em que o país se vai especializar e, também, pela possibilidade da existência de economias de escala.

O aumento da procura, originado pelo aumento do comércio, permite que as empresas já existentes, ou as novas, introduzam novas tecnologias que ajudem a produzir muito mais por um custo inferior, tendo por isso um custo marginal

³⁶ Ver Quadro III.

decrecente. A existência de novas tecnologias, novos investimentos e, além disso, uma maior produção são efeitos positivos a nível de crescimento económico.

O que é, realmente, importante é analisar se, de facto, estes efeitos são possíveis numa região como o SADC.

A estratégia de desenvolvimento da maioria dos Estados Africanos, a seguir à independência, baseou-se em substituição das importações³⁷, o que era compreensível na medida em que se pretendia cortar os laços de dependência de natureza económica que ainda existiam entre os países colonizadores e os colonizados. Isto significava que se procurava utilizar uma estratégia claramente contrária à importação, enquanto que as exportações consistiam em bens primários, sendo essa a principal fonte de receita dos países em causa. Como a maior parte dos países africanos eram dependentes dos mesmos produtos primários³⁸, e como quase todos eram contra a importação desses produtos não havia, e ainda não há, praticamente, comércio intra-regional entre os países africanos³⁹.

Por outro lado a alteração, a nível mundial, da dependência dos países em relação aos produtos primários tornou mais dramática a situação dos países africanos, isto é, a cada vez menor dependência dos países ocidentais às matérias-primas produzidas por estes países tornou a estratégia dos países africanos obsoleta, mas diversos condicionantes, como a impossibilidade de se virarem para a produção de bens diferentes e a inexistência de outros factores competitivos, fez com que não houvesse alteração destas estratégias.

Um outro factor que é importante analisar, e que é um insucesso do SADCC⁴⁰, refere-se ao comércio intra-regional.

³⁷ A estratégia de substituição de importações está assente no incentivo de uma produção interna de bens que, antes, eram importados. Este incentivo era realizado por meio de imposição de direitos aduaneiros elevados em relação a esses bens, e subsídios, ou benefícios fiscais, às empresas que investissem nessas indústrias no país.

³⁸ Ver Quadro VIII

³⁹ Ver Quadro IX

⁴⁰ Esta questão será melhor desenvolvida no capítulo referente aos sucessos e insucessos do SADCC

O comércio intra-regional africano foi, de facto, o que mais sofreu com as estratégias de desenvolvimento implementadas pelos países africanos. Apesar de diversos países terem tentado realizar experiências de integração regional poucas tiveram resultados positivos, como podemos depreender pela observação do quadro seguinte.

QUADRO I: COMÉRCIO INTRA-AFRICANO COMO PERCENTAGEM DO TOTAL AFRICANO

Período	Exportações	Importações	Export +Import.
1960-1964	8,0	5,7	6,8
1965-1969	6,0	6,4	6,2
1970-1974	6,8	6,1	6,4
1975-1979	4,2	4,4	4,3
1980-1986	4,4	4,6	4,4

Fonte: MULAT, T.⁴¹

Uma análise deste quadro não deixa margens para dúvidas do pequeno peso que o comércio intra-africano representa do total do comércio.

A situação difere se acrescentarmos a África do Sul no seio da região. A África do Sul pelas suas características de semipotência regional⁴² e pelos bens que produz, torna-se um grande fornecedor da região.

Para alguns países a África do Sul representa o maior fornecedor, como é o caso do Lesoto, Botswana, Namíbia, Swazilândia, Malawi, Zâmbia e Zimbabwe. Para outros países, como Moçambique e Zâmbia⁴³, a África do Sul representa um importante parceiro.

As relações comerciais da África do Sul são muito intensas com os países da África Austral. Cerca de 90% do total das exportações sul-africanas para

⁴¹ MULAT, T., 1990 (pag. 158).

⁴² O termo semipotência regional ou potência periférica é usado em BENCH, B., 1985 (pag.23).

África destinam-se a essa região⁴⁴. Só os quatro países da união aduaneira com a África do Sul, ou seja, Botswana, Lesotho, Namíbia e Swazilândia, representam dois terços das exportações sul-africanas com África, enquanto que os restantes membros do SADC representam 25,5%, os outros países que pertencem à África subequatorial representam 7,1%. No entanto, os outros países pertencentes à África Subsahariana representam 1,4% das exportações, enquanto os países do norte de África apenas representam 0,7% do mesmo montante⁴⁵.

Se especificarmos melhor o peso destas exportações no total das exportações sul-africanas, podemos dizer que África, incluindo o espaço BLNS, representa 25% do total das exportações para todo o mundo, excluindo a exportação de ouro, que é uma matéria-prima especial⁴⁶.

No entanto, em termos de valor, o total de importações da África do Sul no total de África apenas representa uma pequena percentagem do total das exportações, e apenas as importações da Namíbia, Swazilândia, Malawi e Zimbabwe são significativas⁴⁷. E com excepção de Zimbabwe, as importações sul-africanas nesta região são baseadas em produtos primários, como café, chá, cacau, carne e peixe, enquanto que as exportações para a África Austral são na maioria produtos manufacturados, como máquinas, veículos e equipamentos de transporte⁴⁸. É importante referir que as exportações da África do Sul para outras regiões são baseadas em produtos primários⁴⁹.

As conclusões que podemos tirar destes dados é que de facto a África do Sul tem um papel fundamental nas relações comerciais e económicas de toda a região da África Austral, e a sua inclusão na área do SADC pode impulsionar, de forma significativa, as trocas comerciais dentro da região.

⁴³ Ver quadro VIII

⁴⁴ Ver quadro VII e VIII do Anexo

⁴⁵ Ver quadro VII e VIII do Anexo

⁴⁶ O ouro é uma matéria-prima especial pelo facto de ser considerado reserva de valor e, assim, tem um papel destacado nas transacções internacionais.

⁴⁷ Ver Quadro IX do Anexo

⁴⁸ ESTERHUYSEN, Pieter, 1994, (Pag. 67).

⁴⁹ ESTERHUYSEN, Pieter, 1994, (Pag. 7 e 10).

Mas, por outro lado devemos salientar que apesar de os países do SADC serem dependentes da África do Sul, este país não pode prescindir da área em que está envolvida, afinal uma região com um peso superior a 25% do total das suas exportações não pode ser desprezado. Há, portanto, uma relação biunívoca a que, de certa forma, podemos chamar de interdependência económica.

É necessário, também, analisar a estrutura do comércio intra-africano, para termos uma noção de como poderá ser o comércio no interior do SADC.

O quadro seguinte permite visualizar esta problemática de forma clara.

QUADRO II: ESTRUTURA SECTORIAL DO COMÉRCIO INTRA-AFRICANO

Bens	1970	1975	1980	1985
Alimentação, bebidas e tabaco	28	25	26	27
Produção e extracção de petróleo	10	10	10	10
Minerais em fuel e materiais relacionados	11	27	43	36
Químicos	3	5	5	6
Máquinas e equipamento de transporte	4	4	3	6
Outros bens manufacturados	44	29	14	15
Total das exportações	672	1924	2832	2805
Total das importações	732	2116	3116	3086

Fonte: MULAT, T., *Intra-African trade*, in⁵⁰

Como podemos observar, pela análise do quadro, o comércio intra-africano está direccionado para os bens primários, havendo uma nítida quebra do peso dos bens manufacturados no conjunto dos bens importados no interior de África. Podemos tirar daqui várias conclusões: a estratégia da substituição das importações e a produção de bens primários, virados para a exportação,

⁵⁰ MULAT, T., 1990 (pag. 159)

constituindo estas fontes de receita externa, fez com que os países se fossem fechando entre si.

Estes factos dificultam grandemente o comércio intra-regional na medida em que se produzem produtos similares, sem cruzamento de produções, ou seja, estes bens serviam como bens intermédios para a produção de bens manufacturados, e assim só tem sentido o comércio entre eles se o outro país tiver indústrias *a juzante* ou *a montante* necessárias à sua produção, o que, em geral não acontecia.

Desta forma, podemos compreender o pouco peso das relações comerciais intra-africanas, e percebe-se melhor o caso especial da África do Sul, na medida que sendo um país, conjuntamente com Zimbabwe no interior do SADC, um produtor de bens manufacturados, isso permite-lhe ter relações intensas com todos os países circundantes.

As trocas comerciais intra-africanas são muito reduzidas porque produzem bens homogéneos, neste caso de bens primários, e assim não têm espaço para se relacionarem entre si⁵¹. Compreende-se, desta forma, que o único país que tem as trocas mais intensas seja a África do Sul na medida em que produz bens diferenciados e assim consegue colmatar as necessidades dos outros países em outros produtos que cada um dos realmente necessita.

⁵¹ Esta situação é contrária ao que sucede na Europa Ocidental, em que o impulso das relações comerciais é assente na troca de bens homogéneos manufacturados.

I.2.1.3-Especialização do tipo perverso

A especialização do tipo perverso é um dos problemas postos pela existência de economias de escala nas uniões aduaneiras.

Considera-se economias de escala internas às empresas o processo que permite um decréscimo nos custos unitários à medida que a produção aumenta. A existência de um mercado alargado favorece a produção em larga escala a um custo unitário mais reduzido, visto que o mesmo custo fixo é repartido por um maior número de bens produzidos, reduzindo o seu preço.

A existência de economias de escala levou alguns economistas, como GRUBEL⁵², a defender que a liberalização do comércio não produz, necessariamente, uma especialização vantajosa.

O que se pode demonstrar é que se um país (País A), por hipótese, produz dois bens, um em que tem vantagens absolutas na sua produção, porque a dotação factorial o permite, e outro em que tem custos médios superiores aos do país parceiro (País B), antes da união. Em condições consideradas normais, após a união o país A tenderia a especializar-se no bem em que tem vantagens absolutas, e o país parceiro especializar-se-ia no outro bem.

No entanto, pode acontecer que sendo, um deles, um país grande, ou mesmo potência económica, dispõe, por esse facto, de um grande mercado doméstico. O que lhe permite alcançar custos marginais mais baixos, pois consegue produzir para um mercado maior, esbatendo o custo fixo, reduzindo o custo marginal.

Desta forma, o país tem a possibilidade de praticar preços de mercado inferiores aos do outro país no bem em que tem menores vantagens, apesar de o país parceiro poder ter vantagens na sua produção. E, assim, o país grande, numa situação de equilíbrio, consegue satisfazer as necessidades totais do

⁵² GRUBEL, 1967 de acordo com ROBSON, 1985 (Pag.67).

mercado da união tanto no bem em que tem vantagens comparativas como no outro bem.

Esta perspectiva deve ser analisada no caso da integração económica da África do Sul no SADC . A África do Sul é um país grande, comparativamente com os outros membros do SADC, e com condições económicas muito melhores que os outros países, a nível de produtividade, infra-estruturas e meios de transporte, o que significa que tem características semelhantes às que são referidas como especialização do tipo perverso.

Esta é uma das principais conclusões que se pode tirar da integração económica da África do Sul no SADC, isto é que a sua integração pode trazer problemas muito grandes aos outros países da África Austral. Estes problemas consistem na absorção do mercado, por parte da África do Sul, em alguns produtos actualmente produzidos por outros países do SADC, mas que devido à pequenez do seu mercado, ou devido à sua pouca produtividade,⁵³ estes países não conseguem atingir economias de escala, ou pelo menos um nível de produção equivalente à África do Sul, tendo, por isso, custos unitários mais elevados.

Pode acontecer que no processo de integração, com a abertura das fronteiras, a África do Sul absorva o mercado da África Austral.

E isto acontece tanto num Zimbabwe com uma produção essencialmente industrial, como em outros países com uma produção maioritariamente de bens primários, na medida em que a produção sul-africana cobre as duas áreas. Na realidade ele é exportador de bens primários para os países desenvolvidos e de bens manufacturados para os países africanos⁵⁴.

Uma outra conclusão é que pode tirar é que neste mercado alargado algumas empresas poderiam instalar-se noutros países aproveitando essas potencialidades, mas devido às melhores condições apresentadas pela África do Sul, como, por exemplo, melhores índices de produtividade e boas redes de

⁵³ Em parte, estas duas condições estão interligadas.

⁵⁴ ESTERHUYSEN, Pieter, 1994, (Pag. 7 e 10).

transporte, instalam-se, preferencialmente, nesse país criando maiores disparidades entre os países.

Com base nestas conclusões podemos defender que em caso de existência de economias de escala, num ou em alguns dos países, torna-se necessário um acordo sobre a especialização, envolvendo uma maior planificação e o uso de políticas interdependentes, estando por isso fora da alçada das forças de mercado, de forma a garantir os benefícios de uma integração económica em todos os países que fazem parte da associação económica, neste caso o SADC.

I.3-Investimento

O investimento é um dos factores cruciais para o sucesso de qualquer organização. Falando no caso do SADC a situação torna-se ainda mais premente na medida em que uma das razões para a passagem de SADCC para SADC tem a ver com a possibilidade de atrair maiores fluxos financeiros para esta zona depauperada.

Não é demais realçar que o SADCC como organização de cooperação tinha como objectivo central criar projectos regionais que comportassem uma componente que permitisse a ajuda externa em forma de investimento.

O grande sucesso do SADCC residia, no facto, de esta componente ser bem aceite internacionalmente, tendo, por isso, um forte apoio tanto da CE como dos países nórdicos, que agora, alguns deles, também fazem parte da Comunidade Europeia.

Mas as alterações geo-estratégicas, como o desmantelamento do bloco comunista e o fim do Apartheid sul-africano, fizeram mudar as prioridades dos países investidores. E assim chega-se ao actual SADC que comporta outras potencialidades e que pretende atrair investimentos tanto a nível governamental, como das grandes multinacionais.

O investimento a nível dos governos ocidentais, principalmente da CE, deverão manter-se, mas devido aos problemas internos da própria comunidade e a uma reorientação das prioridades dos países europeus, se preocupam mais com a instabilidade a leste, este investimento poderá não aumentar, pelo menos não nos níveis que os países africanos pretendem para sustentar o seu crescimento económico.

I.3.1- Factores de incentivo ao investimento

Para os países do SADC o investimento é um factor crucial de sobrevivência. Assim há que incentivar o investimento efectuado pelas grandes multinacionais. Mas, para que isto aconteça, torna-se necessário um clima favorável ao investimento que pode passar por alguns destes factores que, foram, de alguma forma, essenciais para o grande “boom” dos países asiáticos, e estes factores são⁵⁵:

- a) criação de um clima económico estável e credível que conduza a um incentivo de investimentos privados;
- b) maior dedicação dos responsáveis governamentais a um crescimento económico;
- c) existência de elevados padrões de educação;
- d) maior pressão nas indústrias criadas ou protegidas pelo sector público para se tornarem mais competitivas internacionalmente;
- e) existência e incentivo de trabalho eticamente correcto;
- f) harmonia social;
- g) atitude aberta ao externo;

Com a existência destas condições torna-se mais fácil obter um apoio internacional, e, mesmo, uma maior organização dos capitais internos. Assim, poder-se-ia obter capitais públicos e privados internos, ajudas das agências ocidentais, multilaterais ou bilaterais, investimento externo privado de bancos e

multinacionais do ocidente e mesmo dos Novos Países Industrializados (NIC's), tal como de países não-alinhados, principalmente os ricos países árabes⁵⁶.

Se fizermos uma análise crítica, podemos concluir que nem todos estes factores são realizáveis nos países africanos. Visto que estes, quer se queira, quer não, têm uma tradição e cultura diferentes, e que importa tomar em atenção para não se criar maiores disparidades entre aquilo que a população pensa e aquilo que os outros, de fora, querem impor.

I.3.1.1- Factores de risco ao investimento

Além dos factores de incentivo ao investimento, existem outros riscos, sociais, económicos e políticos, que têm uma grande importância na decisão do investimento. E estes consistem em:

- a) existência de um clima de segurança interna e segurança regional;
- b) legitimidade do governo, que se adquire por uma democratização das instituições;
- c) nível de urbanização;
- d) grau de integração social;
- e) crescimento populacional
- f) nível de igualdade socio-económica;
- g) capacidade económica dos potenciais consumidores, ou seja determinação da extensão do mercado.

Não existe uma medida certa para determinar o grau em que as empresas pretendem ver satisfeitas estas condições para poderem investir, mas são de uma grande importância psicológica.

Os investimentos que interessam aos países do SADC consistem em investimentos realizados na produção de bens manufacturados que utilizem a

⁵⁵ BENCH, B., 1989 (pag.26).

⁵⁶ BENCH, B., 1989 (pag.28).

matéria-prima do país. Desta forma, possam expandir a capacidade produtiva do país, ou pelo menos que a utilizem ao máximo a sua capacidade.

Podem ser indústrias que utilizem o mercado externo como preferencial, neste caso para o mercado alargado da África Austral.

Qualquer investimento tem um risco muito elevado, por exemplo, a procura pode cair, apareçam produtos similares muito mais competitivos, o retorno do investimento pode ser lento, e assim qualquer investimento é pensado com muito cuidado.

Os factores referidos são complementares a qualquer decisão de investimento. Isto é, são importantes os incentivos ao investimento externo que os países praticam para atrair as grandes empresas, mas aqueles factores criam um clima suplementar de segurança.

A importância desses factores pode ser explicada da seguinte forma, um país que tenha um regime democrático tem maiores potencialidades, na medida que os investidores não se sujeitam a um regime ditatorial que pode mudar de opinião de um dia para o outro, e a legitimidade do governo e a sua representatividade permite garantir que a maioria da população possa ser favorável à entrada de capitais externos.

A segurança interna e a segurança regional são importantes porque nenhuma empresa gosta de arriscar quando existe um clima de instabilidade que não dá segurança um investimento elevado.

Quanto ao nível de urbanização e ao grau de integração social, a sua influência no impulsionar do investimento, têm a ver com o facto de a população urbana ser aquela que, preferencialmente, trabalha no sector industrial, e, também, ser aquela que compra os seus produtos.

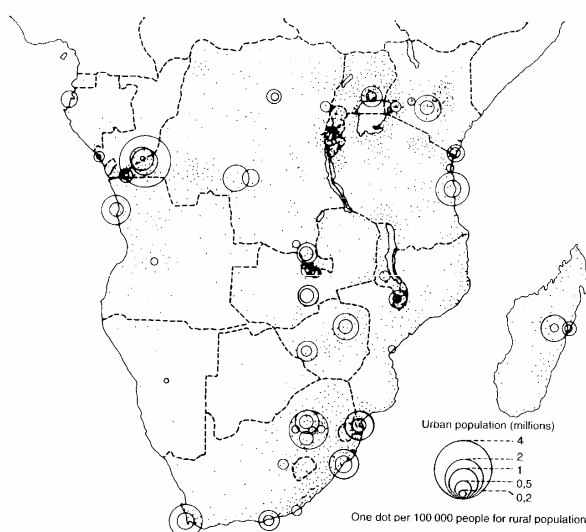
Os outros factores têm a ver com a capacidade económica do mercado e sua extensão. Podemos ter um nível populacional elevado, mas se, este, não tiver

formação profissional, capacidade económica, para depois comprar os seus produtos é pouco rentável fazer-se o investimento⁵⁷.

O nível de urbanização dos países da África Austral pode ser observado no mapa seguinte:

⁵⁷ Esta capacidade económica pode criar-se, e isto acontece com a instalação de empresas no país de forma a que os trabalhadores possam expandir a sua capacidade de consumo.

MAPA I- NÍVEL DE URBANIZAÇÃO NO SEIO DO SADC



Fonte: Esterhuysen, Pieter(ed.),1994, *South Africa in subequatorial Africa*.

Os círculos maiores representam um nível elevado de urbanização e, como se pode observar pelo mapa, o nível de urbanização, à excepção da África do Sul, é muito baixo.

O investimento directo externo pode dar uma contribuição positiva para desenvolver um país, mas não deve ser considerada a única fonte de capital para o seu desenvolvimento, pois os países ficam completamente dependentes das decisões tomadas pelas grandes multinacionais, e perdem ainda maior poder negocial.

Segundo ÓDEN⁵⁸ o investimento dos EUA destina-se, principalmente, para a América Latina, enquanto o da Grã-Bretanha para os países do Commonwealth, o do Japão para a Ásia, a Alemanha para os países da Europa de Leste, e a França para as suas antigas colónias.

Em relação à estrutura desse investimento, a Grã-Bretanha e a Alemanha, por exemplo, investem na produção de bens manufacturados, enquanto que os Estados Unidos e o Japão investem nos sectores primário e secundário⁵⁹.

⁵⁸ ÓDEN,Bertil, 1994 (pag. 85)

⁵⁹ ÓDEN,Bertil, 1994 (pag. 90)

A África Austral não é muito atractiva para um investimento directo externo porque apenas uma pequena percentagem do PIB resulta da indústria⁶⁰.

Para garantir que o investimento externo seja realizado, alguns dos países do SADC têm alterado as suas políticas de incentivo ao investimento, que importa referir.

1.3.1.4- Incentivos ao investimento efectuado pelos países do SADC

Os incentivos ao investimento podem ser um factor de atracção do investimento que não pode ser desprezado. Por isso, é necessário apresentar uma breve resenha dos incentivos e políticas de investimento que existem nos países do SADC.

ANGOLA

A República Popular de Angola é um dos países mais ricos do mundo, com recurso naturais que vão desde o ouro, diamantes e petróleo⁶¹. Contudo, desde a sua independência, em 1975, mantém-se numa situação de guerra civil, apenas intercalada em alguns meses devida às eleições multipartidárias de 1992.

Esta situação tem feito perdurar uma situação de pobreza, injustificável situação considerada normal.

Numa situação de estabilidade, a Angola poderia tornar-se uma verdadeira semipotência regional, comparável com a África do Sul, mas a actual situação perpetua a dependência externa.

Em 1989 o sector secundário contribuía com 70% do PIB, em grande parte devido à extracção petrolífera e indústrias ligadas à produção mineral⁶². Isto significa um enorme potencial para o investimento, mas que, só agora, com a

⁶⁰ Ver Quadro do Anexo

⁶¹ ESTERHUYSEN, Pieter, 1994, (Pag. 17)

⁶² Dados retirados do Anuário de comércio Portugal/África, do ICEP, 1990.

eventual pacificação e o estabelecimento das instituições democráticas será possível implantar.

BOTSWANA

Botswana é um dos países mais bem sucedidos da região, com um crescimento económico elevado, este país tem o PIB percapita mais elevado da região⁶³.

O seu enorme sucesso, baseia-se na utilização de políticas correctas ligadas ao sector mineral produtivo, e na agricultura e pastorícia, que resultaram em grandes reservas de divisas e numa auto-suficiência alimentar invejável⁶⁴.

O governo de Botswana, desde Maio de 1982, implementou uma política de incentivos financeiros, conhecido como *Finantial Assistance Policy* (FAP). Esta assistência era apenas válida para alguns grupos de actividade, isto é apenas para as empresas que eram produtivos, e destinavam, a sua produção, para o consumo local ou para a exportação⁶⁵.

Existem dois tipos de investimento, uns que se destinam a novas empresas industriais, e outros que se destinam à expansão de empresas já existentes, ou para áreas que não as industriais.

Embora haja uma grande preocupação com o sector industrial, para que o país não dependa, unicamente, do sector mineral, mas tenha uma maior componente de transformação dentro do país, o que acontece é que a indústria não tem dado o salto que os responsáveis desejariam.

Este facto demonstra que os incentivos financeiros não são suficientes para atrair novos investimentos.

⁶³ Ver Quadro III

⁶⁴ MARTIN, Ian, 1989. (pag. 48)

⁶⁵ MARTIN, Ian, 1989. (pag. 51)

LESOTHO

Lesotho é um país enclavado na África do Sul, sendo o país com menores recursos da região⁶⁶.

Os incentivos concedidos pelo Estado dirigem-se ao sector industrial produtivo, com o objectivo de crescimento económico e, desta forma, resolver os problemas de desemprego.

Nota-se que tem havido alguma expansão industrial, mas que no entanto não tem sido suficiente para colmatar os problemas existentes com o desemprego, fazendo com que haja uma grande migração para a África do Sul, acrescente-se que parte significativa das receitas externas estão dependentes das remessas destes emigrantes⁶⁷.

Por outro lado como o país tem escassez de recursos, as empresas que se instalam no país têm que importar todos os materiais que necessitam, o que significa que as empresas têm poucos incentivos para investirem ali, e só se mantêm nele devido às elevadas contrapartidas financeiras concedidas pelo Lesotho. Estas contrapartidas consistem em empréstimos a fundo perdido, isenções fiscais até um período de quinze anos, e além disso em investimentos em áreas específicas como electricidade, barragens, máquinas e equipamentos⁶⁸. Existem, ainda, incentivos suplementares, que passam por pagamento dos salários e elevados benefícios fiscais⁶⁹.

Muitos dos investimentos efectuados nos últimos anos têm surgidos numa tentativa de deslocalização de empresas situadas, antes, na África do Sul, em virtude das sanções económicas impostas a este país. Com o fim do Apartheid a situação alterou-se e os responsáveis governamentais têm que descobrir novas formas de incentivar o investimento externo.

⁶⁶ Terra Solidária, 1987. (pag.17)

⁶⁷ Ver Quadro VI do Anexo

⁶⁸ BAFFOE, F., 1989. (pag. 71)

MALAWI

Malawi tem experimentado um lento, mas consistente crescimento do sector industrial do país⁷⁰.

Tem havido pouco esforço para atrair investimento externo, o crescimento referido tem-se baseado no aumento do investimento das empresas já existentes.

O Malawi tem incentivado o investimento, não apenas o externo, e quem tem beneficiado disso são as companhias já existentes.

Por outro lado, a população do Malawi é muito pobre, sendo considerada, a seguir a Moçambique, um dos países mais pobres do mundo⁷¹. Nestas condições, qualquer perspectiva de crescimento industrial será sempre limitada pela pouca capacidade dos consumidores. Por fim, os problemas a nível de transportes internos podem bloquear qualquer crescimento orientado para as exportações⁷².

MOÇAMBIQUE

Moçambique é considerado o país mais pobre do mundo. Após vinte anos de guerra civil, depois de um processo de descolonização difícil, acrescentando a isto a existência de um sector industrial não-operacional, herdado do tempo colonial, torna a situação económica moçambicana muito difícil.

A população rural para fugir da guerra dirige-se às grandes cidades ou foge do país, criando um elevado número de refugiados nos países vizinhos, como é o caso de Zimbabwe, Malawi e África do Sul. Este abandono da terra tem criado problemas a nível da produção agrícola, aumentando ainda mais os problemas que este depauperado país enfrenta.

Contudo, a nível de recursos, Moçambique pode ser considerado é um país bem fornecido, com recursos em ferro, carvão e outros minerais⁷³. Além disso

⁶⁹ BAFFOE, F., 1989. (pag. 71)

⁷⁰ WHITESIDE, Alan, 1989. (pag. 89)

⁷¹ Dados do Relatório do Banco Mundial de 1992

⁷² WHITESIDE, Alan, 1989. (pag. 89)

⁷³ GALLAGHER, S. and WHITESIDE, Alan, 1989, (pag.105)

tem uma rede hidrológica muito aceitável, apesar de estar, de momento, inoperacional, que lhe pode trazer elevadas receitas, num futuro próximo. Outras potencialidades moçambicanas residem nos seus excelentes portos e na sua rede de transportes. Todavia, os anos de guerra destruíram grande parte destas infra-estruturas, o que leva a que seja necessário um grande investimento na melhoria desses meios.

O fim da guerra e a realização das eleições multipartidárias, perspectivam um futuro melhor.

Tal como em Angola, e mesmo na África do Sul, estes anos de luta não deixam de ser muito visíveis na população e nos dirigentes políticos, e existe a necessidade de resolverem rapidamente os problemas, para não criarem um clima de instabilidade

Retomando a problemática do investimento deve-se referir que só recentemente o governo moçambicano tem dado o relevo necessário ao incentivo do investimento externo, criando para isso um código de investimento externo, com um gabinete de apoio supervisionado pelo Ministério do Planeamento, este gabinete tem a incumbência de promover o investimento, guiar e assistir todas as fases do investimento⁷⁴.

O investimento que é incentivado deve pertencer a alguma destas áreas como: direccionados para a agricultura, intensivos em trabalho, situados em zonas com falta de infra-estruturas, produzir alto valor acrescentado, utilização de recursos naturais internos, e que tenham uma componente que beneficie a balança de pagamentos⁷⁵.

Estes incentivos consistem em benefícios fiscais e ajuda no pagamento dos salários dos trabalhadores. Uma conclusão que se pode tirar de investimentos efectuados no país demonstram que a industrialização deve ser efectuada pelo sector privado com o apoio do governo.

⁷⁴ GALLAGHER, S. and WHITESIDE, Alan, 1989, (pag.111)

NAMÍBIA

A Namíbia é um país com independência muito recente em relação à África do Sul, e ainda tem ligações muito intensas com este país⁷⁶. Além disso, a Namíbia tem recursos naturais extensos, sendo depois da África do Sul o país com maiores reservas de diamantes do mundo⁷⁷. A maior parte das empresas deste país estão na mão de empresas sul-africanas, e por isso grande parte do investimento é feito por empresas sul-africanas. Em virtude de ter estado ligado à África do Sul, a Namíbia, sofreu também as consequências das sanções económicas da Comunidade Internacional. Só agora está a recuperar e a reconverter o seu sector industrial, com grandes incentivos a investimento externo.

ÁFRICA DO SUL

A África do Sul como potência económica da África Austral tem o sector industrial mais desenvolvido da região, apenas podendo ser comparada com o outro país, também com um importante sector industrial, que é o Zimbabwe.

No entanto conheceu uma fase de estagnação do sector industrial nos últimos dez anos, e o número de empregos existentes na indústria manteve-se o mesmo de 1976 a 1986⁷⁸.

A política de incentivos impulsionada pelos anteriores governos sul-africanos dirigia-se, preferencialmente, aos bantustões, e assim não havia uma criação efectiva de novos empregos mas apenas uma transferência das grandes zonas urbanas para esses bantustões⁷⁹.

A explicação da não criação de novos investimentos externos relaciona-se com as sanções económicas impostas pela comunidade internacional devido ao Apartheid. Isto teve não só o efeito de inexistência de novos investimentos

⁷⁵ GALLAGHER, S. and WHITESIDE, Alan, 1989, (pag.114)

⁷⁶ A África do Sul é o maior parceiro comercial da Namíbia. As maiores empresas deste país são participadas por empresas sul-africanas.

⁷⁷ ESTERHUYSEN, Pieter, 1994, (Pag. 17).

⁷⁸ BLACK, A.H., 1989, (pag. 125)

⁷⁹ BLACK, A.H., 1989, (pag. 125)

externos, como, mesmo, a saída de inúmeros investimentos externos, via as multinacionais⁸⁰.

Este facto trouxe benefícios a alguns dos países vizinhos, como Botswana, Lesotho e Swazilândia. Este desinvestimento teve enormes repercussões na economia sul-africana que sofreu uma estagnação da sua economia, além disso, houve uma desactualização do país em relação às novas tecnologias, tornando a indústria sul-africana ultrapassada e obsoleta em termos de competição internacional, apesar de poder ser, ainda, competitivo a nível regional.

A partir da entrada em funções do novo governo de unidade nacional sul-africano a situação inverteu-se. Com o fim das sanções económicas e comerciais impostas pela comunidade internacional, e com o apoio concedido pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, para a reestruturação da sua economia, espera-se que haja um retorno do investimento externo. Além disso a Comunidade Europeia comprometeu-se a apoiar financeiramente a economia sul-africana.

Por outro lado, os novos incentivos surgidos com o Programa de Reconstrução e Desenvolvimento, introduzido pelo novo governo, tem dado um impulso significativo na entrada de novos investimentos na África do Sul⁸¹.

SWAZILÂNDIA

A pressão internacional sobre a África do Sul foi, em determinada altura, favorável para a Swazilândia, que beneficiou da deslocalização de empresas, que fugiram às sanções económicas e se implantaram em países vizinhos, e, ao mesmo tempo, aproveitavam o mercado da África do Sul.

O objectivo actual da Swazilândia é a manutenção destes investimentos apesar do fim das sanções.

Os benefícios dados às novas empresas que se instalam na Swazilândia consistem em isenções fiscais nos primeiros anos de implantação, com a excepção de o investimento tiver lucros superiores a 150% do investimento

⁸⁰ Ver Quadro VII

inicial, e assim estaria sujeito ao regime fiscal normal. Por outro lado, se a empresa tivesse perdas significativas poderia ser ajudada por empréstimos a fundo perdido concedidas pelo Estado⁸².

TANZÂNIA

A Tanzânia é um dos 25 países mais pobres do mundo. Situada a norte de Moçambique, este país tem tentado melhorar os seus níveis de educação, saúde e condições de vida, optando, para atingir estes objectivos, pela via socialista. No entanto não tem tido resultados muito significativos a nível de desenvolvimento económico, apesar de ter alguns resultados parciais positivos, como o nível educacional que é dos mais elevados de toda África Austral⁸³.

A agricultura é o sector de subsistência da economia ocupando cerca de 90% da população activa, e fornecendo cerca de 80% das exportações nos seguintes produtos: café, algodão, chá, açúcar, cacau e algumas especiarias⁸⁴. O sector industrial é dirigido numa perspectiva de substituição de importações, e por isso não é fomentador de investimento externo.

ZÂMBIA

No caso da Zâmbia a situação é mais problemática, na medida em que apesar de ter programas específicos para incentivo ao investimento externo a situação interna política e económica é muito instável, o que tem efeitos negativos sobre os potenciais investidores externos. Assim se percebe a quase total estagnação do sector industrial nos últimos anos.

A maior razão para esta situação deriva da instabilidade da economia, com graves problemas a nível de receitas externas e obtenção de divisas⁸⁵.

O Fundo Monetário Internacional tentou implantar um programa de estabilização económica, que não foi aceite pelos governantes zambianos,

⁸¹ WHITESIDE, 1989. (pag. 231)

⁸² WHITESIDE, 1989. (pag. 234)

⁸³ Dados do Relatório do Banco Mundial de 1992

⁸⁴ Dados retirados do Anuário de comércio Portugal/África, do ICEP, 1990.

⁸⁵ MCGRATH, J. and WHITESIDE, A., 1989, (pag.167)

implicando uma ruptura com o FMI, neste momento a Zâmbia pratica uma política própria para a recuperação económica, mas que não tem dado muitos resultados palpáveis, originando crises violentas, e um clima de instabilidade dentro do país⁸⁶.

O défice externo é o maior desincentivo a potenciais investimentos externos, na medida em que se torna um risco excessivo para o retorno do investimento quando o país sofre falta de divisas, pois a qualquer momento pode entrar em falência técnica. É pouco provável a entrada de novos investimentos enquanto permanecer estas condições negativas.

ZIMBABWE

No que se refere a Zimbabwe a situação é diferente, na medida em que neste país não existe nenhum incentivo ao investimento.

Desde a independência em 1980 que o país tem sofrido alguns períodos de recessão económica com implicações no seu sector industrial, que é a seguir à África do Sul a mais importante da região. Existem duas razões para esta situação, a primeira está ligada à enorme falta de fundos externos, o que implica a impossibilidade de crescimento do actual sector produtivo, e a segunda razão, já referida, tem a ver com o total desincentivo do investimento externo⁸⁷.

A manutenção desta situação torna a economia do Zimbabwe mais fraca e pouco competitiva internacionalmente.

Como conclusão podemos referir que se tem assistido a um processo de desindustrialização, no interior dos países do SADC, e que nenhum destes países se tem actualizado a nível de progresso tecnológico o que significa um atraso substancial em relação aos países industrializados.

Há pois um afastamento em relação às grandes potências mundiais, estamos a falar cada vez mais de um grupo que se situa na periferia da economia

⁸⁶ MCGRATH, J. and WHITESIDE, A., 1989, (pag.171)

⁸⁷ BRITTEN, M., 1989 (pag. 186)

mundial e se não houver um processo de transformação que altere esta situação a crise tenderá a agravar-se.

A preponderância sul-africana na região, também, em relação ao investimento tendem a se manter, e, mesmo, acentuar. A necessidade de reestruturar a indústria sul-africana, actualmente obsoleta e ultrapassada, implica grandes incentivos à entrada de novos investimentos no país. E que pelas suas melhores condições, permitem-lhe negociar outras vantagens que os países vizinhos não conseguem obter.

Isto pode criar uma maior disparidade na região, com a África do Sul a “açambarcar” os meios financeiros dirigidos à região. Para colmatar possíveis efeitos dessa disparidade é necessário negociar, de antemão, algumas contrapartidas para os outros países. Estas contrapartidas podem consistir numa deslocalização da actual produção sul-africana, que apesar de desactualizada, a nível tecnológico, poderá servir como um passo intermédio para um investimento mais consistente no sector industrial.

Por outro lado há que garantir que o investimento efectuado tenha efeitos de arrastamento sobre a região, isto que possa utilizar meios de produção próprios, e, desta forma, todos os países beneficiariam de um investimento efectuado na África do Sul.

O objectivo de liberalização dos mercados que o SADC pretende alcançar com o Mercado Comum, é difícil de atingir. A possibilidade de circulação dos quatro factores, bens, serviços, trabalho e capital, pode criar problemas na distribuição dos rendimentos, e aumentar as disparidades existentes intra-região.

Por exemplo, no caso de uma liberalização dos movimentos de capitais, o que poderá acontecer é que a África do Sul tenderia a absorver todos os capitais da região, com a sua melhor produtividade, melhores rendimentos e o país com maior credibilidade financeira, tal como a existência de uma moeda forte, tenderia a atrair os capitais dos outros países, tal como possíveis investimentos das multinacionais se dirigiriam preferencialmente para a África do Sul .

Há, pois, que ter cuidado numa liberalização completa sem medir os efeitos perversos que se podem obter dela.

Uma forma de resolver o problema do investimento externo pode ser realizada através do que alguns chamam um “Mini-Plano Marshall”, em que se tentaria resolver os problemas postos pela credibilidade das economias da região, e ao mesmo tempo colmatar possíveis disparidades da entrada da África do Sul na organização do SADC⁸⁸.

⁸⁸ Este “Mini-Plano Marshall” será desenvolvido num capítulo posterior.

I.4 - Balcanização versus Integração Económica

Retomando a problemática da integração económica importa responder porque razão é que os países pretendem entrar num processo de integração económica. Afinal, com a descolonização tão recente, que no caso africano tem menos de trinta anos, porque razão há um interesse tão grande em encetar um processo de integração económica, que implica, quase sempre, uma perda de soberania em questões económicas e mesmo políticas.

No que se refere à história recente de África, devemos remontar à Conferência de Berlim de 1884/5, onde as grandes potências mundiais, da altura, resolveram dividir o continente africano em função dos seus interesses. Esta divisão foi realizada para conseguir mercados e matérias-primas para as suas economias.

Por exemplo, no caso da Grã-Bretanha o seu objectivo era dominar a Rota do Cairo ao Cabo, o que colidia com as pretensões de Portugal que tinham interesses do território de Angola a Moçambique.

Como a Grã-Bretanha era uma grande potência económica e militar foram os portugueses que tiveram que ceder.

A divisão realizada pelas potências coloniais tiveram, e ainda têm agora, enormes repercussões.

Ela não teve em consideração os povos e as tribos que aí já viviam, cujas etnias ou tribos foram divididos de forma administrativa, que viram cortadas as próprias vias de circulação com estas divisões.

Mas o facto mais marcante foi a verdadeira balcanização efectuada, que se mantém ainda hoje, impossibilitando a criação de mercados atractivos para o investimento externo.

Esta balcanização sente-se também nos países que não têm acesso ao mar. No caso da região em estudo, a África Austral, devido à pretensão britânica, a zona que se encontram entre Angola e Moçambique perdeu o acesso ao mar, ou antes não conseguiu as vias de acesso ao mar. Em virtude dos conflitos entre as

potências coloniais ficaram dependentes de outros países para poderem realizarem as suas trocas comerciais.

Assim sendo, e apesar de ainda ser um tempo muito curto após as suas independências para estes países tentarem criar um sentimento de nacionalidade, a balcanização existente torna premente um processo de integração económica e mesmo política, de forma a reduzirem os problemas levantados por uma má distribuição do território.

Torna-se necessário reflectir se é mais importante uma maior independência, ou entrar num caminho de integração económica, em que há uma relativa perda de soberania, no intuito de tentar criar condições para o crescimento económico.

Diga-se, entretanto, que não existe nunca uma verdadeira e total independência, pelo menos a um nível económico, cada vez mais os países se interrelacionam.

Esta interdependência existente, a nível global, pode tornar difícil qualquer tentativa de um país a se auto-isolar, tornando inconsistente qualquer ideia de total independência. É importante haver um sentimento de nacionalidade, mas isso não deve ser motivo de impedimento para uma maior integração.

No caso da região em estudo é difícil questionarmos a problemática dos nacionalismos. Antes de mais, devemos questionar os problemas gerados pelas diferenças étnicas geradoras de maior perigo do que possíveis problemas resultantes de um processo de integração. É o caso, por exemplo, da África do Sul, em que os maiores problemas advêm dos conflitos entre os Xhosas e os Zulus, após um processo de democratização e eliminação do Sistema do Apartheid, que contrariamente ao que se esperava decorreu satisfatoriamente. Esta é uma questão que não deve ser negligenciada, até porque na África actual a questão tribal tem uma maior importância do que a noção de nação.

Por outro lado, a formação de um Estado-nação é um fenómeno recente, mesmo no mundo ocidental, vejam-se os casos da desagregação da URSS, e, de uma forma mais dramática, na ex-Jugoslávia.

O que é que forma realmente uma nação? Podemos questionar se será a expressão linguística, a religião que professam, um território que partilham?

Segundo AURÉLIO⁸⁹ a nação pode ter duas perspectivas, um político e outro cultural.

Em sentido político, a nação toma-se por uma referência ideológica através da qual se pretende apenas legitimar o Estado e garantir maior eficácia à sua actuação.

Em sentido cultural, a nação, passa por ser uma comunidade que compartilha, não apenas um território e uma vontade de perseguir determinados objectivos, mas também um conjunto de hábitos e tradições específicas, de história e de mitos, isto é um conjunto de experiências colectivas que antecedem e condicionam a actuação e o pensar dos indivíduos, e ao mesmo tempo lhes impõem determinados deveres.

No continente africano estas duas acepções têm respostas diferentes, pois se adoptarmos a perspectiva política provavelmente manteríamos as actuais fronteiras surgidas no período colonial. Numa perspectiva cultural, a nação projectar-se-ia nas tribos existentes muito antes desse período, ultrapassando as fronteiras.

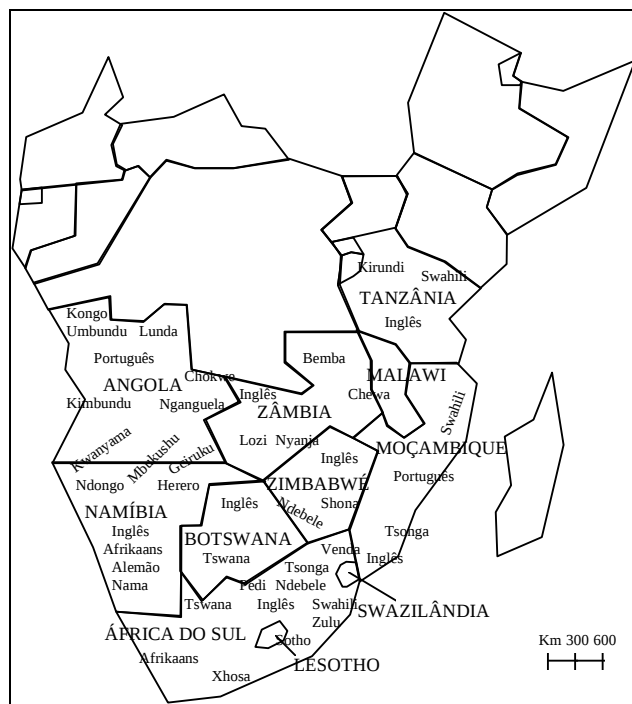
Noutros casos, em que o aspecto tribal deixou de ter sentido, passaríamos para uma definição territorial.

Se questionarmos mais aprofundadamente os aspectos nacionais dos países da África Austral a resposta é, por vezes, pragmática: a nação existe desta ou daquela forma porque já existia no tempo colonial, e as ligações nacionais, por muito contraditório que pareça, são a língua deixada pelo país colonizador, às vezes alguns resquícios da religião e, frequentemente, a legitimidade que é concedida aos dirigentes advém do facto de eles terem combatido os colonialistas para atingirem a independência.

⁸⁹ AURÉLIO, 1990 (pag 74)

Podemos ver no mapa seguinte as diferentes línguas existentes na região, demonstrativas da inexistência de uma só nação linguística que permita a unificação de um povo.

MAPA II- LÍNGUAS OFICIAIS EXISTENTES NOS PAÍSES DO SADC



Fonte: Esterhyusen, Pieter, *South Africa in subequatorial Africa*, 1994

Em 1964, os Chefes de Estado e de Governo dos países africanos reuniram-se no Cairo na primeira assembleia da OUA⁹⁰, e aí declararam que os limites territoriais existentes à data da independência de cada país seriam os definitivos, que todos se comprometem a respeitar.

Apesar de considerarmos que pudesse ser importante proceder a alterações na divisão territorial existente, esta posição é a mais realista, pois novas partilhas dariam origem a verdadeiras guerras entre os países africanos.

A necessidade de novos enquadramentos têm a ver com a arbitrariedade existente pela partilha realizada na Conferência de Berlim, que separou tribos e

⁹⁰ Organização de Unidade Africana, que actualmente congrega todos os países africanos.

etnias. Por exemplo os Bakongo ficaram separados entre Angola, o Congo Belga e o Congo Francês, e apesar disso nunca deixaram de se contactar. Da mesma forma, uma outra tribo africana, os A-Nyanja ficaram separados entre Moçambique, Malawi e a Zâmbia mas mantiveram os seus laços culturais e linguísticos⁹¹.

Em relação à língua comum também se deve acrescentar que apesar de a expressão linguística do país colonizador ainda ser um importante meio de unidade nacional, existe uma enorme fatia da população que se mantém analfabeta, e portanto para a qual a língua não representa veículo de unidade nacional⁹².

Todos estes aspectos tornam, por si, um factor essencial para a integração económica. O que se pretende dizer é que como está posta de parte qualquer novo processo de partilha e de novos enquadramentos territoriais, um processo de integração económico torna-se o meio indispensável para esbater os problemas originados pelas más divisões efectuadas que permitiram a balcanização e a separação de tribos entre vários países da região.

É neste sentido que tem lutado a OUA desde 1980, com o Plano de Acção de Lagos, pretendendo a criação de um Mercado Comum continental até ao ano 2000. Este objectivo tem poucas probabilidades de se concretizar, pois já estando em 1995, nenhum dos passos intermédios foram efectuados, mas, mesmo assim não é um objectivo de ser posto de parte, nem que seja num ano posterior.

O que pode haver são reestruturações deste plano tornando-o mais adaptado à realidade africana, na medida que podemos considerar que não existe apenas uma África. Nas condições actuais, um Mercado Comum Africano juntaria no mesmo plano situações muito diversas e incompatíveis.

Portanto é mais natural que haja agrupamentos regionais que tomem a iniciativa de formar mercados comuns e pouco a pouco possam criar laços entre si de forma a abranger o maior território possível.

⁹¹ AURÉLIO, 1990 (pag. 76)

Acrescente-se que em, matéria de cooperação africana, existe a possibilidade de ser implementado um sistema monetário africano que envolva todas as moedas deste continente. Esta ideia aparece como um alargamento da zona franco para todo o continente e em virtude de este mecanismo, no momento, não acarretar grandes custos económicos para a França.

A importância da integração económica numa região em a interdependência económica é elevada torna-se crucial para o desenvolvimento dos países em causa. Na África Austral esta situação é particularmente visível, principalmente no caso entre a África do Sul e os restantes países do SADC, além disso a balcanização existente na região torna o processo de integração económica imprescindível, na medida que permite colmatar as dificuldades que passam os países do interior para comercializarem.

⁹² Ver quadro I, da pag.23

2ª PARTE

II- ANTECEDENTES HISTÓRICOS E OBJECTIVOS DO SADC

No âmbito do trabalho em curso torna-se importante uma abordagem sobre o SADCC para se perceber qual a importância que ele teve para o desenvolvimento posterior em SADC, são os sucesso e os insucesso desta organização, com cerca de 12 anos de história, que irão marcar de forma decisiva possíveis evoluções nesta conturbada região, agora inseridos numa outra dinâmica em que o novo SADC desempenha papel fulcral.

Por outro lado, as relações existentes entre estes países dar-nos-ão uma melhor perspectiva sobre as relações de interdependência existentes.

II-1. Antecedentes Históricos

O SADC é uma organização muito recente, e por isso, com poucos resultados relevantes. No entanto, tem uma antecessora que foi considerada uma experiência original, o SADCC - *Southern African Development Coordination Conference* (Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral), com aspectos distintos em relação a outras organizações que importa estudar e perceber a razão da sua evolução.

III-2. Origens do SADCC

Em Abril de 1980 constituía-se pela Declaração de Lusaka, o SADCC, composto inicialmente por nove países da África Austral: Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. Aos quais se juntou a Namíbia, após a sua independência em 1990.

A África do Sul entra em 29 de Agosto de 1994 mas já na actual SADC.

A África Austral é uma zona extremamente vasta, com uma densidade demográfica muito reduzida. Os onze países do SADC representam cerca de 6,9 milhões de km²⁹³, mas com apenas 125 milhões de pessoas (ver quadro III).

QUADRO III- INDICADORES BÁSICOS (1992)

País	Área (km ²)	Popul (mil)	Densidad . Pop/área	PNB- milh USD	PNBpc USD	Tx Cresc (%)	Tx.Alfab . (%)
África do Sul	1.220.088	39.794	29	106,190	2,668	0.9	70
Angola	1.246.700	9.732	7	6,000 (1)	617	0.0	42
Botswana	581.730	1.360	2	3,797	2,792	5.8	74
Lesotho	30.355	1.860	55	1,090	586	0.0	78
Malawi	118.484	9.085	65	1,896	209	0.1	47
Moçambi	801.590	16.565	19	1,034	62	-3.6	33
Namíbia	824.268	1.529	2	2,502	1,636	-1.5	40
Swazilân	17.365	860	42	930	1,081	3.1	72
Tanzânia	945.087	25.965	26	2,561	99	-1.1	65
Zâmbia	752.614	8.589	10	2,580	300	-2.9	73
Zimbabw	390.579	10.352	25	5,896	570	0.2	67
Total	6.929.040	125.691	55	134,476	1,070		

Fonte: Esterhuysen, Pieter⁹⁴

Quando em Maio de 1979 em Gabarone, no Botswana, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados da Linha da Frente -Angola, Botswana, Lesotho, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia, aprovaram a convocação de uma Conferência alargada a outros países da região, para Julho do mesmo ano em Arusha, na Tanzânia, ainda não tinham consciência do que esperavam dela. Esta Conferência tinha por objectivo fazer uma discussão mais alargada e profunda duma cooperação inter-estados a nível económico que fosse tradução, nesse domínio, da cooperação que tinham mantido, até então, no plano político,

⁹³ Comparativamente os países do SADC representam mais do dobro da área do quinze da Comunidade Europeia, enquanto que a CE tem uma população de 400 milhões de pessoas.

⁹⁴ ESTERHUYSEN, P., 1994 (pag 14)

para apoiar a luta de libertação do Zimbabwe e combater o regime tanto da Rodésia, de Ian Smith, como do apartheid da África do Sul.

Ou seja pretendia-se aproveitar a cooperação política transformando-a numa associação económica com objectivos mais latos.

Quase um ano após estes acontecimentos, em Abril de 1980, após intensas negociações, surgiu a Declaração de Lusaka, que instituía oficialmente o SADCC, prevendo a prossecução de quatro objectivos⁹⁵:

- A redução da dependência económica, particularmente face à República da África do Sul, mas não só;
- O estabelecimento de laços que permitissem a criação de uma verdadeira e equitativa integração regional;
- A mobilização de recursos de molde a promover a implementação de políticas nacionais, inter-estatais e regionais;
- Actuar concertadamente, a nível internacional, de forma a garantir uma cooperação internacional dentro de uma estratégia de liberalização económica.

Segundo SAMIR AMIN⁹⁶ a criação do SADCC não é apenas uma iniciativa dos Estados da Linha da Frente, mas considera que houve um forte apoio dos países da Europa Ocidental e dos EUA, que pretendiam manter os países da África Austral na sua órbita de influência sem prejudicarem os seus interesses na África do Sul, nem permitirem que os Estados da Linha da Frente dessem maior apoio ao ANC- African National Congress⁹⁷, e à SWAPO- organização de resistência namibiana à libertação da África do Sul. Naturalmente que esta posição de Samir Amin deve ser vista à luz das suas teorias de imperialismo e dependência colonial, encerrando uma visão crítica, para não dizer pessimista, a tudo o que venha do "Ocidente Capitalista".

Esta perspectiva vingou no seio de alguns países africanos de tal forma que na criação do Plano de Acção de Lagos em 1980, que previa a existência até ao

⁹⁵ Terra Solidária, 1987, (pag. 17)

⁹⁶ SAMIR AMIN, 1987

ano 2000 um mercado comum para toda a África Continental, a existência de uma organização no seio do continente que pretendia outros objectivos era vista com alguma reserva por parte dos outros países⁹⁸. De certa forma a organização do SADCC foi votada ao ostracismo por parte de outras organizações da região.

Fazendo uma análise dos objectivos do SADCC podemos ter uma ideia de que estes países não pretendiam uma aproximação maior do que esquemas de cooperação que permitissem uma maior canalização de financiamentos internacionais para projectos que beneficiassem a região e, naturalmente, os seus países.

Por outro lado, a importância dada a uma redução de dependência em relação à África do Sul, demonstra que os países pertencentes à organização eram extremamente dependentes daquele país, excepção feita a Angola com quem não mantinha relações económicas, daí o relevo que se dava à implementação de projectos, em particular na melhoria dos transportes, que eram, sem dúvida, a espinha dorsal da dependência em relação à África do Sul.

⁹⁷ O ANC foi o movimento de resistência ao Sistema de Apartheid sul-africano, e que actualmente está no poder.

⁹⁸ ROBSON, Peter, 1990

II.3- Características distintas da organização do SADCC- uma estrutura responsabilizadora e flexível

O SADCC começa por ser uma organização muito distinta em relação a outras organizações da região ou mesmo do mundo.

Enquanto na maior parte dos casos, o objectivo de qualquer associação económica, passava pela redução de barreiras entre os países membros, se tratava de uma zona de comércio livre, ou mesmo a criação de um mercado comum, se os países pretendessem um maior aprofundamento das suas relações, na linha dos teóricos da integração económica, o projecto do SADCC dava ênfase à cooperação entre os países membros. Além disso pretendiam a criação de uma integração regional, equitativa e homogénea através da mobilização de recursos que permitissem a implementação das políticas regionais e nacionais, e ao mesmo tempo permitissem a concertação de acções que assegurassem uma verdadeira cooperação internacional. Na prática isto significa que os países membros do SADCC resolveram associar-se com o objectivo de uma forma mais eficaz atrair financiamentos externos.

O SADCC, contrariamente às experiências de outras organizações regionais, definiu-se como uma organização descentralizada e com uma máquina administrativa leve. Assim optou-se pela atribuição de responsabilidades a nível de sector de actividade a cada país, com sede na respectiva capital. A intenção era desenvolver e aplicar programas e projectos sectoriais e regionais, através da reunião de recursos produtivos internos e externos, visando a racionalização na aplicação desses recursos através da responsabilização de cada país membro por um determinado sector de actividade produtiva, de acordo com a experiência e formação que o país detivesse no mesmo.

Assim sendo, tentava-se criar uma sinergia que ajudaria toda a região, o país que dentro da organização tivesse maior experiência no sector seria o

responsável pela coordenação de todos os projectos que a organização tinha para essa área.

Desta forma, o SADCC reduzia as possíveis burocracias pelo facto de se criar comissões próprias para cada sector e, ao mesmo tempo permitia uma corresponsabilização de todos os países na procura de atrair investimentos para a região. O país ao procurar atrair investimentos estaria a beneficiar toda a região, pois os projectos são, acima de tudo de índole regional.

Pelo que a distribuição dos pelouro foi a seguinte:

Angola- pelouro da energia;

Botswana-pelouro das doenças de gado e sementes;

Lesotho- pelouro da utilização e conservação dos solos

Malawi- pelouro das florestas e fauna;

Moçambique-pelouro dos transportes e comunicações;

Namíbia- pelouro das pescas;

Swazilândia- pelouro do treino e formação do pessoal;

Tanzânia- pelouro da industrialização;

Zâmbia- pelouro do fundo de desenvolvimento e recursos mineiros;

Zimbabwe- pelouro da agricultura e segurança alimentar.

Cada país era, assim, responsável por todos os projectos do sector que lhe está distribuído, tendo para isso sido constituído as chamadas Unidades Técnicas de Apoio (UTA), com a presença de técnicos nacionais e de outros países. A única estrutura central permanente era o Secretariado Executivo, que funcionava em Gabarone, tendo por funções a preparação de reuniões e a canalização de dados para as UTA's.

Os órgãos de definição das grandes linhas de orientação eram, e continuam a ser, as Cimeiras Anuais de Chefes de Estado e de Governo que se reúnem anualmente.

Realizava-se, também, anualmente Cimeiras com os países e organizações financiadoras, e, sempre que necessário realizam-se Conselhos de Ministros para resolver alguma questão pendente.

Administrativamente, o SADCC englobava, ainda, duas unidades especiais: o SATCC⁹⁹, comissão para os transportes e comunicações, em que o responsável era Moçambique, e o SACCAR¹⁰⁰, centro de estudos para a cooperação na pesquisa agrícola, cuja responsabilidade pertence ao Botswana. Estes eram dois sectores para os quais a organização dava particular relevo¹⁰¹.

O objectivo primordial era o de criar uma estrutura leve e que ao mesmo tempo conseguisse ser eficiente.

Como se pode verificar, as ambições contidas nos projectos do SADCC ultrapassam os de outras organizações na região. Os planos delineados apresentavam maiores possibilidades de concretização, pois o projecto tendia a criar uma maior complementaridade e inter-ajuda entre os países.

O facto de serem apoiados projectos regionais fazia com que os países se empenhassem fortemente na sua concretização.

A maior parte destes projectos eram apoiados pelos países mais desenvolvidos da CE, EFTA e os EUA. Havia a convicção generalizada de que um projecto concretizado facilitava a vinda de mais financiamentos para outros projectos, o que obrigava a um grande empenho de todos os países na efectiva concretização dos projectos. Por outro lado havia a tendência para exagerar no número de pedidos de financiamentos, de forma a que pelo menos alguns pudessem ser apoiados, nem que fosse pela obrigação moral de o ter de ser feito. Em princípio a escolha dos projectos a serem financiados residia naqueles que de uma maneira mais global favorecesse a região como um todo. Naturalmente que também grande parte deste apoio dependia do poder negocial dos países e dos seus "lobbies" internacionais.

⁹⁹ SATCC-Southern African for Transport and Communication Center

¹⁰⁰ SACCAR-Southern Africa Center for Cooperation in Agriculture Research

¹⁰¹ Estas duas unidades especiais mantêm-se no actual SADC.

II.4- Sucessos e Insucessos da organização

II.4.1- Comércio intra-regional

O comércio intra-regional nunca foi apresentado como um objectivo da organização, no entanto, era sempre visível que a criação de maiores laços entre os países da região passavam por um aumento do comércio entre a região. Não estamos a falar de uma integração considerada normal, mas, segundo os teóricos da integração, o sucesso ou insucesso de um processo de integração media-se pela criação de comércio entre a região, e o desvio de comércio existente com o resto do mundo. Se balizarmos estes como os aspectos mensuráveis dos sucessos da organização podemos dizer que esta organização nunca funcionou como potencial criador de comércio. Pela análise do quadro II podemos observar que o comércio intra-regional situou-se abaixo dos 5% do total do comércio, o que é muito reduzido.

QUADRO IV- COMÉRCIO INTRA- SADCC

ANOS	Total de comércio (milhões de USD)	% do total de comércio
1981	548	4.7
1982	536	4.7
1983	495	4.5
1984	512	4.5
1985	417	3.8
1986	384	4.2

Fonte: “SADC: Towards Economic Integration”¹⁰²

Mas isto também demonstra que uma integração mais virada para o mercado entre estes dez países não teria sentido, pois não existia uma integração real antes da formal, considerada por muitos uma das razões fundamentais para um maior aprofundamento da integração económica entre os países.

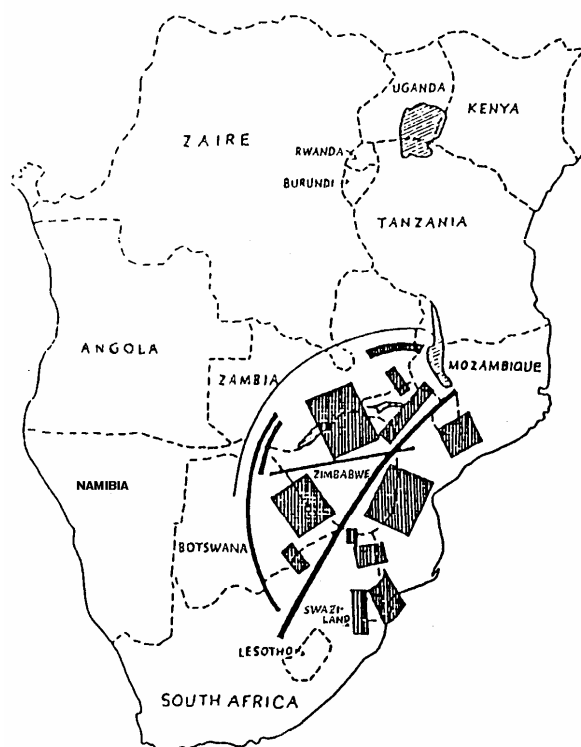
Este relativo fracasso também pode ser explicado pelo tipo de bens que são produzidos, maioritariamente, por estes países, isto é bens primários, ou bens

¹⁰² SADC Towards Economic Integration

industriais ligados ao sector primário¹⁰³, não complementares e em muitos casos, mesmo, concorrenciais, o que se traduzia na impossibilidade de se realizar trocas comerciais entre si, pois estariam a concorrer nos mesmos produtos.

¹⁰³ Ver quadro IV do anexo

MAPA III- RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O SADC E A ÁFRICA DO SUL (1986)



Fonte: “SADC: Towards Economic Integration”¹⁰⁴

Pelo observação do Mapa III podemos ver as intensas relações comerciais, mas apenas da região com a África do Sul. Os quadrados a negro representam os fluxos de comércio na região da África Austral, logo pelo posição dos quadrados notamos a preponderância da África do Sul na região.

Apenas Zimbabwe, que tem uma produção industrial mais avançada, tinha trocas comerciais mais profundos com os outros países da organização, o que vem demonstrar da necessidade de complementaridade entre as produções para a existência de trocas comerciais, pelo menos quando estamos a falar de um processo de integração económica em países não desenvolvidos.

Um exemplo contrário ao desta análise é o forte comércio intra-regional dentro da União Europeia, que segundo as estimativas é maioritariamente realizado com bens manufacturados, concorrenciais entre si. Mas este exemplo

¹⁰⁴ SADC, 1992, *SADC: Towards Economic Integration*.

apenas reforça a ideia de que um processo de integração económica feita em países com diferentes estágios de desenvolvimento, também deve ser feito de forma diferente.

Torna-se pois evidente, que não existe completa correlação de factores que nos diga que é potencialmente criador de comércio a produção de bens complementares ou concorrenciais entre si. Pela análise de outros processos de integração nota-se que existe maior probabilidade de comércio entre os países produtores de bens manufacturados concorrenciais entre si, o que significa que são países desenvolvidos possuidores de elevada tecnologia; ou então países produtores de bens complementares em que as necessidades *a juzante* ou *a montante* obrigam à necessidade de realizarem trocas entre si. Na maior parte dos casos o país produtor de bens primários fica sempre muito mais dependente, na medida em que com a constante evolução tecnológica torna as indústrias cada vez menos dependente das matérias-primas, e por outro lado há sempre a possibilidade de aparecerem novos concorrentes no mercado.

II.4.2- Redes de transporte e comunicações

Considerada um dos grandes elos de dependência entre os países pertencentes à África Austral, a rede de transportes e comunicações é vital para alguns destes países.

Se observarmos o mapa da região (mapa IV) para conseguirmos entender a influência que uma rede transportes eficiente tem na região.

A existência de muitos países sem costa marítima, enclavados e com a necessidade de escoarem a sua produção, tal como importarem produtos vitais à sua existência, obrigam a uma grande inter-ajuda e inter-relação entre estes países.

Assim, dos onze países da região em estudo, seis não têm acesso directo ao mar: Lesotho (enclave da África do Sul), Swazilândia, Zâmbia, Zimbabwe, Malawi e Botswana. Dos países com costa marítima, os países mais privilegiados seriam Moçambique, com excelentes meios de transporte virados

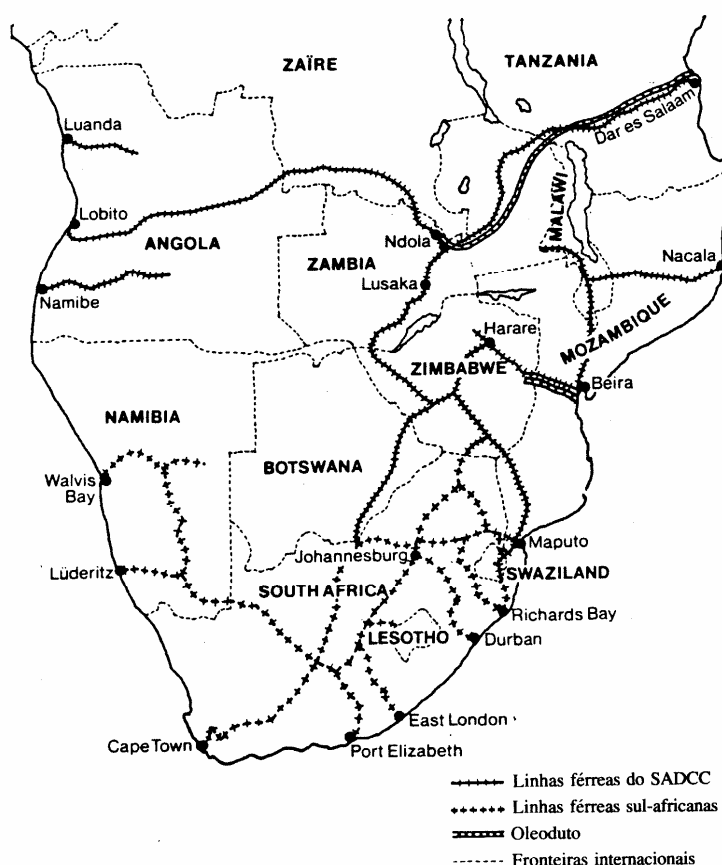
para o Oceano Índico, Angola e a Namíbia, para o Atlântico, e África do Sul entre o Índico e o Atlântico e também com excelentes vias de comunicação. A Tanzânia, com costa marítima, tem o problema das distância com os países mais a sul, como o Botswana e Zimbabwe.

Era pois evidente a posição predominante que a África do Sul tinha na região, com os conflitos internos tanto em Angola como em Moçambique, e com a possessão da Namíbia, todos os outros países tornavam-se complementemente dependentes da África do Sul. O apoio, directo ou indirecto, que a África do Sul dava aos movimentos de resistência RENAMO¹⁰⁵ e UNITA¹⁰⁶ (mas não admitido pelas fontes governamentais), criavam grande instabilidade na região e impossibilitavam a passagem de mercadorias por estes dois países, até pela destruição das linhas férreas por parte dos movimentos de resistência.

¹⁰⁵ RENAMO- Movimento de Resistência Moçambicano

¹⁰⁶ UNITA- Movimento de Resistência Angolano

MAPA IV - LINHAS FÉRREAS DOS PAÍSES DO SADC



Fonte: “África Austral” in revista “Terra Solidária”¹⁰⁷

Para dar uma ideia de Lusaka, na Zâmbia, a Beira, em Moçambique é de cerca de 2026 Kms, enquanto que até Durban, na África do Sul, é de 2812 kms, mas a Zâmbia é obrigada a utilizar este porto sul-africano para cerca de 75 a 90% do comércio realizado por ele (ver quadro IV), em virtude da instabilidade existente na região. O mesmo se poderia dizer do Zimbábue, Botswana e Malawi. No caso do Lesoto, tal situação não se põe, em virtude deste ser um país enclavado na África do Sul. Esta situação de instabilidade criou uma situação de dependência em relação à África do Sul, e ao mesmo tempo retirou importantes fontes de receitas tanto a Angola como a Moçambique. À data da

independência, o comércio de trânsito era a segunda maior fonte de receitas externas para Moçambique, e Maputo o segundo maior porto do subcontinente, mas que neste momento é uma pálida imagem dos tempos áureos. Na altura do aparecimento do SADCC , em 1980, o rácio de tráfego internacional dos seis países sem costa marítima que usavam a África do Sul em vez de algum dos outros países do SADCC eram numa proporção de 80 para 20, enquanto que actualmente esta proporção esteja em 40-60¹⁰⁸, com vantagem para o SADCC. Não deixa de ser um sucesso relativo.

QUADRO V -DISTÂNCIA DOS PAÍSES INTERIORES AOS PORTOS MAIS PRÓXIMOS (KMS)

	Portos do SADCC	Portos sul-africanos	% do comércio via portos sul-africanos
Zâmbia de Lusaka: de Ndola:	Beira-2026 Lobito-2361	Durban-2812 Durban-3120	75% do total
Zimbabwe de Harare: de Bulawayo:	Beira-698 Maputo-1061	Durban-2077 Durban-1859	90% do total
Botswana de Francistown: de Gabarone:	Maputo-1257 Maputo-1268	Durban-1663 Durban-1409	100% do petróleo
Malawi de Bantyre:	Beira-567 Nacala-840	Durban-3342 E.London-3489	95% do petróleo

Fonte: África Austral, in *Terra Solidária*, nº10, Nov/Dez 1987

Do total dos projectos financiados e a serem financiados, tanto pelos países do SADC como pelos países doadores¹⁰⁹, cerca de 518 projectos, 216 fazem parte dos transportes e comunicações. Montantes em causa: dos 8,5 mil milhões de USD dólares pedidos, cerca de 6,6 mil milhões destinam-se aos transportes e comunicações; e dos 3,7 mil milhões já garantidos cerca de 3,1 mil milhões são para este sector. É pois um sector considerado vital para os países do

¹⁰⁷ *África Austral* , in revista : "Terra Solidária", nº10, Nov-Dez 1987

¹⁰⁸ *África Austral* , in revista : "Terra Solidária", nº10, Nov-Dez 1987

¹⁰⁹ Ver quadro I do Anexo

SADCC, naturalmente que para vermos o sucesso deste sector interessa ver os efeitos práticos destes investimentos na região.

Segundo os dados do relatório anual de 1992 os transportes à superfície tiveram um decréscimo geral na ordem dos 8% para todo o tráfego. A nível dos portos, apesar de os principais projectos estarem concluídos aumentando a capacidade de carga e descarga, o nível de utilização só atinge os 26,5%¹¹⁰. O total de tráfego a nível dos caminhos-de-ferro teve um decréscimo de 25%¹¹¹. Em relação à aviação civil houve um aumento do número de passageiros a circular entre os Estados do SADCC, mas considerados ainda reduzidos se compararmos com os níveis de circulação de outros países.

O maior sucesso dos projectos do SADCC foi, sem dúvida, nas telecomunicações, em que neste momento toda a África Austral está ligada entre si nas comunicações.

Podemos dizer que o sucesso destes projectos é relativo, isto é tem-se estado a criar infra-estruturas, mas que devido a diversas razões, como, por exemplo, a instabilidade na região, a totalidade da sua capacidade na não tem sido usada.

[II.4.3- Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais](#)

Para uma região constantemente assolada por secas, guerras e fomes a segurança alimentar apresenta-se como um dos aspectos preponderantes da cooperação. Mas este sector da alimentação, agricultura e recursos naturais cobre cerca de seis subsectores: pesquisa agrícola e treino; pesca em lagoas, florestas e vida animal; pesca e recursos marítimos; segurança alimentar; pecuária e controlo de doenças animais; e ambiente e gestão das terras. O programa actual consiste em 136 projectos no valor global de 1037 milhões de USD¹¹².

¹¹⁰ SADC, Annual Report, July 91-June 92

¹¹¹ SADC, Annual Report, July 91-June 92

¹¹² Ver quadro I do Anexo

O potencial agrícola, pecuário e piscatório da região existe, mas o mau uso da terra, em que as secas e as guerras têm devastado completamente as colheitas, implicou o seu não aproveitamento.

Deve haver uma redefinição das prioridades na produção, e apostar na melhoria das condições de treino dos agricultores. Estando eles melhor preparados, mais facilmente se adaptarão às possíveis alterações climáticas. Mesmo assim já tem havido uma grande melhoria, principalmente no que se refere à pesquisa agrícola e ao controlo de doenças animais.

O país mais beneficiado com esta melhoria tem sido o Botswana que, neste momento, tem uma produção pecuária elevada. Outros países poderiam aproveitar as suas capacidades, pois apesar da seca a região não tem falta de rios e lagoas e pode criar bacias hidrológicas de forma a aumentar a sua capacidade agrícola.

II.4.4-Recursos energéticos e minerais

Em termos potenciais, a região da África Austral, é extraordinariamente rica a nível de recursos energéticos e minerais.

Com recursos minerais como por exemplo: ouro, diamantes, carvão, ferro, alumínio, urânio, manganésio, platina, cobre, cobalto, crómio e estanho, entre outros menos abundantes¹¹³. Em alguns casos a região apresenta-se com a maior reserva e produtora do mundo de alguns destes produtos.

Além disso, detém enormes recursos energéticos, como o petróleo, o carvão e as barragens hidroeléctricas, podendo, no seu todo, ser auto-suficiente e exportar para o resto do mundo. É, pois, evidente o enorme potencial que a África Austral representa no mundo.

Este sector representa para muitos dos países do SADCC uma posição predominante, pois além da mão-de-obra que emprega, representa uma fatia

importante das receitas externas destes países. Não se pode, no entanto, perder de vista que as matérias-primas, com excepção do petróleo e minerais preciosos. Por outro lado, existem alternativas mais rentáveis, do ponto de vista dos países compradores, o que torna mais frágeis estas economias já por si débeis.

Há a necessidade de tornar o sector mineiro mais competitivo.

Foi aprovado no Conselho de Ministros do SADC, em Janeiro de 1992, uma nova estratégia para o sector mineiro. Esta passa pelo aumento do nível de investimento na exploração e desenvolvimento mineral, e pelo encorajamento do sector privado. O seu objectivo é um aumento de valor acrescentado para a região, com projectos que incluam um maior processo de transformação dos minerais, e mesmo venda de produtos semi-acabados, estabelecendo maior ligação entre as indústrias *a montante e a juzante*¹¹⁴.

Os programas direccionados para o sector mineiro incluem 30 projectos com um custo estimado de 24 milhões de USD, dos quais apenas 4,66 milhões de USD¹¹⁵, foram assegurados. No entanto, existem protocolos tanto com a União Europeia como com os países nórdicos para apoiarem o sector mineiro e mesmo a possível transformação metalúrgica *a juzante*.

Em relação ao sector da energia foram aprovados cerca de 83 projectos, no montante de 751,43 milhões de USD¹¹⁶, mas cerca de 66% ainda não foram assegurados, o que significa que há a necessidade de maior "pressão" diplomática, em relação aos países investidores, neste campo específico.

Dos projectos contam-se os ligados à exploração petrolífera, carvão, electricidade, lenha, novas energias renováveis e conservação de energia.

De uma forma geral os países membros do SADCC conseguem satisfazer as suas necessidades energéticas através da produção autónoma em centrais térmicas e hidroeléctricas, produção de carvão e petróleo; auto-suficiência essa conseguida graças à implementação de projectos nacionais.

¹¹³ Ver quadro III do Anexo

¹¹⁴ SADC, Annual Report, July 91-June 92

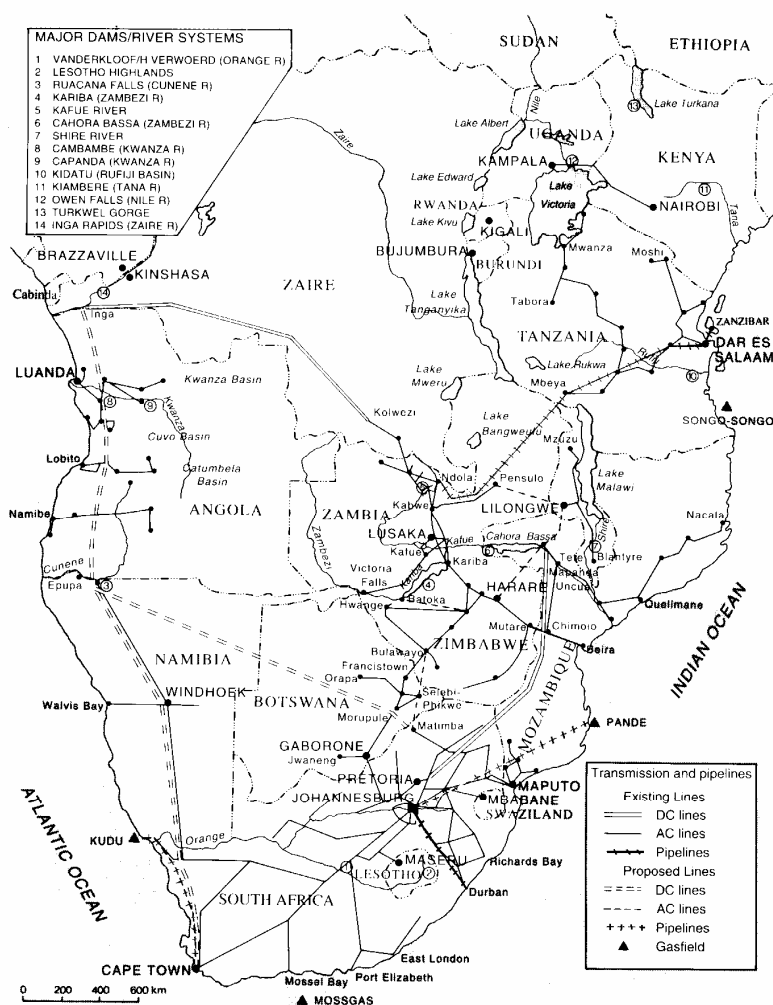
¹¹⁵ Ver quadro I do Anexo

Assim, podemos considerar este um dos sectores de relativo sucesso do SADCC. A antiga dependência da electricidade sul-africana por parte do Botswana, Swazilândia e Moçambique foi substancialmente reduzida com a criação de redes eléctricas que ligam a maior parte dos países da África Austral. No entanto, e pela observação do quadro II do Anexo, percebe-se que prevalece uma certa interdependência entre as economias. O Botswana importa cerca de 10% de electricidade da África do Sul , a Swazilândia cerca de 30% e o Lesotho é quase totalmente dependente. Por seu lado Moçambique e Malawi satisfazem parte das suas necessidades de carvão com matéria-prima sul-africana. Os menos dependentes são a Zâmbia e o Zimbabwe ao importarem as suas necessidades em petróleo e seus derivados dos portos moçambicanos e tanzanianos. Naturalmente que Angola, pelo facto de ter petróleo, é auto-suficiente e exporta cerca de 90% da sua produção¹¹⁷.

¹¹⁶ Ver quadro I do Anexo

¹¹⁷ Ver quadro II do Anexo

MAPA V- CAPACIDADE DE ELECTRICIDADE E PIPELINES



Fonte: Esterhuyesen, Pieter, *South Africa in sub-equatorial Africa*

A barragem de Cahora Bassa é um bom exemplo de cooperação dentro do SADCC, com os apoios de outros países, nomeadamente a União Europeia. Portugal irá também dar o seu contributo no apoio logístico e na produção dos cabos. Esta barragem que neste momento apenas utiliza 1% da capacidade, tem a possibilidade de fornecer energia para toda a região oriental da África Austral.

É importante salientar a existência de trabalho migratório, direccionado de alguns países do SADC para as minas sul-africanas. Estes trabalhadores representam um grande “Know-How” para os países de emigração, pois muitos trabalhadores, quando voltam, podem ajudar no desenvolvimento do sector mineiro do seu país de origem. A emigração representa, também, uma enorme fonte de divisas através das remessas. No caso do Lesotho, estas remessas representam a maior fonte de divisas do país¹¹⁸.

II.4.5-Movimento de Capitais

O movimento de capitais representa um dos maiores insucessos do SADCC, o que tem efeitos negativos no crescimento dos laços entre estes países, e, mais especificamente, no crescimento do comércio intra-regional.

Sem referirmos a África do Sul, todos os outros países têm economias pouco desenvolvidas, sem uma moeda aceite internacionalmente.

Muitos destes países estão sujeitos à rígida disciplina do FMI, através dos famosos planos de ajustamento estrutural, sofrendo contínuas depreciações das suas moedas. Ora uma completa instabilidade monetária não propicia o desenvolvimento do trocas comerciais.

Para o país comprador interessa pagar na sua própria moeda, pois a moeda internacional que é o dólar americano é-lhe inacessível, mas para o país que exporta interessa-lhe ter uma moeda que tenha aceitação, em termos internacionais.

A inexistência, até à entrada da África do Sul na organização, de uma moeda com aceitação internacional cria problemas, mesmo para o financiamento de projectos tornando difícil o pagamento dos bens e serviços, tal como dificulta a capacidade de financiamento das economias.

É por isso que se nota uma quase completa inexistência de movimentos de capitais intra-SADCC. Em alguns casos, é o próprio governo a desincentivar a

¹¹⁸ Ver Quadro V e VI do Anexo

saída de capitais, na medida que estes precisam das divisas para fazer face às suas dificuldades económicas.

Para dar uma ideia da dificuldade da situação, basta recordar que no caso da União Europeia é considerado quase unanimemente que um dos grandes factores de integração económica foi a liberalização do movimento de capitais, no caso do SADCC uma total liberalização dos movimentos de capitais teria, no imediato, efeitos perversos, com a saída maciça de capitais de alguns países menos rentáveis para outros com capacidade económica superior.

Fazendo uma análise dos sucessos e insucessos de uma organização como é o SADCC, ficamos com a nítida sensação que foram mais os insucessos que os sucessos.

A nível dos objectivos, os países da África Austral não conseguiram reduzir a sua dependência externa, especialmente em relação à África do Sul, ao mesmo tempo que os relativos êxitos no plano das comunicações e energia não colmatam os problemas na segurança alimentar, nem as deficiências da indústria e do comércio.

A maior parte destes países aumentou, ainda mais, a suas relações económicas com a África do Sul, contradizendo, paradoxalmente, os seus objectivos proclamados.

Apesar de se terem criado laços significativos entre os países membros do SADCC, não houve uma verdadeira e equitativa integração regional.

Apesar de tudo nota-se um forte sentimento de pertença a uma área que é a África Austral.

O terceiro e quarto objectivos, que os países do SADC se propuseram atingir, estão interligados, e, estes, foram atingidos com algum sucesso, pois a organização demonstrou credibilidade externa que lhe permitiu captar apoios, tanto na União Europeia como nos países nórdicos, apesar destes estarem aquém dos fundos pedidos.

Naturalmente que muitas das tensões relativas à África do Sul foram ultrapassadas, agora que a África do Sul faz parte da nova organização, o que não quer dizer que outros problemas possam surgir a curto-prazo.

Pode-se observar no quadro resumo as dependências existentes entre os países do SADC e a África do Sul.

QUADRO VI- DEPENDÊNCIAS DO SADC EM RELAÇÃO À ÁFRICA DO SUL

Países	Export.	Import.	Investim.	Energia	Transport.	Trabalho
Angola	-	-	-	-	-	-
Botswana	+	<u>+++</u>	++	+	<u>+++</u>	++
Lesotho	++	<u>+++</u>	<u>+++</u>	<u>+++</u>	<u>+++</u>	<u>+++</u>
Malawi	+	<u>+++</u>	++	+	+	+
Moçambiq.	+	++	+	++	++	++
Namíbia	++	<u>+++</u>	<u>+++</u>	+	-	-
Tanzânia	-	-	-	-	-	-
Swazilândia	<u>+++</u>	<u>+++</u>	<u>+++</u>	++	++	+
Zâmbia	-	++	+	-	+	-
Zimbabwe	++	++	++	-	++	-

Notas: (-) irrelevante; (+) baixa; (++) alta; (+++) intensa.

Fonte: CARDOSO,1993

Como se pode observar pelo quadro, à excepção de Angola e Tanzânia, todos os outros países estão muito dependentes da África do Sul, e em alguns casos esta dependência é muito elevada, e em aspectos que, aparentemente, não teriam razão para o ser. É o caso de Moçambique nos sectores da energia e dos transportes.

Em seguida passamos a dar algumas das possíveis razões para esta mudança.

II.5-Razões para a passagem de SADCC para SADC

As razões para uma mudança de designação poderiam passar despercebidas, quando parece que simplesmente retirou-se um "C" da denominação. Mas na verdade tal alteração é significativa pois esta "pequena" mudança irá ter repercussões a todos os níveis nesta organização.

Neste capítulo pretendemos dar algumas razões que contribuíram, decisivamente, para esta alteração de designação.

O fim da "Guerra-Fria", com o que é considerado a vitória do modelo económico "ocidental capitalista", teve repercussões políticas, económicas, sociais e culturais em todo o mundo, e cujas "ondas de choque" só agora avaliamos.

Com o desmembramento dos chamados países do bloco leste, incluindo a própria URSS, a situação geopolítica alterou-se, e aconteceu o que era considerado, há décadas, impensável, como a reunificação da Alemanha, ou, mais propriamente, a integração da ex-RDA na RFA.

Este facto político teve enormes repercussões políticas e económicas, pois implicou custos económicos muito elevados, que, segundo alguns economistas, acelerou a crise económica em que se vive. Por outro lado, implicou, também, uma reorientação dos investimentos, de outras partes do mundo, para a ex-RDA e outros países de leste, de forma a sustentar o seu crescimento económico e estabilização, destes países, na sua recente evolução para regimes democráticos, tentando que eles não descarrilhem para o caos e anarquia.

Isso foi um dos elementos que contribuiu para que a África Austral deixasse de ser uma prioridade para os investimentos dos países europeus, criando grandes dificuldades à gestão económica do SADCC.

Por outro lado a renúncia da actual Rússia à estratégia bipolar da ex-URSS, que caracterizou grande parte do tempo da "guerra-fria", fez com que deixasse de fazer sentido o antigo "jogo político" utilizado pela maior parte dos países africanos. Isto é, os investimentos eram, na maior parte dos casos, realizados

por uma questão de influência de esfera política, a bipolarização existente a isso propiciava.

Ou seja, as diferentes potências ocidentais investiam nestes países para mantê-los dentro da esfera política pretendida.

Com o fim do bloco leste, pelo menos nos moldes anteriores, e portanto da polarização bilateral, os países tiveram que alterar as suas estratégias e, de certa forma, sujeitar-se às condições exigidas pelos países financiadores. Em tais condições, iniciou-se, por um lado, a passagem para economias de mercado, com a consequente maior abertura ao exterior e menor influência do Estado na economia, e, por outro lado, o antigo monopartidarismo deu lugar a novos princípios e instituições democráticas, tanto na política como na economia.

Outra consequência que o fim da "guerra-fria" teve na região foi a tendência para acabar com os conflitos internos. Em Moçambique, tudo indica, ser uma realidade. Em Angola as negociações de Lusaka parecem apontar no mesmo sentido.

Tanto os EUA como a ex-URSS deixaram de apoiar, directa ou indirectamente, as forças militares envolvidas, com a saída dos cubanos de Angola e o fim do apoio da África do Sul à UNITA e à RENAMO. Este clima de pacificação tem repercussões muito positivas na região, e poderá facilitar, certamente, uma maior segurança e confiança para futuros investimentos.

O desanuviamento que se verificou permitiu a criação de um clima favorável para o fim do sistema de Apartheid vigente na África do Sul. Com a subida de De Klerk à presidência da República da África do Sul e o facto de deixar de fazer sentido uma ameaça comunista dentro de certos sectores do ANC (African National Congress), o fim do Apartheid era uma questão de tempo, como se veio a verificar. Naturalmente que se deve dar o devido ênfase às atitudes de grande sentido de Estado tanto de Frederik De Klerk como de Nelson Mandela.

Desde logo, os dirigentes do SADCC viram-se na necessidade de realizar alterações no sentido de dar maior consistência aos seus objectivos de

cooperação económica e, ao mesmo tempo, criarem condições para quando a África do Sul deixasse de ser governada pela minoria branca, entrasse para a organização, como membro de pleno direito, e ajudasse todos os países, com as suas características de potência, embora periférica, da economia mundial.

Esta alteração, muito mais do que o desaparecimento de um “c”, foi uma alteração de fundo nas estruturas e objectivos a que se propõe esta renovada organização.

III- O TRATADO DO SADC

O tratado do SADC surge no seguimento da Declaração de Windhoek, na Namíbia, em Agosto de 1992, onde se alterou a denominação de SADCC para SADC -*South African Development Community*- Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

O tratado do SADC vem mudar, significativamente, a orgânica, os objectivos e os meios do antigo SADCC . Assim deixa de ser **Conferência de Coordenação** para ser uma **Comunidade para o Desenvolvimento** que pretende garantir, através de acções comuns, o progresso e o bem estar de toda a população da África Austral.

O SADC passa a dar maior ênfase a uma maior **integração** entre as economias nacionais que permita um desenvolvimento mais harmonioso e equilibrado de toda a região.

Enquadrando o tratado do SADC em termos de teoria de integração o SADC pressupõe uma integração pelo mercado

De entre as formas de integração económica descritas no capítulo do enquadramento teórico percebe-se que o objectivo do SADC é atingir um Mercado Comum.

III.1- Objectivos do SADC

Os objectivos que o SADC pretende atingir são¹¹⁹:

- a) atingir o desenvolvimento e crescimento económico, mitigar a pobreza, melhoria dos padrões e qualidade de vida das pessoas da África Austral e apoiar as desvantagens sociais através de uma integração regional;
- b) desenvolver políticas comuns a nível de valores sistemas e instituições;
- c) promover e defender a paz e segurança;
- d) promover o desenvolvimento auto-sustentado numa base de autoconfiança colectiva e interdependência entre os Estados Membros;
- e) atingir uma maior complementaridade entre programas e estratégias nacionais e regionais;
- f) promoção e maximização de emprego produtivo e utilização dos recursos da Região;
- g) atingir uma utilização sustentável dos recursos naturais e uma efectiva protecção do ambiente;
- h) reforço e consolidação das afinidades e ligações históricas, sociais e culturais entre as pessoas da Região.

No sentido de atingir os objectivos atrás definidos, os países pertencentes ao SADC propõem-se¹²⁰:

- a) harmonizar planos e programas a nível político e sócio-económico dos Estados Membros;
- b) encorajar uma maior participação das pessoas e outras instituições no sentido do desenvolvimento económico, social e cultural da região e na implementação dos projectos e programas do SADC;
- c) criar instituições apropriadas para a mobilização dos recursos necessários para a implementação dos projectos e programas do SADC;

¹¹⁹ SADC, 1992, *Treaty of Southern African Development Cooperation*

¹²⁰ SADC, 1992, *Treaty of Southern African Development Cooperation*

- d) desenvolver políticas que ajudem a uma eliminação progressiva dos obstáculos a uma liberalização dos movimentos de capital, trabalho, bens e serviços no seio da região;
- e) promover o desenvolvimento dos recursos humanos;
- f) promover o desenvolvimento, transferência e conhecimento da tecnologia;
- g) melhorar a gestão e performance económica através de uma cooperação regional;
- h) Promover a coordenação e harmonização das relações internacionais entre os Estados Membros;
- i) assegurar a compreensão, cooperação, apoio e mobilização internacional de forma a atrair recursos, públicos e privados, para a região;
- j) desenvolver outras actividades que os Estados Membros possam decidir para atingir os objectivos deste tratado.

III.2-Instituições do SADC

Apesar destes objectivos poderem ser vistos de uma forma muito vasta, ficamos com a sensação da grande diferença em relação aos antigos objectivos do SADCC. O que se pode realçar é que os Estados Membros pretendem uma espécie de Comunidade Europeia à escala da África Austral, com as devidas proporções, e ao mesmo tempo harmonizar aqueles objectivos que os tornavam diferentes de outras organizações do género, como o sejam a da cooperação e a mobilização de fundos para projectos regionais.

Por este tratado são estabelecidos as seguintes instituições¹²¹:

- a) Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, que terá como objectivo a direcção política e o controlo das funções do SADC. Além da criação de todas

¹²¹ SADC, 1992, *Treaty of Southern African Development Cooperation*

as comissões, instituições e comités, todas as grandes decisões são tomadas nestas cimeiras, que se reúnem, pelo menos, uma vez por ano;

b) Conselho de Ministros, que consiste na presença de, pelo menos, um Ministro por Estado Membro, preferencialmente os responsáveis pelo planeamento e finanças. Estes terão como responsabilidade supervisionar a implementação das políticas do SADC, aprovar estratégias, definir programas sectoriais, isto é têm como objectivo pôr em prática as ideias saídas das cimeiras. As decisões do Conselho devem ser consensuais e responsabilizam-se perante a Cimeira;

c) Comissões que são constituídas para orientar e coordenar as políticas de cooperação e integração e os programas para as áreas sectoriais designadas. Os poderes, funções e procedimentos devem ser aprovados pela Cimeira, mas a sua responsabilidade remete-se ao Conselho;

d) Comité Permanente de Funcionários que consiste num espécie de secretariado permanente de funcionários com o objectivo de assessoria técnica ao Conselho. Deverão encontrar-se uma vez, pelo menos, ao ano;

e) O Secretariado que será a principal instituição executiva do SADC e terá responsabilidades na gestão e planeamentos estratégicos dos programas do SADC; na implementação das decisões tanto da Cimeira como do Conselho; na organização e gestão dos encontros do SADC; e na coordenação e harmonização das políticas e estratégias dos Estados Membros. Este Secretariado será chefiado por um Secretariado Executivo, que tem praticamente as mesmas competências, com as devidas proporções, que a Comissão Europeia na União Europeia. Este Secretariado Executivo é nomeado por um período de quatro anos pela Cimeira de Chefes de Estado e Governo;

f) O Tribunal é constituído por forma a assegurar uma interpretação correcta das provisões tomadas no tratado. Será uma forma de garantir a arbitragem correcta das decisões que possam ser contraditórias. As decisões deste tribunal serão consideradas finais e sem possibilidade de recurso.

Todas as decisões, excepto as que forem permitidas pela Cimeira como pelo Conselho, devem ser consensuais, o que significa, na prática a necessidade de unanimidade para a tomada de qualquer decisão.

Este procedimento, apesar de garantir uma predominância de todos os países, torna, muitas vezes, um peso demasiado elevado na tomada de qualquer decisão. Implicando constantes negociações quando se quer tomar qualquer tipo de decisão, por mais ínfima que seja. Por outro lado, garante que as decisões não colidam com os seus interesses¹²².

As áreas de cooperação previstas no tratado passam pela segurança alimentar, terra e agricultura; infra-estruturas e serviços; indústria, comércio, investimento e finanças; desenvolvimento de recursos humanos, ciência e tecnologia; recursos naturais e ambiente; segurança social, informação e cultura; e política, diplomacia, relações internacionais, paz e segurança¹²³.

Em termos de teoria económica este tratado poderia, de certo modo e com todas as posições salvaguardadas, inserir-se no que se poderá designar por união económica, apesar de ser seu objectivo apenas o Mercado Comum.

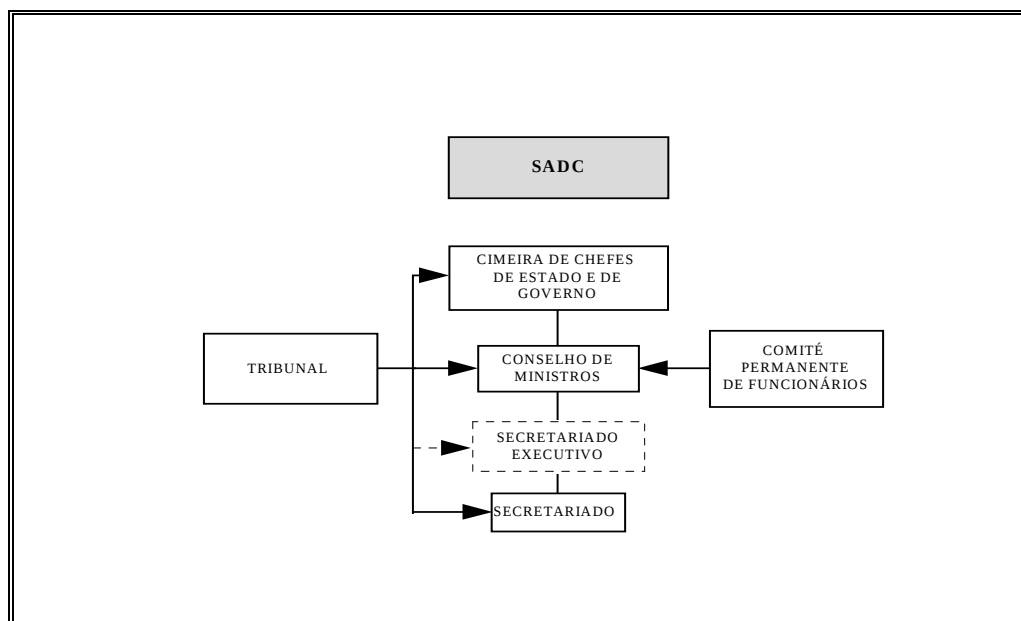
Isto acontece na medida em que associa a supressão de restrições aos movimentos de mercadorias e factores a um certo grau de harmonização de políticas económicas nacionais¹²⁴. Apesar disso nada se diz sobre a relação que estes países possam ter com o resto do mundo, isto é como vai ser o tratamento das pautas aduaneiras, nem sequer diz como será a relação com o PTA (*Preferential Trade Area*) que pretende criar uma zona de comércio livre numa área que engloba os países do SADC, à excepção da África do Sul. São questões pertinentes que importa resolver de forma rápida para não se criar ambiguidades do processo de integração.

¹²² Este debate tem sido realizado na CE, com a revisão do Tratado de Maastricht, e o que tem sido demonstrado é que a unanimidade das decisões favorece os pequenos países, que têm os mesmos direitos que os países grandes.

¹²³ SADC, 1992, *Treaty of Southern African Development Cooperation*

¹²⁴ Ver o capítulo sobre integração económica

FIGURA 1- INSTITUIÇÕES DO SADC



Fonte: Gráfico realizado pelo autor, com base no Tratado de constituição do SADC.

IV.-CONSEQUÊNCIAS DA ENTRADA DA ÁFRICA DO SUL NO SADC

Depois de serem referenciados, nos capítulos anteriores, a importância de um processo de integração económica, e se ter realizado o balanço dos anos do SADCC, e após a discussão do Tratado de adesão ao novo SADC, é essencial discutir quais as consequências da entrada da África do Sul nesta organização.

Neste capítulo começa-se por situar a África Austral no contexto de África como um todo, e qual a sua importância para o mundo.

IV.1- África Austral : em África e no Mundo

A África Austral é bem fornecida de recursos naturais.

A região, como um todo, tem um enorme potencial agrícola, com um clima favorável, com um número de grandes rios e boas áreas de terra fértil.

Além disso, a região tem extensos recursos minerais, incluindo ouro, manganésio, platina, diamantes, petróleo, cobre, níquel, crómio, cobalto, ferro, asbestos, carvão, zinco, prata e urânio¹²⁵.

Os estados membros do SADCC, sem a África do Sul, produzem uma grande proporção do total mundial de produtos minerais, tais como: 18,7% de diamantes, 15% de cobalto, 7,2% de ferro-crómio, 4,8% de asbestos, 4,6% de crómio e 4% de níquel. Só a África do Sul tem uma das maiores reservas mundiais de manganésio, platina, crómio, ouro, vanadiun, diamantes, zircónio, titânio, alumínio e carvão¹²⁶.

A África do Sul é o país mais poderoso da África Austral, tanto a nível económico como militar, podemos mesmo dizer que a África do Sul é a nível do continente africano considerado como uma grande potência regional, apesar de ser apenas potência periférica¹²⁷, se considerarmos a nível mundial.

A África do Sul tem uma economia três vezes maior do que todos os outros países do SADC juntos (ver quadro III), o que só por si demonstra o grande poder que a África do Sul representa na região. Se, além disso, analisarmos outros indicadores, ficamos com a sensação que estaremos a falar de um país do mundo desenvolvido, e não inseridos dentro do terceiro mundo, que a maior parte dos países africanos faz parte.

¹²⁵ Ver quadro III do Anexo

¹²⁶ SADC, 1992, *SADC : Towards Economic Integration*

¹²⁷ BENCH, 1989 (pag. 21)

QUADRO VII- PRODUTO NACIONAL BRUTO, 1992

	PNB (mil milhões de USD)	% do total do PNB africano	% do total do PNB africano, excepto África do Sul
países do SADC, sem África do Sul	28,286	10%	16%
África do Sul	106,190	38%	61%
SADC e África do Sul (SADC)	134,476	48%	72%
Resto de África	144,524	52%	83%
África, excepto África do Sul	172,981	62%	---
Total de África Subsaariana	279,000	---	---

Fonte: ESTERHUYSEN, Pieter, 1994 (pag.14)

A África do Sul, como se pode observar pelo quadro, representa cerca de 38% de todo o PNB da África Subsaariana, o que é, de facto, um grande peso para apenas um país. Os restantes países do SADC representam 10% desse PNB, o que apesar de ser reduzido, dá, conjuntamente com a África do Sul, uma grande importância ao peso desta região no total do continente.

No entanto, se compararmos estes indicadores, sobre os países africanos, com outros países, nomeadamente europeus, podemos ter a verdadeira dimensão do que representa a África Subsaariana, no seu conjunto, e o que é o SADC, e assim também se percebe que apesar de a África do Sul ser um grande país para as dimensões de um África, apenas representa um pequeno país em termos mundiais.

Como podemos observar no quadro abaixo, a África do Sul apesar de se poder considerar um grande país, dentro do continente africano, este país, conjuntamente com todos os países do SADC, tem um PNB inferior à Bélgica. Mesmo Portugal, que é considerado um pequeno país europeu, tem um PNB muito próximo do sul-africano.

Estes factos são mais visíveis se compararmos o PNB da África Subsaariana com alguns países europeus, e, pela observação do quadro VIII, temos que a Espanha, tal como a Bélgica e a Holanda juntos, têm um PNB

superior a toda África Subsaariana, o que testemunha a pequenez do mercado africano.

QUADRO VIII: PNB DA ÁFRICA AUSTRAL COMPARANDO COM OUTROS PAÍSES E O MUNDO, 1992

	PNB (MM USD)	% do total mundial
Países do SADCC	28,286	0.14%
África do Sul	106,190	0.53%
SADCC e África do Sul	134,476	0.67%
Portugal	95,300	0.48%
Espanha	578,000	2.89%
Holanda	304,500	1.52%
Bélgica	221,600	1.11%
Inglaterra	1047,500	5.24%
Alemanha	1975,500	9.89%
Total Mundial	19981,540	100%

Fonte: ESTERHUYSEN, Pieter, 1994 (pag.14), e
EUROSTAT, 1993, SEC- Contas Nacionais

IV.2- Perspectiva histórica e evolução da África do Sul

A história da África do Sul é extremamente complexa, mas também muito rica, o que a torna, o seu conhecimento, importante, para, de uma forma correcta, podermos avaliar os actuais contornos políticos.

O intuito da actual dissertação não comporta o estudo dessa história, no torna-se importante dar uma brevíssima perspectiva da evolução política deste país.

O aparecimento do ouro em Witswatersrand, no Transvaal em 1886, foi um dos grandes motores para o desenvolvimento da economia sul-africana, numa história que já tinha um longo passado.

Apesar de a África do Sul ser uma ex-colónia inglesa, estes apenas se instalaram na cidade do Cabo em 1806, dominando imediatamente a colónia. No ano seguinte, os ingleses proíbem o tráfico de escravos. Esta entrada dos ingleses coincidiu com as primeiras campanhas militares do rei zulu, Chaka Zulu, com vista à expansão territorial do seu povo.

Em 1820 dá-se uma entrada maciça de colonos ingleses, cerca de 5000 pessoas, criando grande tensão com os colonos holandeses. Esta tensão aumentaria com o direito de posse de terra concedido pelo governo inglês aos povos de origem Xhosa e, mais tarde, com a abolição da escravatura. Estes dois factos deram origem a uma perda de mão-de-obra por parte dos colonos holandeses, os chamados boers.

De 1836 a 1854 dá-se o “Grande Trek”¹²⁸, em que no seguimento da abolição da escravatura os boers decidem emigrar mais para o interior e fundam o Estado Livre de Orange e a República do Transvaal. Esta emigração maciça de colonos holandeses fá-los chocar com os habitantes da região, de origem Xhosa e Zulu dando origem a um verdadeiro massacre infligido a estas tribos africanas.

Na parte inglesa da actual África do Sul dá-se uma imigração elevada de trabalhadores indianos para trabalharem nas plantações de cana de açúcar da Província do Natal, e, ao mesmo tempo, teve lugar uma mobilização de muitos soldados ingleses para destruírem os últimos focos do império zulu.

Entre 1860 e 1886 aparecem os primeiros vestígios de ouro e diamantes na zona controlada pelos boers, criando grande atrito entre os ingleses, que pretendiam dominar a zona, e os boers. A razão invocada pelos ingleses foi a mesma que deu origem ao ultimato inglês a Portugal, isto é os ingleses queriam dominar a zona entre o Cairo e o Cabo. Naturalmente que a riqueza da região do Transvaal deu mais motivos para esta pretensão inglesa.

Estes acontecimentos irão dar origem à guerra anglo-boer de 1899-1902, com vitória militar inglesa. Esta guerra ficou conhecida pelo uso de técnicas

militares muito violentas, que apenas seriam usadas mais tarde nas duas grandes Guerras Mundiais.

Em 1910 é formado a União Sul-Africana, independente do Reino Unido, passando, após a sua criação em 1926, a fazer parte da Commonwealth¹²⁹, isto é com um parlamento próprio, mas em que o chefe de Estado continuaria a ser o rei, ou rainha, da Inglaterra.

Em 1912 forma-se o ANC (Congresso Nacional Africano), na Conferência de Bloemfontein. Este congresso pretendia ser uma voz dos africanos contra a constituição segregacionista saída da União Sul-Africana. O novo parlamento sul-africano, logo que entra em vigor aprova leis de segregação da terra, reduzindo a possibilidade de posse de terra para os africanos para apenas 7,3% do total da terra existente.

Em 1914/15, a África do Sul que entrou na 1ª Guerra Mundial ao lado dos ingleses, apesar da oposição Boer, e como a Namíbia era uma colónia alemão tem justificações para atacá-la e consegue anexá-la. Em 1920 a Namíbia é cedida em regime de fideicomisso¹³⁰ à União Sul-Africana, pela Sociedade das Nações, este domínio sul-africano manter-se-ia até 1992, apesar de as Nações Unidas terem retirado o regime de fideicomisso nos anos 60, e em 1971 o Tribunal Internacional ter declarado ilegal a presença sul-africana na Namíbia.

É no ano de 1948 que começa a ser formado aquilo que é chamado de regime de Apartheid, com a vitória do Partido Nacionalista, de origem essencialmente boer. O regime do Apartheid assentava, principalmente, em 10 leis segregacionistas¹³¹:

Group Areas Act que criava a segregação racial numa base geográfica;

Population Registration Act que obrigava o registo de toda a população segundo a sua raça, determinando os direitos e deveres de cada um;

¹²⁸ “Grande Trek”- ou grande caminhada, significou uma deslocação decerca de 2000 holandeses para o interior, numa tentativa de criar um estado independente.

¹²⁹ Commonwealth- Associação de Estados, territórios, colónias e protectorados que reconhecem como chefe da comunidade o soberano do Reino Unido.

¹³⁰ O regime de fideicomisso significa que a África do Sul ficou com a possessão do território da Namíbia até uma decisão contrária por parte da Sociedade das Nações

¹³¹ Terra Solidária, 1987, (pag. 31-35)

Native Laws Amendment Act que limitava e controlava o direito de permanência dos negros sul-africanos, esta lei obrigava os negros a serem portadores de um passe tipo salvo-conduto;

Immorality Act que proibia o contacto e qualquer outro acto imoral e indecente entre raças diferentes;

Mixed Marriages Act que proibia os casamentos inter-raciais;

Bantu Education Act que segregava os sistemas educativos em que o sistema de ensino branco era diferente dos outros;

Job Reservation Act em que reservava certas profissões exclusivamente para os brancos, e mesmo em profissões idênticas a diferença salarial era praticamente enorme, enquanto que um branco poderia ganhar 100 um negro apenas ganhava 56;

Revocation of Separate Amenities Act que impunha a segregação de todos os locais públicos e privado, desde as casas aos transportes e em vários serviços, havendo para cada raça serviços diferentes, tais como: hospitais, correios, esquadras de policia, cinemas, parques, praia, hotéis, etc;

Bantu Homeland Development Corporation Act, que cria o sistema dos Bantustões, ou seja pequenos semi-estados negros, em geral extremamente pobres e com poucos recursos económicos, que permitia ao regime do Apartheid controlar a população negra; e finalmente

Publications Act que atribuía plenos poderes à censura para banir qualquer publicação indesejável.

Estas leis criaram o sistema de segregação conhecido como Apartheid, que levava a uma total segregação entre os indivíduos de raça branca e os restantes.

Só se compreende a permanência deste sistema por um período tão longo, sem grandes atritos com a Comunidade Internacional, por razões de natureza económica e geo-estratégica.

Como a África do Sul controlava uma parte importante das reservas de ouro do mundo, era importante a manutenção de um certo apoio à África do Sul, pois

o ouro mantinha a sua preponderância como meio de trocas internacionais, e como fonte de reserva.

A importância da África do Sul a um nível geo-estratégico compreende-se pelo medo que os dirigentes ocidentais tinham de um governo de maioria negra, em que o partido comunista podia ter um peso significativo. O apoio que o PAC (Partido Africano Comunista) concedia ao ANC, foi sempre vista com maus olhos.

Por outro lado, praticamente todos os outros Estados que rodeiam a África do Sul são economias centralizadas de origem marxista, o que significaria a perda de um aliado importante numa região fulcral, pelo menos a nível de recursos naturais, para o Ocidente¹³².

Em 1977 as Nações Unidas aprovam um embargo de armas com destino à África do Sul, que mais tarde iria dar origem às sanções económicas na tentativa da Comunidade Internacional forçar o desmantelamento do regime de apartheid.

Estas sanções consistiam em embargos comerciais, desinvestimento das grandes multinacionais, e cortes em novos empréstimos, fornecimento de tecnologia e energia, assim como embargo ao armamento. À excepção do desinvestimento, nenhuma das outras sanções criaram grandes problemas ao regime de apartheid sul-africano.

O corte de empréstimos e fornecimento de tecnologia nunca chegou a ser seriamente postos em causa em virtude de as grandes potências, como os EUA e a Inglaterra, considerarem a África do Sul de importância estratégica¹³³. Em relação ao embargo ao armamento, também, nunca houve consequências práticas, com Israel a fornecer sempre a mais recente tecnologia¹³⁴.

O embargo comercial era torneado por via indirecta, pelos países limítrofes, como o Botswana, Lesotho e Swazilândia. Em alguns casos as receitas de

¹³² O motivo principal deste receio ocidental prende-se com a bipolarização existente entre o Leste-Oeste da altura, e como a maioria dos países da região eram de influência marxista, não se via com bons olhos a perda da influência ocidental neste país, estrategicamente importante.

¹³³ Terra Solidária, 1987, (pag. 35)

¹³⁴ Terra Solidária, 1987, (pag. 37)

reexportação dos produtos sul-africanos eram, para estes países, as maiores fontes de receita.

No entanto, foi no desinvestimento que a África do Sul sofreu maior impacto, com a saída do país de cerca de 1100 grandes empresas, representando um desinvestimento na ordem de 453 milhões de US dólares, como nos mostra o quadro seguinte. Este impacto repercutia-se no aumento de desemprego e na estagnação económica dos últimos anos¹³⁵.

¹³⁵ SOUTH AFRICA, Yearbook 1994.(pag 191-200)

QUADRO IX: INVESTIMENTO DIRECTO EXTERNO (MILHÕES DE USD)

	1980-84	1985-89
Total do SADCC	907.0	678.0
África do Sul	944.0	-453.0

Fonte: SADC, Towards Economic Integration

Enquanto que no período de 1980-84 houve um investimento na ordem de mil milhões de USD, no período seguinte o desinvestimento apesar de significativo, não atingiu os quinhentos milhões de USD.

As empresas que saíram eram, na maioria, norte-americanas, enquanto as inglesas mantinham as suas empresas no país, apesar da existência de sanções¹³⁶.

Esta saída maciça de capitais teve enormes implicações na economia sul-africana, com uma consequente estagnação e crise económica gerada por um desinvestimento real na economia.

E assim chegamos a Setembro de 1989 com a subida ao poder de Frederik de Klerk que iria introduzir reformas significativas, no sentido de abolir o sistema de Apartheid, confluindo na realização de eleições multipartidárias em Abril de 1994, com a vitória de Nelson Mandela do ANC.

Apesar da vitória esmagadora deste partido, é de salientar a cooperação parlamentar existente entre todos partidos, com a existência de uma coligação parlamentar do estilo União Nacional. A vitória da democracia, neste Estado, contradisse dos que auguravam uma enorme tragédia.

O futuro da África do Sul passa, actualmente, por todos os sul-africanos, e importa todos se empenharem para construírem um futuro partilhado.

¹³⁶ Os argumentos dados para o não desinvestimento tinha a ver com o facto de estes considerarem que uma forte saída de capitais teria maiores repercussões na população negra que na branca, o que, em certa medida, pode ser considerado correcto. Havendo despedimentos, os primeiros a serem despedidos eram a população africana, e que por sua vez também tinham mais dificuldades em encontrarem outro emprego.

IV.3- África do Sul e o SADC: quem integra quem?

Como já foi salientado a dimensão económica da economia sul-africana é três vezes superior ao total dos outros países do SADC, e por isso torna-se pertinente questionar quem realmente integra quem e saber que tipo de integração é possível com a diversidade de países envolvidos. Naturalmente que importa estudar, também, quais as vantagens para as partes envolvidas de um processo de integração que envolve todos os países da África Austral.

Para uma organização do tipo SADC, algumas destas questões são meramente teóricas, pois, saídos de uma organização que apenas pretendia uma cooperação no intuito de atrair fluxos financeiros, um maior aprofundamento do processo de integração, ainda não é uma realidade premente. Apenas consideram que devem avançar neste processo de integração para não se afastarem de um processo de crescimento económico.

O que se pode demonstrar é que a entrada da África do Sul no SADC pode criar uma polarização da organização, à semelhança, de certo modo, do que é a Alemanha dentro da Comunidade Europeia.

Se acrescentarmos a isto o facto de as outras economias da região serem economias semicapitalistas¹³⁷ baseadas em, algumas vezes, numa monoprodução agrícola, mineral ou energético. Além disso, estas economias já são dependentes da África do Sul, o que pode tornar a entrada da África do Sul na organização um facto perverso. Como podemos observar no quadro X, temos o peso de algumas produções no total das exportações, criando uma dependência acentuada destes países nestes produtos, e também nos países para os quais eles os exportam.

¹³⁷ Como economias semicapitalistas queremos referir ao facto de grande parte da produção do país ser dominada pelo Estado.

**QUADRO X - PRINCIPAIS EXPORTAÇÕES E PARCEIROS COMERCIAIS DOS
PAÍSES DO SADC**

País	Principais exportações (%)	Importações de: (%)	Exportações para: (%)
Africa do Sul	Ouro(32), Outros metais e minerais	Alemanha (17), Grã-Bretanha (12)	Itália (8)
Angola	Petróleo (91)	Portugal (34)	EUA (57)
Botswana	Diamantes(80)	Africa do Sul (80)	Suíça (80)
Lesotho	Manufaturas(80)	Africa do Sul (94)	Africa do Sul (42)
Malawi	Tabaco(75), Chá	Africa do Sul (34)	EUA (16) e Japão(16)
Moçambique	Camarão(37), Castanha de caju	EUA (12)	Hong-Kong (21)
Namíbia	Diamantes (37)	Africa do Sul (90)	Suíça (37)
Swazilândia	Açúcar (33)	Africa do Sul (92)	Africa do Sul (41)
Tanzânia	Café (21), manufaturas(19)	Grã-Bretanha (13)	Grã-Bretanha (12)
Zâmbia	Cobre(92)	Africa do Sul (25)	
Zimbabwe	Tabaco(27), ouro e outros minerais(27)	Africa do Sul (25)	Grã-Bretanha (14)

Fonte: Esterhyusen, Pieter (editor), 1994, "South Africa in subequatorial Africa: Economic interaction", AISA

Este quadro dá-nos, também, uma ideia mais clara da dependência destes países em relação a alguns produtos. Por outro lado, existem sete países que têm como principal parceiro a Africa do Sul. E, mesmo a Africa do Sul, tem como suporte das suas receitas externas o ouro e outros metais e minerais preciosos.

V.3.1- Importância da África do Sul para o SADC

Os países pertencentes ao SADC pretendem a entrada da África do Sul na organização, como já aconteceu, por diversas razões:

a) é sempre bom ter um motor que lhes permita avançar, para um caminho de crescimento económico, na realidade torna-se mais fácil para os países em redor que haja um país que funcione como polo de crescimento, visto que os

seus investimentos terão efeitos positivos na procura de produtos dos outros países;

b) após anos de tensão, a existência de um país com as características de potência militar dentro da região pode garantir um clima de paz e estabilidade;

c) a dependência que existe entre alguns países do SADC em relação à África do Sul perde a sua importância, a partir do momento que este país faz parte da organização;

d) torna-se possível a vinda de maiores recursos monetários para a região, em virtude de que com a África do Sul no interior da organização o investimento apresenta menores riscos e maior atractividade;

e) o facto de a África do Sul ser uma economia com características de semipotência mundial, torna a organização, como um todo, com maior peso económico e político tanto a nível continental como mesmo mundial.

IV.3.2- Importância do SADC para a África do Sul

Para a África do Sul, também, interessa a entrada na organização, pois isso permite-lhe:

a) um mercado vastíssimo para os seus produtos, apesar de o poder de compra ser mais reduzido, e, para uma região considerada balcanizada, como é o continente africano, um mercado com mais de 120 milhões de pessoas torna-se atraente;

b) maior chamariz para o Investimento Directo Externo para o seu país, com o objectivo de servir o mercado alargado do SADC;

c) Tentativa de criar um clima de segurança e estabilidade à região dando maior credibilidade económica às suas pretensões de potência regional.

IV.3.3-Efeitos da entrada da África do Sul para o SADC e efeitos da passagem de SADCC para SADC

A passagem de uma organização com mais de dez anos, considerada inovadora em termos mundiais, e em que em certa medida teve alguns sucessos, para uma organização com objectivos de integração económica tem, naturalmente, repercussões muito importantes.

Mas há efeitos perversos para a região que importa tomar em conta, tais como:

a) A África do Sul pode-se tornar o principal local de afluxo de IDE devido às suas enormes potencialidades, tais como:

- maior produtividade, comparativamente com os outros países em redor a África do Sul tem a maior produtividade. A existência de um nível de industrialização elevado, uma boa formação escolar torna a população capacitada para uma maior produção e de melhor qualidade¹³⁸;

- mercado com poder económico elevado, pois, a África do Sul apesar de ter sofrido os problemas do Apartheid, com disparidades económicas, sociais e culturais elevadas entre brancos e não brancos, podemos dizer que alguns extractos da população negra, apesar de tudo, tem melhores condições económicas, comparativamente com o resto do continente africano. Isto é, com um poder de aquisição relativamente elevado;

- boa rede de transportes, é reconhecido que a África do Sul tem uma excelente rede viária e ferroviária, não só que liga todos os pontos do país, mas também com boas ligações com os países vizinhos¹³⁹;

- maior segurança, em termos relativos. Isto é, apesar de constantemente aparecerem notícias de conflitos entre a população negra de etnia zulu e xhosa, e a existência de muitos assaltos e furtos a casas e lojas, existe uma força

¹³⁸ ESTERHUYSEN, Pieter, 1994, (pag. 23)

¹³⁹ ESTERHUYSEN, Pieter, 1994, (pag. 48)

policial e armada, e uma administração da Justiça muito mais eficaz do que em outros países da região¹⁴⁰;

- existência de um regime democrático, que é o grande garante de qualquer investimento, na medida em que não existe um ditador autocrático que a qualquer momento pode alterar as regras de jogo;

- existência de uma classe empresarial dinâmica, o que torna as condições económicas muito favoráveis, pois as decisões de investimento não estão dependentes apenas do governo

- economia capitalista, não necessitando, por isso, de transições difíceis de regime .

b) Outro factor adverso é que a dependência económica pode-se acentuar de maneira dramática, pois:

- pode já não ser necessário investir em redes de transporte alternativas, vias Moçambique, Angola ou Tanzânia pois a África do Sul tem capacidade para canalizar os produtos dos outros países que não têm acesso ao mar;

- o comércio entre alguns países do SADC e a África do Sul que, neste momento, já é elevado¹⁴¹ pode crescer de forma significativa, o que significaria uma maior criação de comércio dentro da zona, criando maiores problemas a nível da dependência;

c) a possível saída tanto de capitais como de recursos humanos mais qualificados, numa situação de livre circulação de bens, serviços, capitais e trabalho, para a África do Sul esperando melhores condições remuneratórias, melhor nível de vida e melhores condições de trabalho;

d) as disparidades económicas podem-se acentuar de forma dramática entre o antigo espaço do SADC e a África do Sul.

¹⁴⁰ SOUTH AFRICA, Yearbook 1994.(pag 149)

A questão que ficaria por resolver é porque razão é que os outros países do SADC esperam ganhar, apesar de tudo, com a integração da África do Sul. Pois não é aceitável que podendo ter tantos aspectos negativos, mesmo assim os países do SADC querem a entrada da África do Sul para a organização.

Pela posição que os países têm evidenciado, o que eles esperam desta integração podemos sintetizar nos seguintes aspectos¹⁴²:

a) Efeito “spill-over”¹⁴³ para os mercados marginais nos seus próprios países;

b) Possível capitalização dos seus mercados e um melhor uso das suas capacidades;

c) aproveitamento dos seus recursos humanos que estão na África do Sul e em outros países, esperando que com a sua volta possa relançar as suas indústrias, tanto extractiva como transformadora;

d) ainda em relação aos recursos humanos, é possível capitalizar os efeitos das vindas das remessas dos emigrantes, com contractos intra-estados e também uma possível rotação desses mesmos emigrantes, naturalmente que há a considerar os problemas do desemprego dentro da própria África do Sul, que os actuais dirigentes quererão resolver antes de deixar entrar mais mão-de-obra estrangeira, por outro lado as remessas dos emigrantes representam uma fatia importante dos rendimentos dos países de destino, caso de Moçambique e do Lesotho, em que para este último representa mesmo a maior fonte de receitas¹⁴⁴;

e) efeitos positivos que a segurança e estabilidade terá na região, em virtude de a África do Sul poder representar um foco de estabilidade pela sua condição de potência regional, e, naturalmente, pelo facto de ela própria já não incentivar os movimentos de resistência no seio da região;

¹⁴¹ Ver quadros V e VI do Anexo

¹⁴² Declarações do Embaixador Sul-Africano em Lisboa, 1994

¹⁴³ Efeito “spill-over” ou efeito arrastamento, pode ser considerado o efeito de escoamento dos benefícios de um sector, ou país, mais avançado para outros mais atrasados

¹⁴⁴ Ver quadro V e VI do Anexo

f) a possibilidade de a África do Sul assumir uma solidariedade com a região em relação aos seus problemas económicos, na realidade é convicção dos países da região, até por declarações dos actuais dirigentes sul-africanos, que a África do Sul ajude a região em virtude de, durante muitos anos, o seu país ter sido o grande responsável por algumas das dificuldades da região;

g) por fim, estes países esperam que uma grande fatia do investimento externo possa-se dirigir aos seus países, beneficiando do mercado vasto e havendo a possibilidade de este investimento produtivo relançar uma classe empresarial dentro do próprio país.

Existe uma esperança que a entrada da África do Sul na organização do SADC faça dar um salto significativo esta organização.

A experiência dos processos de integração económica em África não nos dá uma perspectiva positiva sobre os mesmos. Mas, na maior parte dos casos, os países não se envolviam de forma significativa que lhes fizesse dar o impulso necessário para criar uma verdadeira associação económica.

Algumas das razões para que isto aconteçam passam pela recente independência destes países e que receiam que um maior aprofundamento lhes possa criar problemas ao seu futuro.

Outras razões passam pela debilidade económica destes países, que têm uma economia baseada no sector primário, e em que a estratégia de industrialização, relacionada com a substituição de importações, é, muitas vezes, pouco incentivadora de um comércio intra-regional.

Em relação aos problemas postos acerca da possibilidade de que com a entrada da África do Sul na Comunidade pudesse criar uma maior dependência, é normal que isso possa acontecer, no entanto os possíveis efeitos negativos de tal situação podem ser debelados.

A forma de os resolver passa por uma maior cooperação entre estes países de forma a poderem atingir pontos de compromisso.

Por outro lado, existem outras possibilidades, que estão consignadas no tratado de adesão ao SADC, e que passam pela criação de políticas comuns.

Por exemplo, para resolverem os problemas que possam surgir com a possível saída de capitais e mão-de-obra, pode-se criar políticas de coesão económica e social, como os fundos de apoio ao desenvolvimento regional, que passariam por investimentos em projectos regionais. Estes investimentos poderiam fixar as populações nos sítios onde fazem parte, e, ao mesmo tempo atrair fluxos do próprio país, na medida em que estes projectos seriam ajudadas pelo SADC.

É, também, importante que estes países tenham uma política comercial comum, não tanto para criarem um bloco regional, mas mais para criarem sinergias de modo a aproveitarem todas as potencialidades de cada um dos países.

Pela maneira como a produção está distribuída, nestes países, podemos ver que eles podem atingir, no seu conjunto uma auto-suficiência que lhes permita assumir o processo de industrialização de uma forma mais descomplexada, na medida em que tendo nos seus solos recursos naturais extensos, apenas precisam de canalizar esforços para a transformação desta matéria-prima em bens de qualidade e com maior valor acrescentado para a região¹⁴⁵.

Uma política que não aparece no tratado de constituição do SADC mas que poderá fazer sentido referir é a política monetária comum, e que devido à interdependência existente na região poderia trazer efeitos positivos na região.

Mas, a existência de uma política monetária comum poderia levar a um aumento da dependência dos países do SADC em relação à África do Sul, na medida em que a moeda sul-africana, o “rand”, se tornasse a moeda predominante nas trocas entre os países do SADC. E isto tenderia a acontecer, mesmo sem a possibilidade de uma política monetária comum, por diversas razões:

¹⁴⁵ SADC, 1994, *Progress in SADC*

a) a moeda sul-africana é uma moeda internacionalmente aceite, sendo, pois, um bom meio de troca ;

b) a moeda tem estabilidade e é sustentada por reservas de ouro elevadas, que lhe dá uma credibilidade;

c) nenhum dos outros países tem uma moeda com estas características;

d) já existe uma área monetária comum entre a África do Sul , o Lesotho, a Namíbia e Swazilândia, tornando propiciadora o alargamento desta zona aos outros países da região;

Podemos ainda acrescentar que não faz sentido que estes países façam comércio entre si utilizando uma moeda que é-lhes difícil adquirir, como é o caso do dólar americano, enquanto o “rand” é, em termos regionais, um meio de trocas tão bom como a moeda americana.

As vantagens que a criação de uma zona “rand” teria na região seria:

a) maior credibilidade económica da região;

b) aumento dos investimentos externos em virtude dessa maior credibilidade;

c) aumento das trocas intra-região, pois, com a existência de uma moeda de troca, e reserva de valor, mais acessível tornava mais fácil a realização de comércio intra-regional.

As desvantagens que possam advir da criação desta zona “rand” seriam:

a) aumento da dependência dos países do SADC em relação à África do Sul;

b) perda de soberania numa questão essencial como é a base monetária e a criação monetária;

c) como consequência da anterior, pode acontecer que os países possam ter necessidades diferentes a nível da expansão ou contracção monetária em relação à África do Sul, e assim teriam que estar sujeitos aos ciclos económicos

sul-africanos, e que podem ser contraditórios com os seus próprios ciclos. Isto significa que se, por exemplo, um dos países está numa fase de crescimento económico enquanto que a África do Sul pretende seguir uma política monetária mais contraccionista, o outro país, como não domina a sua política monetária, teria que estar sujeito ao ciclo económico sul-africano. Naturalmente que isto só sucede se não houver uma cooperação na condução das políticas económicas;

d) e, por fim, os orçamentos de todos Estados Membros teriam que estar dependentes da base monetária que o Banco Central sul-africano fosse decidir para o seu país.

No entanto o caminho previsível seja o de avançar para a criação de uma moeda única, apesar dos custos económicos que isso possa trazer, e o tempo que demora até que uma moeda ganhe credibilidade internacional.

Por outro lado a existência de uma moeda única implica um processo longo, pelo menos se estes países pretenderem uma maior credibilidade da moeda, visto que devem controlar as taxas de inflação, e aproximar as características económicas de cada país. E estas situações não estão resolvidas, nem na África do Sul.

Uma outra hipótese passa pela criação de uma moeda africana comum, como alargamento da zona franco existente para os países francófonos. A experiência desta zona tem trazido resultados positivos, e que não tem acarretado um custo elevado para os cofres do tesouro francês.

Isto significa que poder-se-ia criar um Banco Central Africano, com o apoio da União Europeia e do Banco Mundial, que se responsabilizasse pelo desenvolvimento da moeda a criar. Os efeitos seriam muito positivos e não trariam custos insuportáveis, na medida em que a dimensão de todos países africanos é, em termos económicos, inferior ao Brasil.

Esta moeda comum, tal como no caso dos países do SADC, faria relançar o comércio intra-regional, e permitia incentivar o investimento externo, visto que

qualquer investimento teria muito menor risco de retorno quando existe uma estabilidade monetária e cambial, e o apoio de organismos internacionais a esse mecanismo traria essa credibilidade.

IV.4- “Mini-Plano Marshall”

O futuro do SADC passa, em grande parte, por uma mudança de mentalidade dos dirigentes dos países da organização. Enquanto faziam parte do SADCC, o seu objectivo primordial era criar uma maior independência económica em relação à África do Sul, e, desta forma, tinham grande apoio do Ocidente, para poder afastá-los de uma órbita comunista.

A queda do bloco comunista, o fim do regime do Apartheid na África do Sul, e a reorientação dos investimentos do “Ocidente Capitalista”, muito mais centrados em si próprios, cria uma grande incógnita para o futuro dos países da África Austral.

Neste momento, torna-se primordial os países hierarquizarem as suas prioridades, de forma a darem o ênfase necessário às questões económicas para que, desta maneira consigam avançar para um processo de desenvolvimento económico.

Estes países, que foram muito pragmáticos quando alteraram a denominação da organização de SADCC para SADC, passando de uma organização de cooperação para uma integração mais efectiva, demonstraram vontade em criar um ambiente mais propício para o futuro.

Por outro lado, como a África do Sul tem uma economia que é três vezes superior ao outros países do SADC combinadas, a economia sul-africana tenderá dominar a região. Levando a uma maior polarização económica, criando ainda maior disparidades na região, a não ser que haja efectivas medidas de compensação por parte da África do Sul.

Havendo uma redução dos investimentos externos a nível governamental, há que virar para uma maior captação de investimentos das multinacionais. E para um investidor económico é essencial a existência várias condições como¹⁴⁶:

- a) segurança na região;
- b) mercado amplo, ou pelo menos poder económico dos consumidores;
- c) boas infra-estruturas e meios de comunicação;
- d) boa formação dos recursos humanos;
- e) algumas matérias-primas essenciais;
- f) indústrias a montante e a jusante de forma a complementar o investimento;
- g) garantia de retorno do investimento.

Como se poderá depreender a maior parte destes aspectos não são satisfeitas por nenhum destes países, mesmo a África do Sul, isto apesar deste país apresentar melhores condições que os outros países da região.

Para que esta situação se inverta torna-se necessário uma concertação de esforços internacionais, que poderia passar por aquilo que, alguns, chamam “Mini-Plano Marshall”.

Esta perspectiva implica um apoio internacional e concertado de todas as organizações de forma a poder-se implementar este plano.

Este “Mini-Plano Marshall” consiste num apoio às infra-estruturas de base e meios de comunicação, apoio à educação e formação profissional.

Estes grandes investimentos deveriam ter um sentido regional amplo, de forma a criar o tal mercado regional amplo que se pretende.

Mas, numa primeira fase, e até para garantir uma maior eficácia destes investimentos, a gestão destes empreendimentos deveria ser dado às grandes multinacionais que de uma forma mais rápida e eficiente dariam lucro. Por

¹⁴⁶ WHITESIDE, Alan, 1989, (pag.218)

outro lado permitiam a criação de uma classe empresarial moderna que, numa segunda fase, poderiam participar nele mais eficazmente

O essencial do sucesso do plano passa pela criação de uma classe empresarial moderna, e de recursos humanos com uma formação que permita, aos países do SADC, investir numa produção tecnologicamente mais avançada. Isto passa, também, por uma maior democratização dos sistemas políticos e económicos da região.

Como a educação e formação profissional, a criação de estruturas e principalmente a mudança de mentalidades são coisas que levam algum tempo, às vezes mesmo gerações, torna-se necessário que esse apoio, a ser concretizado, deva ser realizado durante algum tempo, pelo menos de oito a dez anos.

Parte deste investimento já teria o seu retorno, na medida em que com a gestão das multinacionais os resultados poderiam ser mais eficazes.

Seria, pois, um investimento a médio e longo prazo. Provavelmente, que só teria repercussões em gerações futuras, mas que importa realizar o mais rapidamente possível.

A questão seguinte seria o porquê de se investir nesta região, afinal tão depauperada e com poucas perspectivas. Na realidade a região é potencialmente uma das mais ricas do mundo, a nível de metais preciosos, minérios, energia, como petróleo e barragens hidrológicas, terras férteis e boas condições climáticas, e portanto com estas enormes possibilidades, ela pode tornar-se um dos maiores centros de crescimento mundial, basta que para isso lhe seja fornecido os meios de concretização.

Consideramos que os países do SADC devem, numa primeira fase, aceitar a natural liderança que provem da África do Sul, e aproveitar, de certa forma, os efeitos "spill-over" de um crescimento mais forte de uma economia mais poderosa.

Por outro lado, aceitar que uma integração mais aprofundada implica uma maior integração monetária, o que significaria, na prática o domínio da moeda

sul-africana como motora da organização. Esta decisão seria um grande passo para uma maior integração.

A credibilidade que a moeda sul-africana goza, tornaria mais fácil qualquer investimento externo. Mas, por outro lado, haveria sempre os problemas resultantes de uma maior dominação sul-africana.

IV.5-Perspectivas para a África Austral

O trabalho não ficaria completo se não fizesse uma referência ao futuro do SADC, tanto como associação económica, como uma zona de características especiais que o tornam singulares em relação a outras organizações similares.

A importância da região no continente africano é evidente, por isso uma evolução positiva desta Comunidade poderá impulsionar significativamente a região subequatorial de África.

É importante dar uma ideia do que poderão ser as próximas etapas no futuro próximo do SADC, e ver quais serão as possibilidades de sucesso.

IV.5.1-Qual o futuro previsível para a África Austral?

A ideia de um mercado comum para a região da África Austral tem sentido se analisarmos todos as condicionantes da região, como o sejam a profunda balcanização, a dependência a nível de transportes, comunicações, segurança alimentar, entre outras, e assim a existência de um processo de integração económica poderá ter, em princípio, efeitos positivos, até para um crescimento económico sustentado.

A participação efectiva da África do Sul neste processo permite uma concretização destes planos na medida em que, como já foi salientado, a sua preponderância na região, o seu peso económico, o facto de ser uma economia de mercado cria expectativas favoráveis à implementação deste processo. É muito importante que a posição dominante da África do Sul deva ser bem estruturada e canalizada, para que não crie distorções nos outros países da Comunidade, mas, mesmo assim é tremendamente importante para os outros países do SADC a sua participação total neste mercado comum.

Por outro lado, a região representa aquilo a que podemos chamar de área preferencial de expansão da África do Sul, como expansão quer-se dizer como

área preferencial de investimentos, exportações, de fornecimento de mão-de-obra, fornecimento de energia. Além disso, a proximidade geográfica é um factor determinante que beneficia claramente os exportadores sul-africanos, que podendo não ser competitivos a nível internacional, tornam-se por essa via.

Os efeitos previsíveis são um acentuar desta predominância da África do Sul na região, como se viu pode dar-se o caso de haver a chamada especialização do tipo perverso, em que com as condições económicas da África do Sul, comparativamente com os outros países, torna possível que consiga produzir a maior parte dos bens, na medida em que é mais competitivo. Isto terá efeitos nefastos na produção e no crescimento económico dos outros países, tal como na relação de trocas existente entre eles.

A África do Sul, por outro lado, também, se debate com problemas internos, a transição de um regime de Apartheid, para uma democracia multirracial não foi fácil, e podemos acrescentar as disparidades económicas e sociais entre a população branca e as restantes.

Como a população negra pretende ter maiores regalias de uma forma muito rápida, significa isso que a África do Sul poderá não ter muitas possibilidades de ser solidária com os outros países da região, pois pretenderá resolver os seus problemas primeiro.

Mas a resolução destes problemas deve ser realizada de uma forma cautelosa pois, apesar de a África do Sul querer mudar depressa, a igualização dos direitos e regalias entre a população poderá trazer imensos problemas à condução de qualquer plano económico para os próximos anos.

O que se espera é que as regalias salariais da população negra subam até se equipararem às restantes, isto implica uma perda de atractividade para futuros investimentos, na medida em que os custos salariais podem-se tornar insustentáveis, mesmo tendo uma produtividade elevada.

Da mesma forma, as despesas públicas tenderão a subir para garantir o nivelamento de alguns serviços, como saúde e educação.

Os decisores económicos têm muitas razões de preocupação, na medida que o défice público pode disparar, e o mesmo pode acontecer com a inflação, além disso, se os investimentos externos reduzirem, se, porventura, o país se torne menos atractivo¹⁴⁷, o desemprego pode aumentar rapidamente.

Assim e apesar da tarefa dos decisores económicos ser difícil, na medida que pretendem resolver muito rapidamente, é muito importante resolverem os problemas de forma gradual, senão podem cair no risco de piorarem a situação do país.

Desde a formação do governo de unidade nacional dirigido pelo presidente Nelson Mandela, a África do Sul já aderiu a diversas organizações multilaterais, entre elas a Organização de Unidade Africana (OUA), ao Movimento dos Não-Alinhados, ao GATT, actualmente Organização Mundial de Comércio, e aderiu ao SADC em 29 de Agosto de 1994, mesmo a tempo de participar na Conferência de Berlim que se efectuou em 5 e 6 de Setembro de 1994, em que se discutiu os apoios financeiros da Comunidade Europeia à organização do SADC.

Como se viu, o mercado preferencial da África do Sul é a África Austral, e qualquer perspectiva de desenvolvimento do país passa por uma ligação forte com este espaço económico. Apesar do mercado da África Austral representar uma pequena parcela do total da África do Sul, a sua proximidade geográfica pode significar um forte crescimento das relações entre estes países.

Esta foi uma das razões fundamentais para a adesão do país a esta organização, os ganhos que pode obter são enormes, como já foi referido, podendo potencializar a actual condição de potência económica.

Mas existem várias questões que devem ser resolvidas, isto é, apesar de nenhuma democracia política poder sobreviver se a maioria da população viver no limiar da pobreza, o desenvolvimento da África do Sul não pode estar desligado do que acontece no restante do SADC.

¹⁴⁷ O país pode-se tornar menos atractivo com a menor segurança que apresenta e com o aumento dos custos salariais, previsível, derivados de uma igualização das regalias

Os efeitos da interdependência existentes na região implicam que problemas que acontecem em outros países da Comunidade afectem as políticas económicas da África do Sul, na medida que têm repercussões imediatas.

O Programa de Reconstrução e Desenvolvimento impulsionado pelo governo sul-africano tem como objectivo essas duas vertentes, um ataque à pobreza do país é ao mesmo tempo uma maior solidariedade com os países vizinhos, garantindo um clima maior de estabilidade económica.

Um dos fundamentos deste programa é que a África do Sul não se poderá desenvolver isolando-se dos vizinhos da África Austral.

E se a África do Sul tivesse apenas como objectivo dominar os seus vizinhos, acabaria por limitar o seu próprio crescimento, reduzindo o potencial dos seus mercados, e poderia agravar o problema do desemprego, na medida que daria origem a uma maior migração para a África do Sul.

Todavia, se procurar uma cooperação mútua, poderá ajudar a desenvolver um mercado estável, de grandes dimensões, que ofereça empregos estáveis e padrões de trabalho comuns em todas as áreas da região. E neste aspecto a África do Sul tem um papel fulcral pelo condição de “motor” económico de toda a região que de facto ele representa.

[IV.5.2-Organizações regionais existentes na região](#)

Na região da África Austral existem diversas associações económicas que importa analisar, tendo em conta que envolvem os países que fazem parte do SADC, e podem, dessa forma, ter implicações na problemática da evolução da África Austral.

As organizações regionais mais importantes da área da África Austral são: o SACU, e o PTA.

O SACU (*Southern African Customs Union*- União Aduaneira da África Austral) é uma organização constituída pela África do Sul, e a chamada área BLNS: Botswana, Lesotho, Namíbia e Swazilândia.

Esta organização é dentro de toda África a única que é, na sua definição, uma união aduaneira, e em que os produtos circulam livremente entre estes cinco países, e é uma zona que é dominada pela África do Sul. Durante a implementação das sanções económicas à África do Sul, o SACU surgiu como forma de tornear os problemas levantados pelas sanções comerciais, e as exportações da África do Sul efectuava-se via os outros países pertencentes ao SACU, era um acordo de benefício mútuo, pois os outros países também beneficiavam com a deslocalização do investimento e a implantação das firmas de importação-exportação nos seus países.

O CMA (*Common Monetary Area*- Área Monetária Comum) como o nome diz é a organização responsável pela forma de pagamento da área SACU, e que passava por uma indexação de todas as moedas, ao rand sul-africano, neste momento apenas Botswana saiu desta área, para manter a autonomia da sua moeda, mas mantém uma paridade com a moeda sul-africana.

A União Aduaneira da África Austral é uma organização muito dinâmica e com características especiais que pode ser um bom ensaio para o futuro do SADC. Poder-se-ia perspectivar que o SADC seria um SACU alargado à zona da África Austral.

No entanto, esta teria que ter outras características, pois o SADC implicaria uma maior cooperação entre os países integrantes.

Uma outra organização que grande parte dos países do SADC também fazem parte, é o PTA (*Preferential Trade Area for Eastern and Southern Africa*- Área de Comércio Preferencial para a África de Leste e Austral) e que compreende quase todos os países da região de leste e do sul de África, com excepção da África do Sul.

O que o PTA pretende é criar uma zona de comércio livre para os produtos industriais, sendo, por isso, uma área que perspectiva uma integração funcional.

Neste momento esta organização está completamente inoperacional, pois nenhum dos seus objectivos foi atingido. Por outro lado existe uma certa controvérsia com os países pertencentes ao SADC, pois os outros países

acusam-nos de não darem a devida atenção às problemáticas envolvidas com o PTA, e ainda existem alguns problemas devido à sobreposição de objectivos entre as duas organizações.

O que se tem notado é que de facto os países que pertencem simultaneamente às duas organizações têm dado maior relevo à sua participação no SADC, relegando para segundo plano a sua participação no PTA. De certa forma eles querem avançar com os objectivos do PTA desde que isso não influencie os passos a serem dados no interior do SADC.

Deve-se encontrar pontos de apoio entre as duas organizações, que podem passar por existência de políticas comuns e mesmo a existência de uma pauta aduaneira adequada às particularidades destes países.

Pode acontecer que o SADC, num futuro próximo, possa alargar o seu espaço de fronteira para a região leste de África. após os objectivos actuais do SADC tiverem sido atingidos.

Para que a integração regional seja um êxito na África Austral, ter-se-á que recorrer às vantagens comparativas existentes em cada Estado membro, como a produção agrícola do Botswana, a produção industrial do Zimbabwe, ou mesmo as capacidades energéticas de Angola e Moçambique.

Se cada país não ver o desenvolvimento como um caminho isolado, e tentar que todos possam criar um desenvolvimento conjunto, este pode-se tornar possível. E, desta forma atingir um estágio de desenvolvimento em que, nesta região, se processe as matérias-primas, e se cria, com elas, produtos de alta qualidade. Também, é possível haver uma maior ligação entre as indústrias e uma maior cooperação de uns países com os outros, de forma que se possa competir eficazmente no mercado internacional.

IV.5.3-Cenários para a África Austral

Os cenários para a África Austral, são cenários que têm em conta os actuais desenvolvimentos do SADC, como não podia deixar de ser.

Contudo é importante realçar que estes cenários não são um conjunto fechado, isto é, existem ligações entre eles.

O primeiro cenário comporta uma desarticulação do SADC; um segundo aponta para uma zona de comércio livre, e o terceiro perspectiva uma articulação entre os países do SADC, em todas áreas, que vão desde a economia, política até à cooperação militar.

O primeiro cenário levaria a uma aniquilação do SADC e poderia acontecer se os problemas na transição que se estão a realizar na África do Sul, em Angola e em Moçambique, e mesmo em outros países da Comunidade, tivessem resultados negativos¹⁴⁸. Isto é, se os problemas internos que os países se estão a defrontar não se resolvessem a situação económica e política tenderia a desagregar-se.

A importância económica destes países, articulada com a sua posição estratégica no interior do SADC¹⁴⁹, tornaria insustentável qualquer perspectiva positiva para o futuro dos países do SADC, e poderia tornar inevitável a desarticulação desta organização.

Este cenário criaria uma fragmentação dos países envolvidos. Nesta situação, seria provável, que se criassem alianças estratégicas entre alguns dos países, para que pudessem sobreviver.

Poderia não existir uma guerra civil, mas, se os problemas não estiverem resolvidos, permanecerá um clima de tensão que é negativo para a melhoria das condições económicas da região. Pois, um clima de instabilidade regional

¹⁴⁸ OHLSON, T., and STEDMAN, J., 1993, (pag.94)

¹⁴⁹ Estes países representam os eixos de saída de todos os países do interior enclavados.

afecta todas os países da região na medida em que eles estão muito interdependentes.

O segundo cenário aponta para a criação de uma zona de comércio livre, Nesta perspectiva a oposição que vingaria seriam os que pretenderiam uma organização do estilo do PTA.

No entanto, a existência de apenas uma zona de comércio livre entre estes países pode levar a uma situação de enormes disparidades entre as regiões.

É importante não nos esquecermos que a realidade africana passa pela existência de mercados, quase sempre, protegidos, que não têm permitido comércio intra-regional.

Por outro lado a concorrência efectua-se com produtos primários homogêneos, o que é pouco susceptível de desenvolver um significativo comércio.

A participação sul-africana pode alterar, de alguma forma, a situação, pois já tem relações intensas com estes países, e assim uma zona de comércio livre pode beneficiar este país, criando aquilo que os outros países não querem, pelo menos sem contrapartidas, que é uma maior dependência destes países em relação à África do Sul .

Este cenário só teria sentido na medida que houvesse reticências de alguns, ou mesmo de todos, países num alargamento das competências do SADC, derivado de uma independência recente, o que tornaria estes países mais reticentes a um aprofundamento das suas relações com os países vizinhos que obrigasse a uma perda de soberania.

O terceiro cenário compreenderia uma integração económica e política que poderia dar origem a uma união económica, como a prevista pela Comunidade Europeia.

Este cenário, que seria, possivelmente, o mais positivo teria grandes implicações na região, haveria a necessidade de se criar políticas comuns para que se permitisse uma maior coesão económica e social. Além disso, tornava-se

importante a criação de uma política comercial comum, uma cooperação ao nível da divisão de tarefas e actividades, uma repartição dos fluxos de investimento, uma maior solidariedade entre as regiões, de forma que todos pudessem crescer harmoniosamente.

Como estas economias são, em grande parte, interdependentes a forma de resolverem os seus problemas passa por um estreitamento das suas relações, e que levaria a uma maior cooperação entre estes países. Esta é a solução apresentada por COOPER¹⁵⁰, para resolver os problemas da interdependência.

Os problemas existentes poderiam ser resolvidos, de forma mais rápida, e com sucesso, via acordos entre os países envolvidos, e haverá a necessidade de criar mecanismos, para arbitrar possíveis conflitos.

A existência de uma política monetária comum seria um passo inevitável, com a determinação da política monetária resolvida de forma a que houvesse compromissos e acordos entre os governadores dos bancos centrais da África Austral. Isto é, a política monetária não se faria através da decisão de um só governo mas tentaria resolver os problemas de toda a região como um todo.

Desta forma, a concordância entre os governadores teria que ter a aceitabilidade de todos os responsáveis económicos.

A existência de uma política de segurança e de cooperação política comuns, seria importante para dar uma dimensão internacional à organização, mas, no entanto, envolve questões essenciais a todos os países, como a problemática da soberania nacional. Visto que uma política de defesa comum obrigaria a cedências em áreas de controlo de armamentos e, possivelmente, permitiria a criação de um exército comum. Contudo um avanço desta natureza seria um passo fundamental na criação de uma zona de segurança, que daria credibilidade e estabilidade que faria esquecer os muitos anos de guerras civis e existência de um clima de instabilidade.

Neste momento, a organização dos Estados da Linha da Frente transformou-se em Aliança de Estados da África Austral (ASAS), incluindo a

¹⁵⁰ COOPER, 1985 (pag.1199)

África do Sul, que pretende ser o braço armado da organização do SADC, de forma a se tornar factor de estabilidade da região.

Este objectivo esteve presente quando os países que fazem parte da organização fizeram pressão para a assinatura dos acordos de Lusaka, entre a UNITA e o MPLA, de forma a que os primeiros pudessem aceitar os resultados das eleições, e os segundos garantissem a prossecução dos acordos de paz de Bicesse.

Por outro lado a África do Sul utilizou o seu estatuto, informal mas eficaz, de potência regional fazendo pressão para as duas partes se comprometessem de forma concreta na paz. O mesmo já tinha sucedido em Moçambique, e aí com a pressão dos Estados da Linha da Frente, que ameaçaram uma intervenção no país caso a situação não se resolvesse após as eleições.

De todos os cenários o mais positivo para a região é este último, mas como implica maiores compromissos e maiores perdas de soberania torna-se o mais difícil de atingir, pelo menos a curto-prazo. É possível que nos próximos anos, de três a cinco anos, haja uma abertura dos mercados de uma forma gradual, numa tentativa de atingir o mercado comum, que é o objectivo central do SADC. Mas, nesse período como a África do Sul, Angola e Moçambique estarão a reformular as suas economias, poderá se passar por uma época em que os países poderão ter a tendência para o isolamento, não esquecendo, contudo, as especificidades da região da África Austral, mas passado esse tempo de transição não é impossível que haja um salto qualitativo para uma verdadeira integração regional.

Não podemos desligar os cenários e perspectivas para a África Austral do que é a realidade dessa região. O que se provou é que, de facto, algumas zonas desta região potencialmente rica vivem num estado de pobreza quase absoluta. O que significa que o objectivo principal destes países deveria ser criar um clima propício ao seu desenvolvimento.

A situação económica da África do Sul não é muito favorável, de forma, que o permita solidarizar-se com os outros países da região, sem que antes, primeiro resolva os seus problemas internos. É também da estabilidade e da melhoria deste país que depende a estabilidade e segurança dos outros países da região.

Podemos concluir que, apesar de um processo de integração económica seja, neste momento, o que melhor se ajusta às características da África Austral, no sentido de se atingir o desenvolvimento económico, nem sempre, a integração económica, é um processo linear, e com resultados rápidos.

CONCLUSÃO

As perspectivas de crescimento económico, hoje em dia, são variadas, o que se tem observado a nível internacional é que os países têm seguido duas tendências.

Uma que tem levado a uma abertura cada vez maior das fronteiras comerciais, com o alargamento dos produtos a serem comercializados e ao mesmo tempo com a redução dos direitos aduaneiros entre eles, tudo isto no âmbito do GATT, actualmente transformado em Organização Mundial de Comércio, com poderes mais alargados, e com possibilidade de utilização de mecanismos de actuação contra os infractores.

A outra tendência é, de certa forma, oposta à primeira, surgindo com o aparecimento, cada vez maior, de blocos regionais, de âmbito mais alargado, são os casos da União Europeia, na Europa, da NAFTA¹⁵¹, na América do Norte, com a possibilidade de alargar a outros países, da ASEAN¹⁵², no sudeste asiático, e do MERCOSUL¹⁵³, na América Latina. E agora, também, o SADC na África Austral.

Esta nova tendência surge como uma forma de tornear os problemas, que se podem obter, de uma integração a nível mundial. Desta forma, os blocos regionais passam a ser zonas de influência.

O que se observa é que, apesar de estes blocos regionais poderem parecer um entrave à integração mundial, são uma boa forma destes países poderem alargar as suas áreas de influência.

Uma integração económica regional só fará sentido se o objectivo dos países for o desenvolvimento económico. Ao mesmo tempo implica um total

¹⁵¹ NAFTA- *North American Free Trade Area*, associação económica que engloba os países da América do Norte, os EUA, o Canadá e o México.

¹⁵² ASEAN-*Association of South East Asean Nations*- associação económica que engloba diversos países do sudeste asiático

¹⁵³ MERCOSUL- associação económica da América Latina que engloba o Brasil, a Argentina e Uruguay

empenhamento de todos os governos nacionais, e o envolvimento de uma participação popular.

Com a entrada da África do Sul na organização do SADC existem algumas questões a serem resolvidas, e que passam por determinar o nível de integração regional que este país pretende atingir, e até onde se pode contar com a solidariedade deste país, tanto para assumir a sua condição de potência regional, como para canalizar algum dos investimentos para outras zonas da região.

Em termos de expectativas, que esta integração está a gerar, é de esperar que a predominância da África do Sul na região se tenda a acentuar, podendo criar uma maior interdependência entre os países da África Austral.

Os outros países do SADC, provavelmente, passarão a comprar os seus produtos na África do Sul, devido não só ao preço competitivo praticado por este, mas também devido ao factor de proximidade geográfica.

Por isso, em termos de relações comerciais, o SADC poderá ser um sucesso, pois a existem fortes relações comerciais entre a África do Sul e o resto dos países do SADC anterior a este processo de integração económica, e que poderá potencializar este processo.

Isto é, a existência de uma integração real anterior a uma integração formal, entre o todo do ex-SADCC e a África do Sul, permite criar expectativas positivas em relação às trocas comerciais.

No que se refere às perspectivas sobre o futuro do SADC, podem dar-se como possíveis três cenários, em que um compreende a desarticulação desse espaço se, porventura os processos de transição política não derem resultados positivos, um segundo que perspectiva uma zona de comércio livre, e um terceiro que aponta para uma integração e cooperação a um nível mais global.

Cada um destes três cenários é possíveis, mas, provavelmente, o futuro passará por uma situação intermédia, isto é em que os países se virem para si próprios nos próximos anos de forma a reestruturarem as suas economias e, ao mesmo tempo, possam realizar pequenos passos dirigidos para uma integração

mais global. E entre esses passos estão, por exemplo, os acordos de cooperação a nível da segurança militar entre os Estados da Linha da Frente.

No que respeita a uma cooperação financeira e monetária, a possibilidade de estes países tentarem criar uma moeda única é algo difícil, na verdade os custos económicos que estes países estariam sujeitos seriam inultrapassáveis, pelo menos nos próximos tempos e com as condições económicas dos países da região, mas existe a possibilidade de poderem criar mecanismos próprios que os permitissem a utilização da moeda mais forte da região e com credibilidade internacional, ou seja utilizarem o “rand” como moeda preferencial de trocas,.

Como se pode verificar uma das causas do fraco comércio intra-regional é a escassez de meios monetários internacionais. Uma solução passaria pela criação de uma zona “rand”

Contudo isso poderia trazer um problema suplementar de dependência económica, apenas solucionados através de uma cooperação alargada a nível financeiro e monetário.

No que diz respeito às relações com as outras organizações da região: PTA e SACU, é necessário estabelecer-se as regras de forma que não haja uma sobreposição entre as duas organizações.

No caso do SACU não existem problemas de fricção entre os objectivos das duas organizações, e pode, mesmo, acontecer que o actual SADC possa ser um alargamento do que era o objectivo do SACU.

Mas já no caso do PTA a situação é diferente, pelo facto de as duas organizações terem objectivos algo conflituais, pois enquanto um pressupõe a criação de uma zona de comércio livre sectorial, o outro pode levar à criação de um bloco regional, e não é possível que dentro de uma zona de comércio livre faça parte um bloco regional. Há , pois, que resolver as relações entre as duas organizações.

Em relação aos limites que a tese tem, deve-se dizer que não ficou demonstrado que existe uma interdependência económica entre a África do Sul

e os outros países do SADC. Neste momento apenas podemos referir que há uma forte dependência de alguns países do SADC em relação à África do Sul. Mas, a forma como os países desenvolvem as suas relações comerciais dá-nos a entender que o caminho, previsível, passe por uma maior interdependência entre estas economias, na medida em que os outros países da África Austral podem representar grandes vantagens para a África do Sul. Assim as necessidades energéticas que este país tem poderiam ser resolvidas com o seu fornecimento por parte dos países produtores de energia no interior da Comunidade, existem também outras matérias-primas que a África do Sul pode importar destes países. Por outro lado, a proximidade geográfica torna o mercado da Comunidade da África Austral muito atractivo para o aumento das trocas comerciais, o mesmo se pode dizer dos outros países da África Austral em relação à África do Sul. Isto significa que, apesar de podermos não ter uma situação de interdependência económica, de facto, esta é uma situação que, previsivelmente, tende a acontecer.

Por fim, não se pode deixar de realçar, apesar de poder ficar fora do objectivo deste trabalho, a importância da democracia e de valores democráticos para que o desenvolvimento da região não se faça desligado dos problemas dos países.

Existem problemas reais e que importa resolver em cada um destes países, que passam pela existência de uma miséria absoluta; por falta de emprego, casa e condições económicas e sociais, que permitam viver numa situação de estabilidade e segurança.

O sucesso deste processo de integração económica não só depende das boas intenções, e mesmo da competência, dos seus dirigentes, mas também de todo o apoio que possam obter da Comunidade Internacional. No entanto, deve haver um enorme empenhamento de todos os sectores económicos, sociais e políticos para garantir o seu sucesso.

Existem outras áreas de estudo, dentro do tema, que seria importante referir neste trabalho, mas devido ao âmbito restrito do tema não podem ser tratados nele, que seria sobre a cooperação entre a Comunidade Europeia e o SADC, em que a Conferência de Berlim de Setembro de 1994, veio dar uma perspectiva de relacionamento que permite encarar de forma positiva o relacionamento entre estes dois blocos e o apoio inequívoco da Europa à África Austral.

A conclusão principal é que esta região tem a possibilidade de encetar um processo de desenvolvimento económico, através da integração económica, que, de certa forma, seja um “motor” para o desenvolvimento do continente africano, e esta, por vez, pode criar uma nova perspectiva de como pode ser um desenvolvimento de sucesso em países do Sul.

BIBLIOGRAFIA

- AMIN, Samir, CHITALA, Derrick e MANDAZA, Ibbo (editors), 1987, *Prospects for Disengagement and development in Southern Africa*, The United Nations University/Third World Forum, Studies in African Political Economy.
- ANSTEE, Margaret Joan, 1990, *Social development in Africa: perspective, reality and promise*, in PICKETT, James e SINGER, Hans (ed), pp.194-214.
- AURÉLIO, Diogo Pires, 1990, "A questão nacional em Angola e Moçambique", in *Estratégia*, Revista de Estudos Internacionais, número 7, Primavera de 1990, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, pp.77-104.
- BAFFOE, F., 1989, *Lesotho: investments incentives as an instrument for industrialization*, in WHITESIDE, Alan (edited by), 1989, pp.67-80.
- BALASSA, BELA, 1961, *The Theory of Economic Integration*, Clássica Editora, 2ª edição, Lisboa.
- BLACK, A.H., 1989, *Decentralization incentives and investment in South African periphery*, in WHITESIDE, Alan (edited by), 1989, pp.121-138.
- BRITTEN, M., 1989, "Zimbabwe: industrial development in an environment with no incentives", in WHITESIDE, Alan (edited by), 1989, pp.185-202.
- BRUNIN, Dominique, 1994, *la situation et les perspectives de l'économie sud-africaine après les premières élections multiraciales*, in revista "Problèmes économiques n°2393, 12 Octobre, pp.26-31
- CARDOSO, Fernando Jorge, 1988, *Interdependência na África Austral*, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais.
- CARDOSO, Fernando Jorge, 1993, *SADC for SADCC: a "C" for a change*, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, Lisboa
- CHACHOLÍADES, M., 1981, *Principles of International Economy*, Mcgraw-Hill, USA.
- COOPER, Richard N., 1985, *Economic interdependence and coordination of economic policies*, in JONES, R.W. e KENEN, P.B. (ed), "Handbook of International Economics", Vol II, Harvard University, pp.1195-1233
- DAVIES, Robert, 1993, "Emerging South African Perspectives on regional cooperation and integration after apartheid" in ODÉN, Bertil (Edited by), 1993, pp 71-86.

- ENNES FERREIRA, Manuel, 1990, *Angola-Portugal: do espaço económico português às relações pós-coloniais*, Junho de 1990, Edições Escher Publicações, Lisboa.
- ESTERHUYSEN, Pieter (editor), 1994, *South Africa in subequatorial Africa: Economic interaction- a factual survey*, Africa Institute of South Africa, Pretoria, South Africa.
- EUROSTAT, 1995, *COMPTES NATIONAUX SEC - Agrégats 1970-1993*, Luxembourg, Office des publications officielles des Communautés européennes.
- GALLAGHER, S. and WHITESIDE, Alan, 1989, *Mozambique: incentives and industrialization in a centrally planned state*, in WHITESIDE, Alan (edited by), 1989, pp.103-119.
- GREEN, R.H., 1990, "Economic Integration/co-ordination in Africa: the dream lives but how can it be lived?", in PICKETT, James e SINGER, Hans(ed), pp.106-128.
- HAMADA, 1974, "Alternative exchange rate systems and interdependence of monetary policies", in ALIBER, R.Z., *National monetary policies and the international financial system*, University of Chicago Press, Chicago.
- HOLSTI, K.J., 1991, *"Change in the International System: Essays on the Theory and Practice of International Relations"*, University of British Columbia.
- IEEI (Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais), 1991, *Southern Africa, Prospects for Regional Integration- A project report*, Lisboa, Junho de 1991
- MAASDORF, G., 1989, "Overview: Regional prospects and rapid technological Change", in WHITESIDE, Alan (edited by), 1989, pp.204-215.
- MAPHANYANE, Emang M., 1993, " SADCC- future Challenges" in ODÉN, Bertil (Edited by), 1993, pp. 174-181.
- MBILIMA, D., 1989, *Regional organizations in Southern Africa*, in WHITESIDE, Alan (edited by), 1989, pp.33-41.
- MULAT, T., 1990 " Intra -African trade ", in PICKETT, James e SINGER, Hans (ed), pp.150-168.
- NYE, Joseph e KEOHANE, Robert O., 1977, *"Power and interdependence: World politics in transition"*, Center of International Affairs, Harvard University, USA.
- ODÉN, Bertil (Edited by), 1993, *Southern Africa after apartheid: regional integration and external resources*, published by the Scandinavian Institute of African Studies.
- OSTERGAARD, Tom, 1993, "Classical Models of Regional Integration- What relevance for Southern Africa?" in ODÉN, Bertil (Edited by), 1993, pp.27-47.

- PÉRENNÈS, Jean-Jacques et PUEL, Hugues, *Démocratie et développement au Sud*, in revista "Problèmes économiques, n°2266, 11 Mars 1992, pp 1-5.
- PICKETT, James e SINGER, Hans (ed), 1990, *Towards economic recovery in Subsaharan Africa*, Ed. Routledge, USA.
- PICKETT, James, 1990, *The low-income economies of sub-saharan Africa: problems and prospects*, in PICKETT, J. e SINGER, H. (ed), pp 215-266.
- RENSBURG, Heila Janse (ed), 1995, *South Africa Yearbook 1994*, first edition, published by South African Communication Service, Pretoria, South Africa.
- ROBSON, Peter, 1985, *Teoria económica da integração internacional*, Biblioteca Jurídica, Coimbra Editora.
- ROBSON, Peter, 1990, "Economic integration in Africa: a new phase?", in PICKETT, James e SINGER, Hans (ed), pp.129-144.
- ROMÃO, António, 1983, *Portugal face à CEE*, Livros Horizonte, Lisboa.
- SADC , 1992, *Treaty of Southern African Development Community*
- SADC, 1992, *SADC: Towards Economic Integration*, Centre for Southern African Studies, University of the Western Cape, April 1992.
- SADC, 1994 *Progress in Southern African Development Cooperation*
- SOUSA FERREIRA, Eduardo (Ed), 1983, *Integração económica*, Edições 70, Coleção Chaves da Economia.
- STREETEN, P., 1990, "International Cooperation", in HANDBOOK OF ECONOMIC DEVELOPMENT, Vol. II Cap. 22, pág. 1162-1185, New York.
- TORRES, Adelino, 1990, "Angola e Moçambique: Estratégias de desenvolvimento", in *Revista de Estudos Internacionais*, número 7, Primavera de 1990, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, pp.105-128.
- TORRES, Adelino, 1995, *Problemas do desenvolvimento*, 1994-95, ISEG-UTL
- TOSTENSEN, Anne, 1993, "What role for SADC(C) in the post-Apartheid Era?", in ODÉN, Bertil (Edited by), 1993, pp.147-173
- TROMP, Hylke e ROSEANAU, James N. (Edited by), 1989, *Interdependence and conflict in world politics*, Avebury, England.
- VINER, Jacob, 1950, *The Customs Union Issue*, Londres, A. Kramer.

- VLETTER, F. de, 1989, "Footloose foreign investment in Swaziland", in WHITESIDE, Alan (edited by), 1989, pp.143-163.
- WHITESIDE, Alan (edited by), 1989, *Industrialization and investment incentives in Southern Africa*, University of Natal Press, South Africa.
- WHITESIDE, Alan, 1989, " A summary of incentives available in the Southern African States", in WHITESIDE, Alan (edited by), 1989, pp. 218-239.
- WHITESIDE, Alan, 1989, *Industrialization and investment in Malawi*, in WHITESIDE, Alan (edited by), 1989, pp.85-100.

Revistas e Publicações:

"Le Courier"

Revista "ELOS"

ANEXO

Quadro II- matriz de dependência energética e mineral

	Produção própria de energia	Importação de recur.em energia	Exportação de recur.em energia
ANGOLA	auto-suficiência na prod. de energia eléctrica	—	exportador de petróleo
BOTSWANA	satisfaz 90% das suas necessidades de energ.eléctrica	10% da energ. electrica, carvão e petró. da A.doSul	—
LESOTHO	exist. de uma rede de energia que liga ao SADC	grande dependência da A.do Sul	—
MALAWI	auto-suficiência na prod. de energia eléctrica	carvão e petróleo da A.do Sul, Zâmbia e Zimbab.	—
MOÇAMBIQUE	satisfaz parte das suas necessidades em energ.eléctrica	Parte do consumo de energ. Eléct. e carvão da A.doSul	potencial export. de ener.eléct. via Cabora Bassa
TANZÂNIA	auto-suficiência na prod. de energia eléctrica	—	—
SWAZILÂNDIA	auto-suficiência em carvão	30% da energ. eléct. da A. do Sul	—
ZÂMBIA	sat.nec. em energia auto-suficiência em carvão	petróleo e derivad. através dos portos de Moç. e Tanz.	exportador de carvão
ZIMBABWE	auto-suficiência em carvão	idem da Zâmbia, e 10 a 15% da energ vindos da Zâmbia	exportador de carvão

Fonte: COSTA, C. e PEREIRA, J.C., “SADCC história de um (in)sucesso”, ISEG92

Quadro III- Produtos Minerais produzidos na Africa Austral
(Percent. do total mundial produzido na Africa sub-equatorial)

Produto mineral	1°	2°	3°
Carvão	Africa do Sul (5)	Zimbabwe (0.1)	Botswana (*)
Chumbo	Africa do Sul (2)	Namíbia (0.4)	Zâmbia (0.2)
Cobalto	Zaire (55)	Zâmbia (20)	Botswana (*)
Cobre	Zâmbia (7)	Zaire (4)	Africa do Sul (2)
Crómio	Africa do Sul (38)	Zimbabwe (5)	Madagáscar (*)
Diamantes	Botswana (16)	Zaire (15)	Africa do Sul (10)
Estanho	Zaire (1)	Rwanda (0.5)	Zimbabwe (0.4)
Ferro	Africa do Sul (3)	Zimbabwe (*)	---
Manganésio	Africa do Sul (18)	Gabão(12)	---
Níquel	Africa do Sul (4)	Botswana (2)	Zimbabwe (1)
Ouro	Africa do Sul (28)	Zimbabwe (1)	Zaire (0.3)
Petróleo	Angola (1)	Gabão (*)	Congo (*)
Platina	Africa do Sul (49)	---	---
Prata	Africa do Sul (1)	Namíbia (1)	Zaire (0.2)
Urânio	Africa do Sul (5)	Namíbia (5)	Gabão (2)
Vanádio	Africa do Sul (41)	---	---
Zinco	Africa do Sul (1)	Zaire (0.5)	Namíbia (0.4)

(Nota: (*)- menos de 0.1% do total mundial)

Quadro IV -Origem sectorial do PNB (1991)
(Distribuição percentual do PNB por sectores)

País	PNB (USD- milhões)	Agricultura	Indústria (1)	Indústria Transfor (1)	Serviços
África do Sul	91167	5	44	25	51
Angola	6000 (1989)	13	-	-	-
Botswana	3644	5	54	4	41
Lesotho	578	14	38	13	48
Malawi	1986	35	20	13	45
Moçambique	1219	64	15	-	21
Namíbia	1961	10	28	4	62
Swazilândia	525	18	40	32	42
Tanzânia	2223	61	5	4	34
Zâmbia	3831	16	47	36	37
Zimbabwe	5543	20	32	26	49

Nota: (1)- A indústria inclui mineração, ind. transf., construção e utilidades. A indústria transformadora está discriminada isoladamente na coluna seguinte.

Fonte: Esterhyusen, Pieter (editor), 1994, "South Africa in subequatorial Africa: Economic interaction", AISA

Quadro V - Trabalhadores de países da África Austral a trabalhar nas minas sul-africanas

Países de origem	1980	1990	1991	1992
Botswana	17764	14920	13392	11585
Lesotho	108699	103920	93318	88445
Malawi	13846	70	37	-
Moçambique	40992	44408	43092	43951
Swazilândia	8681	16834	15984	15610
Zimbabwé	5786	2	2	3
Outros	1413	-	-	358
Total	197181	180154	165825	159952

Fonte: Esterhyusen, Pieter (editor), 1994, "South Africa in subequatorial Africa: Economic interaction", AISA

Quadro VI - Remessas dos emigrantes para a África Austral (milhares de rands)

Países de origem	1990	1992
Botswana	18472	24768
Lesotho	472436	283963
Malawi	1416	209
Moçambique	139476	160455
Swazilândia	17765	22000
Total	649572	491395

Fonte: Esterhyusen, Pieter (editor), 1994, "South Africa in subequatorial Africa: Economic interaction", AISA

Quadro VII - Comércio sul-africano com África- Exportações (1990 e 1992- milhões de rands)

	EXPORTAÇÕES			
	1990		1992	
	Valor	%	Valor	%
Países pertencentes ao SACU	9437	71	11372	65.55
Restantes países do SADC	2576	19.38	4435	25.56
Restantes países do SEA (1)	1083	8.15	1224	7.06
Resto de África	195	1.47	317	1.83
ÁFRICA	13292	100	17348	98.17

Nota : (1) SEA- África subequatorial

Fonte: Quadro construído pelo autor com base nos números que aparecem em: Esterhyusen, Pieter (editor), 1994, "South Africa in subequatorial Africa: Economic interaction", AISA

**Quadro VIII - Comércio sul-africano com África- Importações
(1990 e 1992- milhões de rands)**

	IMPORTAÇÕES			
	1990		1991	
	Valor	%	Valor	%
Países pertencentes ao SACU	2285	75.86	2814	68.3
Restantes países do SADC	575	19.09	1005	24.39
Restantes países do SEA	75	2.49	62	1.5
Resto de África	77	2.56	239	5.8
ÁFRICA	3012	97.44	4120	94.19

Nota : (1) SEA- África subequatorial

Fonte: Quadro construído pelo autor com base nos números que aparecem em: Esterhyusen, Pieter (editor), 1994, "South Africa in subequatorial Africa: Economic interaction", AISA

Quadro IX - Origem das importações e destino das exportações sul-africanas (%)

Região	Importações			Exportações		
	1991	1992	1993	1991	1992	1993
África	1.8	2.5	2.8	7.9	8.9	8.7
Europa	45.3	44.4	44.7	36.2	34.1	32.5
América	16.6	16.9	15.8	7.7	9.2	8.5
Ásia	22.9	22.5	26.4	18.3	18.0	17.9
Oceania	1.2	1.3	1.3	0.5	0.6	0.7
Restante	12.2	12.4	9.0	29.4	29.2	31.7
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Brunin, Dominique, 1994, *La situation et les perspectives de l'économie sud-africaine après les premières élections multiraciales*, in rev. Problèmes économiques, n°2393, 12 Octobre 1994

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1ª PARTE.....	5
I - Enquadramento Teórico	5
I.1- A Interdependência Económica.....	5
I.2- Integração Económica	9
I.2.1-Afectação de Recursos	17
I.2.1.1- Criação de comércio	17
I.2.1.2- Desvio de comércio	18
I.2.1.3-Especialização do tipo perverso	28
I.3-Investimento	30
I.3.1- Factores de incentivo ao investimento	31
I.3.1.1- Factores de risco ao investimento.....	32
I.3.1.4- Incentivos ao investimento efectuado pelos países do SADC.....	36
I.4 - Balcanização versus Integração Económica	47
2ª PARTE.....	53
II- ANTECEDENTES HISTÓRICOS E OBJECTIVOS DO SADC	53
II-1.Antecedentes Históricos.....	53
III-2. Origens do SADCC.....	53
II.3- Características distintas da organização do SADCC- uma estrutura responsabilizadora e flexível.....	57
II.4- Sucessos e Insucessos da organização.....	60
II.4.1- Comércio intra-regional	60
II.4.2- Redes de transporte e comunicações.....	63
II.4.3- Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais	67
II.4.4-Recursos energéticos e minerais	68
II.4.5-Movimento de Capitais	72
II.5-Razões para a passagem de SADCC para SADC	75
III- O TRATADO DO SADC	78
III.1- Objectivos do SADC.....	79
III.2-Instituições do SADC	80

IV.-CONSEQUÊNCIAS DA ENTRADA DA ÁFRICA DO SUL NO SADC	83
IV.1- África Austral : em África e no Mundo.....	84
IV.2- Perspectiva histórica e evolução da África do Sul.....	86
IV.3- África do Sul e o SADC: quem integra quem?	93
V.3.1- Importância da África do Sul para o SADC	94
IV.3.2- Importância do SADC para a África do Sul	95
IV.3.3-Efeitos da entrada da África do Sul para o SADC e efeitos da passagem de SADCC para SADC	96
IV.4- “Mini-Plano Marshall”	103
IV.5-Perspectivas para a África Austral.....	107
IV.5.1-Qual o futuro previsível para a África Austral?	107
IV.5.2-Organizações regionais existentes na região	110
IV.5.3-Cenários para a África Austral	113
CONCLUSÃO	118
BIBLIOGRAFIA.....	123
ANEXO.....	127

ÍNDICE DE QUADROS, MAPAS E FIGURAS

QUADRO I: COMÉRCIO INTRA-AFRICANO COMO PERCENTAGEM DO TOTAL

AFRICANO.....	24
QUADRO II: ESTRUTURA SECTORIAL DO COMÉRCIO INTRA-AFRICANO.....	26
MAPA I- NÍVEL DE URBANIZAÇÃO NO SEIO DO SADC.....	35
MAPA II- LÍNGUAS OFICIAIS EXISTENTES NOS PAÍSES DO SADC	50
QUADRO III- INDICADORES BÁSICOS (1992).....	54
QUADRO IV- COMÉRCIO INTRA- SADCC	60
MAPA III- RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O SADC E A ÁFRICA DO SUL (1986).....	62
MAPA IV - LINHAS FÉRREAS DOS PAÍSES DO SADC	65
QUADRO V -DISTÂNCIA DOS PAÍSES INTERIORES AOS PORTOS MAIS PRÓXIMOS (Kms) 66	
MAPA V- CAPACIDADE DE ELECTRICIDADE E PIPELINES	71
QUADRO VI- DEPENDÊNCIAS DO SADC EM RELAÇÃO À ÁFRICA DO SUL.....	74

FIGURA 1- INSTITUIÇÕES DO SADC	83
QUADRO VII- PRODUTO NACIONAL BRUTO, 1992.....	85
QUADRO VIII:PNB DA ÁFRICA AUSTRAL COMPARANDO COM OUTROS PAÍSES E O	
MUNDO,1992	86
QUADRO IX: INVESTIMENTO DIRECTO EXTERNO (MILHÕES DE USD)	92
QUADRO X - PRINCIPAIS EXPORTAÇÕES E PARCEIROS COMERCIAIS DOS PAÍSES DO	
SADC.....	94